



EUCATEX S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

29 de abril de 2026

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

E

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO



I. Sumário

A.	Mensagem da Administração	5
B.	Agenda da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	6
C.	Orientações para Participação	7
C. 1.	Data, Hora e Local	7
C. 2.	Procedimentos Prévios e Prazos	7
D.	Edital de Convocação	9
E.	Proposta da Administração	14
E. 1.	Comentários dos Diretores (Item 2 do Formulário de Referência – Anexo C da RCVM 80/22)	14
E.1.a.	Item 2.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais	14
E.1.b.	Item 2.2 – Resultado Operacional e Financeiro	24
E.1.c.	Item 2.3 – Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis – Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	26
E.1.d.	Item 2.4 – Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras	26
E.1.e.	Item 2.5 – Medições não contábeis.....	26
E.1.f.	Item 2.6 – Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.	29
E.1.g.	Item 2.7 – Destinação de Resultados	29
E.1.h.	Item 2.8 – Itens Relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras	33
E.1.i.	Item 2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados	33
E.1.j.	Item 2.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:	34
E.1.k.	Item 2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional	39
E. 2.	Remuneração dos Administradores (Item 8 do Formulário de Referência – Anexo C da ICVM 80/22)	39
E.2.a.	Item 8.1 – Descrição da Política ou Prática de Remuneração, inclusive da Diretoria não Estatutária	40
E.2.b.	Item 8.2 – Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal	43
E.2.c.	Item 8.3 – Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal	45
E.2.d.	Item 8.4 – Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	45
E.2.e.	Item 8.5 – Remuneração Baseada em Ações em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	45

E.2.f.	Item 8.6 – Informações sobre cada outorga de opções de compra de ações.....	45
E.2.g.	Item 8.7 – Informações sobre as opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária.....	46
E.2.h.	Item 8.8 – Informações em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	46
E.2.i.	Item 8.9 – Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários	46
E.2.j.	Item 8.10 – Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.....	46
E.2.k.	Item 8.11 – Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.....	46
E.2.l.	Item 8.12 –Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções	46
E.2.m.	Item 8.13 –Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão	47
E.2.n.	Item 8.14 – Informações sobre Planos de Previdência conferidos aos Membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários	47
E.2.o.	Item 8.15 – Remuneração Individual Máxima, Mínima e Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal	47
E.2.p.	Item 8.16 – Mecanismos de Remuneração ou Indenização para os Administradores em caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	48
E.2.q.	Item 8.17 – Percentual na Remuneração Total devido por Administradores e Membros do Conselho que sejam Partes Relacionadas aos Controladores	48
E.2.r.	Item 8.18 – Remuneração de Administradores e Membros do Conselho Fiscal, agrupados por Órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	49
E.2.s.	Item 8.19 – Remuneração de Administradores e Membros do Conselho Fiscal reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades sob Controle comum e de Controladas do emissor	49
E.2.t.	Item 8.20 – Outras Informações Relevantes.....	49
E. 3.	Destinação do Lucro Líquido do Exercício (Anexo A da ICVM 81/22)	49
E.3.a.	Lucro Líquido no Final do Exercício	50
E.3.b.	Montante Global e o Valor por Ação dos Dividendos, incluindo Dividendos Antecipados e Juros sobre Capital Próprio já declarados	50
E.3.c.	Percentual do Lucro Líquido do Exercício Distribuído.....	51

E.3.d.	Montante de Global e o Valor por Ação de Dividendos Distribuídos com base em Lucro de Exercícios Anteriores.....	51
E.3.e.	Deduzidos os Dividendos Antecipados e Juros sobre Capital Próprio já Declarados	51
E.3.f.	Caso tenha havido Declaração de Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio com base em Lucros Apurados em Balanços Semestrais ou em Períodos Menores	52
E.3.g.	Tabela Comparativa indicando os seguintes valores por Ação de cada Espécie e Classe:	52
E.3.h.	Caso a Companhia possua Ações Preferenciais com Direito a Dividendos Fixos ou Mínimos	52
E.3.i.	Dividendo Obrigatório	53
E.3.j.	Retenção do Dividendo Obrigatório devido à Situação Financeira da Companhia	53
E.3.k.	Destinação de Resultado para Reserva de Contingências.....	53
E.3.l.	Destinação de Resultado para Reserva de Lucros a Realizar	53
E.3.m.	Destinação de Resultado para Reservas Estatutárias	54
E.3.n.	Retenção de Lucros Prevista em Orçamento de Capital.....	54
E.3.o.	Destinação de Resultado para a Reserva de Incentivos Fiscais	54
E.5	Alteração do Estatuto Social da Companhia	55
F.	Anexo	123
F. 1.	DFP – Demonstrações Financeiras Padronizada	124

A. Mensagem da Administração

Prezados Acionistas,

A Eucatex S/A Indústria e Comércio ("Eucatex" ou "Companhia"), listada no Nível I da B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") apresenta esta Proposta e Manual, com objetivo de discriminar importantes informações e orientações relativas à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia Geral") convocada para se realizar em 29 de abril de 2026, às 10h00, de forma exclusivamente digital.

A Eucatex destaca a importância da participação de seus acionistas na Assembleia Geral. Caso não seja possível participar no dia da Assembleia Geral, é oportuno que os acionistas votem através do Boletim de Voto a Distância ou através dos procuradores nomeados pela Companhia.

Atenciosamente,

Otávio Maluf

Presidente do Conselho de Administração

B. Agenda da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Em Assembleia Geral Ordinária:

- i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
- ii) Deliberar a proposta da administração de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e dividendos a ser pago na forma de juros sobre o capital próprio;
- iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia e;

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- i) Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração.

Mais informações a respeito, bem como acerca dos procedimentos para participação na Assembleia Geral, encontram-se disponíveis neste documento, nos *websites* da Eucatex e da Comissão de Valores Mobiliários na Internet (ri.eucatex.com.br e www.cvm.gov.br), e também podem ser obtidas através da área de Relações com Investidores da Eucatex.

C. Orientações para Participação

C. 1. Data, Hora e Local

Data: **29 de abril de 2026**

Hora: **10h00** (horário de Brasília/DF)

Acesso: **Plataforma Digital “Ten Meetings”, contratada pela Companhia**

C. 2. Procedimentos Prévios e Prazos

Todos os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas e/ou preferenciais nominativas de emissão da Eucatex poderão participar da Assembleia Geral, por si ou por representantes legais ou procuradores devidamente constituídos.

Assim como nos anos anteriores, a Companhia adotará o uso da plataforma digital “Ten Meetings”, contratada pela Companhia, para a realização de sua Assembleia Geral. Para isso, os acionistas que desejarem participar e/ou votar, deverão acessar o link <https://assembleia.ten.com.br/943180552> até o dia 27 de abril de 2026, e realizar o cadastro, anexando os documentos solicitados, que serão avaliados e verificados pela Companhia. No cadastramento serão exigidos:

- a) Identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que participará da Assembleia: nome completo, CPF ou CNPJ, conforme o caso, telefone e endereço de e-mail do solicitante; e
- b) Documentos:
 - i) Para aqueles que se fizerem representar por procuração, instrumento de mandato com observância das disposições legais aplicáveis (artigo 126 da Lei nº 6.404/76);
 - ii) Pessoa física, documento de identidade;
 - iii) Pessoa jurídica, estatuto social ou contrato social, com indicação de eleição dos administradores, com firma reconhecida em cartório; e
 - iv) Fundos de Investimentos:
 - último regulamento consolidado do fundo;
 - estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração); e

- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto.

Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Companhia liberará o acesso à plataforma digital “Ten Meetings”, onde o acionista ou procurador receberá seu login e senha individual no e-mail cadastrado. Caso não receba a senha de acesso em até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, o acionista interessado deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@eucatex.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário.

No dia da Assembleia, o acesso à plataforma digital “Ten Meetings” estará disponível 30 minutos antes do horário de seu início. O registro da presença do acionista, via sistema eletrônico, somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e no horário indicado. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso de quaisquer pessoas, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, recomenda-se o acesso a plataforma digital para participação da Assembleia com 30 minutos de antecedência. Ressaltamos que o uso da Plataforma é compatível com tablets e smartphones, porém recomendamos a utilização dos navegadores “Google Chrome” ou “Microsoft Edge”.

A Companhia alerta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital “Ten Meetings” e com o acesso à videoconferência, e não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia.

A Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que os acionistas participem da Assembleia mediante o preenchimento e entrega do respectivo Boletim de Voto à Distância aos agentes de custódia (corretoras), ao escriturador, ou, diretamente à Companhia, até o dia **25 de abril de 2026**.

Nos termos da Resolução CVM nº 204/24, serão considerados presentes à Assembleia os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia e os acionistas que tenham registrado sua presença na plataforma digital “Ten Meetings”, de acordo com as orientações acima. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez

que será realizada exclusivamente de modo digital. Eventuais manifestações de voto no decorrer da Assembleia deverão ser feitas exclusivamente por meio da plataforma digital “Ten Meetings”, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da Assembleia.

Serão desconsideradas todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para os acionistas que as tenham enviado e optem por manifestar seu voto durante a Assembleia via plataforma digital “Ten Meetings”, conforme previsto na Resolução CVM nº 204/24.

D. Edital de Convocação

EUCATEX S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CIA. ABERTA

CNPJ Nº 56.643.018/0001-66

NIRE Nº 35.300.0280.015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

1) CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os acionistas da **EUCATEX S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, (“Companhia”), sediada na Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 1830 – Torre II – 11º andar – Sala 1, São Paulo/SP, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”)**, a ser realizada no dia **29 de abril de 2026, às 10:00hs**, consoante dispõe o art. 124, §2º da lei nº 6.404/76 e pelo art. 28, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022.

Para a presente assembleia será adotado o modelo de participação **exclusivamente digital**, de forma a promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos, conforme sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, nos termos do art. 5º, §2º, inciso I c.c. §3º da Resolução CVM nº 81/2022.

2) ORDEM DO DIA

Assembleia Geral Ordinária

- I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
- II) Deliberar sobre proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e dividendos a ser pago na forma de juros sobre o capital próprio;
- III) Fixar a remuneração global e anual dos administradores da Companhia; e

Assembleia Geral Extraordinária

- I) Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração.

Nos termos do art. 125 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número. A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, mas poderá instalar-se, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos do art. 135 da Lei nº 6.404/76.

3) MODO DE PARTICIPAÇÃO

1. Acessar o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/943180552>. O credenciamento deverá ser realizado até o dia **27 de abril de 2026**;

Opção 1 - Via Boletim de Voto a Distância (BVD) direto para a companhia

1. Entrar no **Endereço eletrônico** da Assembleia;
2. Criar um cadastro com login e senha único, indicando a “Participação” como “**Via Boletim de Voto a Distância (BVD)**”
3. Anexar as documentações necessárias conforme “4. Documentos para participação”;
4. Ir na guia "Assembleia";
5. Marcar os votos e confirmar.

Dessa forma o acionista é considerado presente e seus votos válidos, sem precisar comparecer na data e horário marcado para a assembleia.

Após enviar os votos, caso também queira comparecer ao vivo na assembleia, o acionista deve alterar o campo “Participação” para “Ao vivo”. Dessa forma, o BVD enviado continua sendo válido e o acionista consegue participar ao vivo da assembleia. Para desconsiderar o BVD enviado, o acionista deve fazer a solicitação de desconsideração do BVD durante a assembleia. Vale lembrar que a alteração do campo “Participação” para “Ao vivo” só poderá ser realizada até o prazo final de cadastro na assembleia.

De acordo com o art. 27 da Resolução CVM nº 81/2022, a companhia estabelece que o sistema eletrônico será o único meio de envio de Boletim de Voto a Distância (BVD) diretamente à companhia, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail, e que a companhia os receberá até o final do dia **25 de abril de 2026**.

Opção 2 - Participar e votar ao vivo

1. Entrar no **Endereço eletrônico** da Assembleia;
2. Criar um cadastro com login e senha único, indicando a “Participação” como “**Ao vivo**”;
3. Anexar as documentações necessárias conforme “4. Documentos para participação”;
4. No dia da assembleia, ir na guia "Assembleia", clicar no botão “**VIDEOCONFERÊNCIA**” e aguardar o início;

5. Marcar os votos e confirmar.

É recomendado ao acionista que se conecte com no mínimo 30 minutos de antecedência, pois não será permitido a entrada após o início da Assembleia Geral.

4) **DOCUMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO**

Documentações necessária para habilitação de acionistas e representantes:

1. Acionista Pessoa Física:

- Documento de identidade com foto; *

2. Representante:

- Documento de identidade com foto do representante;

- 2.A. Outorgante Pessoa Física:

- Documento de identidade com foto. *
- Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso. **

- 2.B. Outorgante Pessoa Jurídica:

- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado;
- Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso; **
- Regulamento do fundo (para fundos de investimento)
- Ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia (para fundos de investimento).

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

** Os instrumentos de mandato deverão ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano.

A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo crime de Falsidade Ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal.

5) AVISOS

- (i) O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Edital de Convocação. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo reapresentações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é indicado ao acionista ou representante que se cadastre com margem de antecedência ao encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada.
- (ii) A Companhia esclarece que cabem aos acionistas e representantes garantirem o funcionamento, conexão e liberações necessárias dos seus dispositivos para a participação digital. Como navegador, orientamos que se conectem através do navegador Chrome ou Edge e evitem a utilização do Safari ou Mozilla Firefox. Outras recomendações são para que, caso utilizem um computador ou uma rede corporativa, verifiquem se não existem bloqueios de acesso aos domínios “assembleia.ten.com.br” e “zoom.com”, tanto para conexão, quanto para habilitação de câmera e microfone.
- (iii) Também são considerados participantes da assembleia acionistas que participaram através do envio de Boletins de Voto a Distância por meio do escriturador ou da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S/A.
- (iv) Eventuais esclarecimentos, inclusive, sobre o acesso e utilização do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia aos seus acionistas, poderão ser obtidos no site de Relações com Investidores (**ri.eucatex.com.br**), ou, por intermédio do endereço eletrônico **ri@eucatex.com.br**

São Paulo, 26 de março de 2026.

p/ EUCATEX S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf

E. Proposta da Administração

A Administração da Eucatex S/A Indústria e Comércio (“EUCATEX” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas sua proposta sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia Geral”), conforme Edital de Convocação divulgado acima, nos termos a seguir propostos.

E. 1. Comentários dos Diretores (Item 2 do Formulário de Referência – Anexo C da RCVM 80/22)

E.1.a. Item 2.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os comentários descritos a seguir têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

As condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia têm apresentado uma evolução positiva nos últimos três anos. A evolução do Patrimônio Líquido Consolidado demonstra tal fato:

Valores em R\$ 000	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2023
Patrimônio Líquido	2.767.612	2.570.790	2.407.331

Ao longo de 2025, a Eucatex apresentou evolução consistente de seus resultados operacionais e financeiros. No acumulado do ano, a companhia registrou receita líquida de R\$ 3,1 bilhões, crescimento de 8,6% em relação a 2024. O EBITDA recorrente atingiu R\$ 754,0 milhões, avanço de 27,7%, com margem de 24,3%, enquanto o lucro líquido recorrente totalizou R\$ 340,3 milhões, aumento de 54,7% na comparação anual. Os resultados refletem ganhos de eficiência operacional, disciplina na gestão de custos e o foco na venda de produtos de maior valor agregado.

A trajetória de crescimento e rentabilidade foi consolidada no quarto trimestre, com receita líquida totalizando R\$ 777,1 milhões, alta de 3,1% frente ao mesmo período do ano anterior, EBITDA

recorrente de R\$ 189,2 milhões com margem de 24,3%, e lucro líquido recorrente de R\$ 66,9 milhões, avanço de 59,1% em relação ao 4T24.

Esse desempenho foi alcançado em um ambiente econômico desafiador. Ao longo de 2025, a economia brasileira foi marcada por juros elevados e desaceleração em segmentos ligados ao consumo e ao investimento. O comércio de materiais de construção passou de um crescimento de 5,8% em 2024 para uma retração de 1,2% em 2025, segundo dados da Abrammat. Segundo dados da ABRAFATI, as vendas de tintas imobiliárias também desaceleraram, passando de crescimento de 5,9% em 2024 para 0,3% em 2025.

No segmento de base florestal, dados da IBÁ indicam desaceleração nas vendas de painéis de madeira no mercado doméstico, que passaram de crescimento de 14,5% em 2024 para 1,2% em 2025. No mesmo período, as vendas de pisos laminados apresentaram leve recuperação, passando de queda de 1,6% em 2024 para crescimento de 0,1% em 2025. Programas voltados à habitação e à reforma residencial, como o Minha Casa Minha Vida, seguem contribuindo para sustentar a demanda no setor de materiais de construção.

No comércio internacional, o setor também enfrentou um cenário de incerteza, especialmente diante das discussões relacionadas às tarifas aplicadas pelos Estados Unidos aos painéis de madeira brasileiros. Inicialmente fixadas em 50%, as tarifas tiveram impacto relevante sobre a competitividade das exportações. Com a revisão da medida no início de 2026, a alíquota foi reduzida para 10%, restabelecendo condições comerciais mais equilibradas e trazendo maior previsibilidade para as operações internacionais. Nesse contexto, a Eucatex tem atuado na diversificação geográfica das vendas e no aprimoramento do mix de produtos exportados, priorizando itens de maior valor agregado e reforçando a resiliência de sua operação internacional.

a) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Participação capital de terceiros			
	2025	2024	2023
Passivo circulante	852.402	964.722	830.328
Passivo não circulante	1.364.754	1.033.781	872.258
Capital de terceiros	2.217.156	1.998.502	1.702.586
Patrimônio líquido	2.767.612	2.570.791	2.407.330
Passivo + patrimônio líquido	4.984.768	4.569.293	4.109.916
Participação capital de terceiros	44%	44%	41%

A Companhia monitora regularmente seus indicadores de solidez financeira e, conforme tabela abaixo, todos os seus indicadores estão equilibrados:

Endividamento (R\$ MM)	2025	2024	2023
Dívida de Curto Prazo	252.958	329.585	307.215
Dívida de Longo Prazo	853.949	476.123	396.742
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.241	33.575	12.872
Dívida Bruta	1.131.148	839.284	716.829
Disponibilidades	529.124	246.235	130.324
Dívida Líquida	602.024	593.049	586.505
% Dívida de curto prazo	22,4%	39,3%	42,9%
Dívida Líquida/EBITDA Recorrente	0,80	1,00	1,07

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de liquidez corrente¹ foi de 2,32 em 2025 (1,71 em 2024 e 1,77 em 2023). Quanto ao índice de liquidez geral², no ano 2025 ficou em 1,02 (1,04 em 2024 e 1,07 em 2023). A evolução desses indicadores demonstra que a Companhia tem condições de honrar seus compromissos de curto prazo.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para o capital de giro são, basicamente, fornecedores operacionais e a geração de caixa da empresa. As fontes de financiamento para ativos não circulantes são empréstimos e financiamentos obtidos junto a instituições financeiras no Brasil e no exterior, além do financiamento de fornecedores estrangeiros.

A empresa tem hoje à disposição linhas de crédito de ACC's, desconto de duplicatas, suficientes para o giro da atividade.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

¹ (Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante)

² (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante dividido pelo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Caso ocorram deficiências de liquidez, a Companhia conta com linhas de crédito aprovadas junto a instituições financeiras, através de linhas de Contas Garantidas, ACC's, etc. Além dessas, conta com uma reserva em caixa e com parte das duplicatas mantidas em carteira.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

I – Contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures

O nível de endividamento da Companhia é adequado, conforme já comentado, de 0,8 x o EBITDA Recorrente. Segue tabela com a descrição do endividamento contendo a totalidade das dívidas financeiras contraídas, de acordo com o divulgado nas Notas Explicativas Nº 18 e Nº 25 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025:

					Controladora		Consolidado	
Modalidade	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantia	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante								
Capital de giro	Real	Dez/2026	CDI + 2,15% a 2,89% a.a.	Duplicatas	-	-	-	(3.468)
CDCA e NCOML (2)	Real	Dez/2026	CDI + 2,50% a.a.	Alienação fiduciária	(20.347)	(20.384)	(27.951)	(48.981)
Crédito Rural	Real	Dez/2026	CDI + 0,80% a 2,60% a.a.	Duplicatas	-	-	(60.852)	(29.373)
CCE/ real	Real	Dez/2026	CDI + 1,9% a 2,76% a.a.	Duplicatas	-	-	(36.441)	(72.046)
CCE/ dolar	Dolar	Dez/2026	8,19% a 10,05% a.a. + v.c. dólar	Alienação fiduciária,	(4.039)	(15.978)	(16.757)	(40.205)
CCB	Dolar	Dez/2026	3,30% a 10,05% a.a. + v.c. dólar	Duplicatas	-	-	(68.156)	(105.015)
ACC/Pré-pagamento	Dolar	Dez/2026	5,18% a 6,10% a.a. + v.c. dólar	Nota promissória em	-	-	(19.345)	(30.496)
CRA-série 1	Real	Dez/2026	CDI + 0,5% a.a e 103% CDI a.a.	Ativos biológicos	-	-	(3.358)	-
CRA-série 2	Real	Dez/2026	105,15% CDI e CDI +	Ativos biológicos	-	-	(13.917)	-
CRA-série 3	Dolar	Dez/2026	v.c dólar + 6,5% a.a -	Ativos biológicos	-	-	(4.247)	-
FINEP	Real	Dez/2026	TR + 5.5% a.a.	Duplicatas	-	-	(1.934)	-
Total circulante					(24.387)	(36.363)	(252.958)	(329.585)
Não Circulante								
CDCA e NCOML (2)	Real	Abr/2029	CDI + 2,50% a.a.	Alienação fiduciária	(46.667)	(66.666)	(46.667)	(74.042)
Crédito Rural	Real	Abr/2029	CDI + 0,80% a 2,55% a.a.	Duplicatas	-	-	(115.708)	(180.208)
CCE	Real	Jan/2029	CDI + 1,9% a 2,76% a.a.	Duplicatas	-	-	(5.000)	(40.809)
CCE	Dólar	Set/2027	8,19% a 10,05% a.a. + v.c. dólar	Alienação fiduciária, duplicatas e aplicações	-	(4.500)	(15.976)	(37.154)
CCB	Dólar	Mai/2029	3,30% a 10,05% a.a. + v.c. dólar	Duplicatas	-	-	(64.876)	(143.909)
CRA-série 1*	Real	Nov/2032	CDI + 0,5% a.a e 103%	Ativos biológicos	-	-	(74.062)	-
CRA-série 2*	Real	Jan/2030	105,15% CDI e CDI +	Ativos biológicos	-	-	(283.358)	-
CRA-série 3*	Dolar	Jan/2030	v.c dólar + 6,5% a.a -	Ativos biológicos	-	-	(244.154)	-
FINEP	Real	Fev/2029	TR + 5.5% a.a.	Duplicatas	-	-	(4.148)	-
Total não circulante					(46.668)	(71.167)	(853.949)	(476.123)
Total geral					(71.055)	(107.530)	(1.106.907)	(805.708)

II – Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O relacionamento que a Companhia mantém com instituições financeiras é de caráter comercial, em operações de serviços de cobrança de seus títulos, gestão da folha de pagamento de seus colaboradores, Débito Direto Autorizado (DDA), pagamento de títulos a fornecedores, fechamento de operações de câmbio, repasse de empréstimos e contratações de financiamentos. Os principais

parceiros comerciais, em 2025, 2024 e 2023 foram Bancos Brasil S.A., Banco Santander, Banco BTG Pacutal S.A., Safra S.A, entre outros.

III – Grau de subordinação entre as dívidas

Do endividamento consolidado de 2025, 2024 e 2023 como garantia dos empréstimos e dos financiamentos, foram oferecidos terrenos, máquinas e equipamentos e também uma parte de suas florestas na operação do CRA (Certificado de Recebimentos Agrícola). Além desses, a Companhia ofereceu como garantia, aproximadamente, 50% do saldo de duplicatas dos clientes nacionais.

IV - Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia está sujeita ao cumprimento de determinados *covenants* (Eventos de Vencimentos Antecipados), representado por indicadores financeiros, que em caso de descumprimento implicam o vencimento antecipado da operação.

Abaixo, encontram-se listados alguns dos “Eventos de Vencimentos Antecipados” (*covenants*) constantes nos contratos de empréstimos:

- Índice de Alavancagem $\leq 3,25$.
(Dívida Financeira Líquida/EBITDA)
- Índice de Cobertura $\geq 2,5$
(EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em “*compliance*” com todas as cláusulas dos “Eventos de Vencimentos Antecipados” (*covenants*).

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia utilizou 100% de todos os financiamentos contratados nos anos de 2025, 2024 e 2023.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Consolidado									
	31/12/2025	2025x2024		31/12/2024	2024x2023		31/12/2023	2023x2022	
		AV %	AH%		AV %	AH%		AV %	AH%
Receita operacional líquida	3.104.252	100,0%	9%	2.857.809	100,0%	7%	2.677.586	100,0%	7%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	107.879	3,5%	26%	85.579	3,0%	-19%	106.252	4,0%	33%
Custo dos produtos vendidos	(2.053.488)	-66,2%	3%	(1.997.185)	-69,9%	5%	(1.895.990)	-70,8%	6%
Lucro bruto	1.158.643	37,3%	22%	946.203	33,1%	7%	887.848	33,2%	10%
Margem Bruta	37,3%		13%	33,1%		0%	33,2%		3%
Despesas com vendas	(488.310)	-15,7%	12%	(434.603)	-15,2%	16%	(374.173)	-14,0%	12%
Despesas gerais e administrativas	(97.989)	-3,2%	20%	(81.979)	-2,9%	16%	(70.737)	-2,6%	-1%
Honorário da administração	(13.664)	-0,4%	10%	(12.426)	-0,4%	8%	(11.530)	-0,4%	13%
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(864)	0,0%	-45%	(1.573)	-0,1%	-22%	(2.026)	-0,1%	-77%
	(600.828)		13%	(530.581)		16%	(458.466)		8%
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos resultados não recorrentes	557.815	18,0%	34%	415.622	14,5%	-3%	429.382	16,0%	11%
Resultado financeiro, líquido	(77.201)	-2,5%	-50%	(155.197)	-5,4%	37%	(113.376)	-4,2%	76%
Resultados não recorrentes	(32.157)	-1,0%	-3%	(33.317)	-1,2%	-126%	129.208	4,8%	-100%
Resultado antes do imposto de Renda e da Contribuição Social	448.457	14,4%	97%	227.107	7,9%	-49%	445.214	16,6%	38%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(129.352)	-4,2%	345%	(29.096)	-1,0%	26%	(23.001)	-0,9%	-64%
Participação Minoritária	-	0,0%	-100%	-	0,0%	-100%	-	0,0%	-100%
Lucro líquido do exercício	319.105	10,3%	61%	198.011	6,9%	-53%	422.212	15,8%	64%
Lucro líquido do exercício recorrente(1)	340.329	11,0%	55%	220.001	7,7%	-26%	296.218	11,1%	21%
Lucro líquido do exercício recorrente(1)=Lucro Líquido menos Resultados não recorrentes									

Lucro líquido do exercício recorrente(1)=Lucro Líquido menos Resultados não recorrentes

Comparação dos resultados operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

A Receita Líquida Total no 4T25 atingiu R\$ 777,1 milhões, ante R\$ 753,6 milhões no 4T24, crescimento de 3,1%. No acumulado do ano, o crescimento foi de 8,6% comparado ao ano anterior.

Segmento Indústria Moveleira e Revenda

No Segmento Indústria e Revenda, formado pelos painéis de MDP/MDF/THDF e Chapa de Fibra, a Receita teve uma redução de 0,6% no 4T25. Já no acumulado do ano de 2025 o aumento foi de 6,8% comparado ao ano anterior, principalmente em função de reajuste nos preços e melhoria no mix, compensando a redução do volume vendido em alguns produtos de menor valor agregado e permitindo o crescimento na receita.

Durante o ano, a Companhia manteve como estratégia focar na qualidade do mix dos produtos e na venda de produtos diferenciados e de maior valor agregado para o mercado, abandonando as vendas de commodities, cujos preços são estruturalmente mais baixos e, por conseguinte, resultam em margens mais reduzidas.

O Mercado Interno apresentou uma desaceleração no crescimento, entretanto o nível de ocupação da indústria, como um todo, continua alto.

De acordo com a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), no acumulado do ano, somando-se as vendas de MDF/HDF/MDP, apresentaram um crescimento de 1,2% nas vendas para o mercado interno e de 0,3% no consolidado, considerando o mercado externo.

Segmento Construção Civil

No 4T25, o Segmento Construção Civil, formado pelos produtos: Pisos Laminados, Acessórios de Pisos, Pisos Vinílicos, Portas, Divisórias e Tintas Imobiliárias, apresentou um crescimento de 7,8% na Receita Líquida, quando comparado ao 4T24, a variação foi impulsionada principalmente pela venda de tintas e de portas e divisórias, que apresentou aumento tanto no volume vendido quanto na melhora do preço. Em 2025 o aumento foi de 4,6% comparado ao ano de 2024.

A Companhia intensificou suas iniciativas no ponto de venda, incluindo ações direcionadas a balconistas e profissionais, além do fortalecimento da atuação nos canais de Construtoras e distribuidores, o que tem contribuído para ampliar a visibilidade e consolidar ainda mais a marca EUCATEX.

Além disso, com as vendas do Minha Casa Minha Vida em expansão, a Companhia continua mantendo um bom nível na demanda dos produtos destinados à Construção Civil, como portas e kit portas, pisos laminados e tintas, com destaque para os dois primeiros que são vendidos em negociações diretas com as construtoras

O Mercado de Pisos Laminados, segundo a IBÁ, apresentou crescimento de 0,2% no acumulado do ano.

Com relação ao Mercado de Tintas, a ABRAFATI (Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas) divulgou um crescimento de 0,3% no ano de 2025 quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Segmento Exportação

A Receita Líquida do Segmento Exportação apresentou um crescimento de 3,3% no 4T25 em relação ao 4T24, o aumento do volume de produtos vendidos e o reajuste de preços conseguiram compensar o impacto da variação cambial. Já no acumulado do ano de 2025 o crescimento foi de 21,0% em relação ao ano anterior.

As ações da Companhia que envolvem o lançamento de novos produtos, reajuste nos preços e melhoria do mix nos Estados Unidos, aliados a intensificação de sua atuação em outros mercados, principalmente da América Latina e América Central, devem ajudar a diminuir o impacto nas vendas externas da Companhia no mercado americano.

De acordo com a IBÁ, as exportações brasileiras de painéis de MDP e MDF registraram queda de 6,2% no acumulado do ano em relação ao ano anterior.

No quarto trimestre a Companhia enfrentou um período desafiador em razão do tarifaço imposto pelos Estados Unidos, que elevou em 50% as tarifas aplicadas aos produtos exportados, impactando

diretamente a competitividade dos produtos e, conseqüentemente, pressionando negativamente a rentabilidade da empresa ao longo deste período.

No entanto, o cenário começou a mudar de forma positiva, pois recentemente, a tarifa foi reduzida para 10%, nível muito mais favorável para a operação no mercado externo. Essa redução devolve à Companhia uma estrutura competitiva mais equilibrada e abre espaço para a recuperação das margens, além de fortalecer as perspectivas de crescimento no mercado externo.

Comparação dos resultados operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

A Receita Líquida Total no 4T24 atingiu R\$ 753,6 milhões, ante R\$ 663,1 milhões no 4T23, crescimento de 13,7%. No acumulado do ano, o crescimento foi de 6,7% quando comparado ao ano anterior.

Segmento Indústria Moveleira e Revenda

No Segmento Indústria e Revenda, formado pelos painéis de MDP/MDF/THDF e Chapa de Fibra, a Receita teve um crescimento de 15,7% no 4T24, principalmente em função da venda de um mix de produtos com maior valor agregado e do reajuste dos preços em alguns produtos. Em 2024, houve um aumento de 2,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, só não foi possível perceber uma melhora expressiva da receita ao longo do ano de 2024, basicamente devido à realização de estoques formados no final do ano de 2022 e que foram vendidos no 1T23, aumentando a base de comparação do ano de 2023 frente ao ano de 2024.

No ano de 2024, a Companhia teve como estratégia fazer um reposicionamento da marca, focando na qualidade do mix dos produtos e na venda de produtos diferenciados e de maior valor agregado para o mercado, abandonando as vendas de commodities, as quais possuem preços mais baixos e conseqüentemente, menores margens. Como parte desta abordagem, a Companhia participou de duas feiras importantes para o setor onde aproveitou para lançar novos produtos consolidando essa estratégia de melhoria de MIX.

Vale ressaltar que 2024 foi um ano com demandas fortes em praticamente todos os canais de atuação, no segmento da indústria moveleira o mercado começou aquecer entre maio e junho e se manteve forte até dezembro, já na revenda ocorreram muitos lançamentos na linha premium durante a feira revestir no mês de março, o que ajudou bastante na conquista de maior espaço entre os distribuidores de painéis.

Segmento Construção Civil

No 4T24, o Segmento Construção Civil, formado pelos produtos: Pisos Laminados, Acessórios de Pisos, Pisos Vinílicos, Portas, Divisórias e Tintas Imobiliárias, apresentou um crescimento de 5,5% na Receita Líquida, quando comparado ao 4T23, a variação foi impulsionada principalmente pelos setores de pisos laminados, painéis e também pelo setor de Tintas que acompanhou o mercado no qual está inserido. No acumulado do ano de 2024, a variação foi positiva em 6,1%.

A Eucatex, manteve seu empenho nos lançamentos de produtos de maior valor agregado e alta tecnologia, para melhora do mix e da rentabilidade, todos estes lançados no ano de 2024 nas feiras Revestir, Feicom e Hausdecor.

A Companhia também focou no PDV, ações com balconistas e profissionais, além do reforço na atuação nos canais de Construtoras e distribuidores. o que tem nos ajudado a fortalecer ainda mais a marca EUCATEX.

O Mercado de Pisos Laminados, segundo a IBÁ, apresentou queda de 1,6% no acumulado, em relação a 2023.

Com relação ao Mercado de Tintas, a ABRAFATI (Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas) divulgou um crescimento de 5,9% no acumulado de 2024 quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

O aumento dos lançamentos e das vendas do programa Minha Casa Minha Vida, além do mercado de trabalho aquecido vem contribuindo para manter um bom nível na demanda dos produtos destinados a Construção Civil, como portas e kit portas, pisos laminados e tintas, com destaque para os dois primeiros que são vendidos em negociações diretas com as construtoras.

Segmento Exportação

A Receita Líquida do Segmento Exportação apresentou um crescimento de 33,4% no 4T24 em relação ao 4T23, devido ao lançamento de novos produtos e a captação de novos clientes o que tem contribuído para a expressiva expansão dos volumes devido ao aumento da demanda das vendas, além do reajuste dos preços e também da variação cambial no período. No acumulado do ano, o aumento foi de 15,8% comparado ao mesmo período de 2023.

A Eucatex tem sido bem-sucedida no aumento de sua base de clientes e expansão dos negócios com os clientes que detém, por esse motivo a expectativa é de crescimento nas vendas para o ME. O reflexo desse crescimento se dará aos poucos, pois o ciclo operacional das exportações é longo.

De acordo com a IBÁ, as exportações brasileiras de painéis de MDP e MDF registraram um aumento de 35,4% em 2024 em relação ao ano de 2023.

Análise comparativa das principais linhas do Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa			
	2025	2024	2023
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	521,4	444,2	404,2
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(354,8)	(157,0)	(302,9)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	119,3	(80,0)	(89,5)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	286,0	207,2	11,8
Diferença de variação cambial líquida	(3,1)	5,8	(1,3)
Saldo inicial em caixa e equivalentes de caixa	246,2	33,2	22,8
Saldo final em caixa e equivalentes de caixa	529,1	246,2	33,2
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	286,0	207,2	11,8

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O fluxo de caixa nas atividades operacionais totalizou R\$ 521,4 milhões em 2025, comparado a R\$ 444,2 milhões em 2024. A variação positiva é majoritariamente proveniente das ações de Capital de Giro intensificadas pela Companhia

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R\$ 354,8 milhões em 2025, comparado a uma utilização de R\$ 157,0 milhões em 2024, decorrentes de investimentos realizados pela Companhia.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos totalizou R\$ 119,3 milhões em 2025, comparado a R\$ 80 milhões em 2024. A variação nessa rubrica de caixa é representada principalmente pelas variações de captações de empréstimos, subtraídas das amortizações do valor principal de financiamentos e pelo pagamento de juros sobre o capital próprio.

E.1.b. Item 2.2 – Resultado Operacional e Financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de Painéis de Divisória, Portas, Chapas de Fibra, Painéis de MDP/T-HDF/MDF, Pisos Laminados e Tintas Imobiliárias, entre os principais produtos, que têm como destino os segmentos da Construção Civil e da Indústria Moveleira.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Empresa podem ser influenciados por fatores como a retração das demandas e preferências dos clientes, pandemia, taxa de utilização fabril, inflação dos custos, sazonalidade e a concorrência.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No Segmento Indústria e Revenda, formado pelos painéis de MDP/MDF/THDF e Chapa de Fibra, a Receita teve uma redução de 0,6% no 4T25. Já no acumulado do ano de 2025 o aumento foi de 6,8% comparado ao ano anterior, principalmente em função de reajuste nos preços e melhoria no mix, compensando a redução do volume vendido em alguns produtos de menor valor agregado e permitindo o crescimento na receita.

No 4T25, o Segmento Construção Civil, formado pelos produtos: Pisos Laminados, Acessórios de Pisos, Pisos Vinílicos, Portas, Divisórias e Tintas Imobiliárias, apresentou um crescimento de 7,8% na Receita Líquida, quando comparado ao 4T24, a variação foi impulsionada principalmente pela venda de tintas e de portas e divisórias, que apresentou aumento tanto no volume vendido quanto na melhora do preço. Em 2025 o aumento foi de 4,6% comparado ao ano de 2024.

A Receita Líquida do Segmento Exportação apresentou um crescimento de 3,3% no 4T25 em relação ao 4T24, o aumento do volume de produtos vendidos e o reajuste de preços conseguiram compensar o impacto da variação cambial. Já no acumulado do ano de 2025 o crescimento foi de 21,0% em relação ao ano anterior.

No Segmento Indústria e Revenda, formado pelos painéis de MDP/MDF/THDF e Chapa de Fibra, a Receita teve um crescimento de 15,7% no 4T24, principalmente em função da venda de um mix de produtos com maior valor agregado e do reajuste dos preços em alguns produtos. Em 2024, houve um aumento de 2,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, só não foi possível perceber uma melhora expressiva da receita ao longo do ano de 2024, basicamente devido à realização de estoques formados no final do ano de 2022 e que foram vendidos no 1T23, aumentando a base de comparação do ano de 2023 frente ao ano de 2024.

No 4T24, o Segmento Construção Civil, formado pelos produtos: Pisos Laminados, Acessórios de Pisos, Pisos Vinílicos, Portas, Divisórias e Tintas Imobiliárias, apresentou um crescimento de 5,5% na Receita Líquida, quando comparado ao 4T23, a variação foi impulsionada principalmente pelos setores de pisos laminados, painéis e também pelo setor de Tintas que acompanhou o mercado no qual está inserido. No acumulado do ano de 2024, a variação foi positiva em 6,1%.

A Receita Líquida do Segmento Exportação apresentou um crescimento de 33,4% no 4T24 em relação ao 4T23, devido ao lançamento de novos produtos e a captação de novos clientes o que tem contribuído para a expressiva expansão dos volumes devido ao aumento da demanda das vendas, além do reajuste dos preços e também da variação cambial no período. No acumulado do ano, o aumento foi de 15,8% comparado ao mesmo período de 2023.

b) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

O CPV apresentou uma redução de 1,4% no 4T25, comparado ao 4T24, impactado pela queda do dólar no período, visto que muitos insumos relevantes são influenciados pela variação cambial, além disso houve uma redução na participação do custo em 3.0 p.p. sobre a ROL, evidenciando uma melhor lucratividade nas vendas da Companhia. No acumulado do ano a variação do CPV foi de 2,8% com relação à 2024, crescimento inferior ao da ROL.

O CPV apresentou aumento de 10,3% no 4T24, comparado ao 4T23, reflexo do aumento dos custos de alguns insumos que subiram além da inflação, especialmente a resina utilizada na fabricação dos painéis MDF e MDP e também do impacto do aumento nos custos fixos, como mão de obra. Além

disso em função do aumento no volume das vendas no segmento da exportação cresceram também os gastos com frete marítimo. No acumulado do ano o aumento foi de 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

E.1.c. Item 2.3 – Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis – Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alterações significativas de práticas contábeis nos exercícios de 2025, 2024 e 2023.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Entre 2023 e 2025, não houve ressalvas no parecer da auditoria externa para as demonstrações financeiras destes exercícios.

E.1.d. Item 2.4 – Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nos anos de 2025, 2024 e 2023, a Companhia não entrou em, nem alienou, nenhum segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante o exercício de 2025.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais durante o exercício de 2025.

E.1.e. Item 2.5 – Medições não contábeis

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do LAJIDA (EBITDA) - R\$MM			
	2025	2024	2023
Receita Líquida	3.104,3	2.857,8	2.677,6
Lucro Líquido Consolidado	319,1	198,0	422,2
IR e CS	129,4	29,1	(96,8)
Resultado Financeiro Líquido	77,2	146,2	25,1
Depreciação e Amortização	304,0	260,3	225,0
Variação no Valor Justo dos Ativos Biológicos	(107,9)	(85,6)	(106,3)
LAJIDA (EBITDA)¹	721,8	548,0	469,3
Margem Lajida (EBITDA) (%) ²	23,3%	19,2%	17,5%
Eventos de natureza extraordinária ³	32,2	42,3	78,9
LAJIDA(Ebtida) RECORRENTE antes dos eventos de natureza extraordinária ⁴	754,0	590,3	548,1
Margem LAJIDA(Ebtida) RECORRENTE antes dos eventos de natureza extraordinária(%) ⁵	24,3%	20,7%	20,5%

¹ LAJIDA/(EBITDA) - Lucro antes das receitas/(despesas)financeiras líquidas do imposto de renda e contribuição social, da participação de minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa ou como indicador de liquidez da Companhia. O EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.

² MARGEM LAJIDA/(EBITDA) - resultado do EBITDA dividido pela receita líquida operacional líquida.

³ Eventos de natureza extraordinária - são eventos alheios ao curso normal das operações e que contribuíram para a formação do resultado operacional e líquido da Companhia. a) No ano de 2025, os Eventos não Recorrentes registram R\$ 32,2 milhões de despesas, sendo: a) R\$ 12,6 milhões de despesas referente a processos e indenizações trabalhistas; e b) R\$ 7,7 milhões de ajuste nos créditos tributários, provisionados a maior, aumento de contingências tributárias e outros; c) e honorários advocatícios R\$11,9 milhões relativo ao êxito na defesa em uma autuação do fisco estadual.

b) Até 31 de dezembro de 2024 foram: R\$ 33,3 milhões de receitas e despesas referente à créditos extemporâneos de impostos e créditos decorrentes de prejuízo fiscal, honorários advocatícios de processos tributários, termo de autocomposição com a PMSP, Ministério Público, processos trabalhistas, rescisões, reconhecimento de parcelamentos e outros; c) Até 31 de dezembro de 2023 foram: R\$ 178,0 milhões de receitas e despesas referente à processos trabalhistas, rescisões, reconhecimento de parcelamentos, ganhos tributários e outros.

⁴ LAJIDA/(EBITDA) RECORRENTE - é o resultado do EBITDA, conforme explicado no item 1, menos os eventos extraordinários, explicados no item 2.

⁵ MARGEM LAJIDA/(EBITDA) RECORRENTE- resultado do EBITDA RECORRENTE dividido pela receita líquida operacional líquida.

Endividamento (R\$ MM)	2025	2024	2023
Dívida de Curto Prazo	252.958	329.585	307.215
Dívida de Longo Prazo	853.949	476.123	396.742
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.241	33.575	12.872
Dívida Bruta	1.131.148	839.284	716.829
Disponibilidades	529.124	246.235	130.324
Dívida Líquida	602.024	593.049	586.505
% Dívida de curto prazo	22,4%	39,3%	42,9%
Dívida Líquida/EBITDA Recorrente	0,80	1,00	1,07

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A Companhia utiliza, como medição não contábil, o EBITDA com o intuito de prover informação adicional sobre sua capacidade de pagar dívidas, realizar investimentos e cobrir necessidades de capital de giro. O EBITDA é o lucro antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas do imposto de renda e contribuição social, da participação de minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida nas Práticas Contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto do fluxo de caixa ou

como indicador de liquidez da Companhia. O EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.

Também, como medida não contábil, a Companhia utiliza a dívida líquida/EBITDA para demonstrar o nível de endividamento e capacidade de pagamento com base no EBITDA.

E.1.f. Item 2.6 – Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Em 09 de janeiro a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua subsidiária integral EUCATEX IMOBILIÁRIA LTDA., inscrita no CNPJ nº 14.675.270/0001-07, concluiu, nesta data, a operação de venda dos imóveis rurais de sua propriedade, denominados, em conjunto, Fazenda Nossa Senhora da Conceição, localizada nos municípios de Itu e Porto Feliz, Estado de São Paulo, com área total aproximada de 832,3476 hectares, dos quais 552,21 hectares correspondem a florestas de eucalipto plantadas, representando menos de 2% do total de florestas plantadas da Empresa. O valor total da operação é de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), a ser pago de forma parcelada, sendo R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) à vista e o saldo remanescente em 60 (sessenta) parcelas mensais, corrigidas conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual celebrado entre as partes. Durante o período correspondente ao prazo de pagamento, a Eucatex permanecerá na posse da área, tempo suficiente para colher a floresta lá plantada. Essa alienação está alinhada à estratégia da Companhia de otimização de seu portfólio de ativos, e os recursos provenientes da operação serão destinados a investimentos estratégicos. A Companhia reitera seu compromisso com a transparência, a boa governança corporativa e a geração de valor sustentável para seus acionistas e demais públicos de interesse.

E.1.g. Item 2.7 – Destinação de Resultados

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro

Informações Consolidadas	2025	2024	2023

a) Regras sobre a retenção de lucros	O resultado apurado, depois de feitas as provisões e deduções legais até os limites máximos previstos em lei, inclusive quanto a provisão para o imposto de renda, terá a seguinte destinação: a) Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. b) O lucro líquido apurado será destinado como segue: b.1) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; b.2) constituição de outras reservas previstas em lei; b.3) pagamento de dividendo anual ou semestral, observado o disposto nos artigos 8º, alínea “a” e artigo 9º do Estatuto e ainda ajustado pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Ativos Biológicos, conforme previsto no Artigo 31-A; e, b.4) formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente e acréscimos de capital de giro.

b) Regras sobre a distribuição de dividendos	Todas as ações têm assegurado o direito a dividendo obrigatório, não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.			
	O não pagamento dos dividendos por três exercícios consecutivos conferirá às ações preferenciais o direito de voto que persistirá até a Assembleia Geral que lhes atribuir dividendos. Têm direito a dividendos superiores em 10% aos atribuídos às ações ordinárias, prioridade na percepção de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório, e no reembolso, em caso da liquidação da Companhia, participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso.			
	Valores em R\$ 000	2025	2024	2023
	Lucro Líquido	319.114	198.025	422.208
	(-) Reserva Legal	(15.956)	(9.901)	(21.110)
	(-) Reserva Especial de dividendos	-	-	-
	(-) Dividendos Obrigatórios/JCP	(100.456)	(65.676)	(24.696)
	(-) Reservas/Retenções	(202.702)	(122.448)	(376.402)
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual			

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Em 2023, a Companhia reconheceu em seu resultado R\$ 85 milhões relativos a incentivos fiscais que deverão constituir a reserva para Subvenção e não serão distribuídos. Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados passaram a ser caracterizados como subvenções para investimentos, não alcançados pela tributação do imposto de renda e da contribuição social. Os respectivos montantes desses incentivos deverão ser alocados, no patrimônio líquido, em conta de reserva de incentivos fiscais. Conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, a referida reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, <i>ou para aumento de capital</i>. Esse mesmo dispositivo legal prevê que os valores computados na reserva de incentivos fiscais não deverão compor a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submeter valores que venham a ser destinados aos sócios ou acionistas à tributação pelo IRPJ e CSLL.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável.

E.1.h. Item 2.8 – Itens Relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i - arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não possui qualquer arrendamento ativo/passivo ou operação não registrada nas demonstrações financeiras.

ii - carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Até esta data, a Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas.

iii - contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iv - contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção não terminada.

v - contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Até esta data, a Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

E.1.i. Item 2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não existem quaisquer outros itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia

b) natureza e o propósito da operação

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes à natureza e propósito da operação.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes à natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

E.1.j. Item 2.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Destacam-se os seguintes investimentos realizados em 2023, 2024, 2025 e 2026:

- Aquisição de caldeira com alimentação de biomassa;
- Nova Prensa BP em Botucatu/SP;
- Fábrica de Slurry;
- Aquisição de novas envasadoras de Tintas; e
- Investimentos em plantio de florestas
- Aquisição de sistema tintométrico

Os investimentos previstos para 2026 somam R\$ 495,2 milhões. Os Investimentos realizados foram: em 2025 R\$410,8 milhões, em 2024 R\$ 300,9 milhões; e em 2023, R\$ 254,8 milhões, incluindo os investimentos de sustentação e florestais.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Entre as principais fontes de financiamento, destacam-se instituições financeiras nacionais, fornecedores nacionais e estrangeiros e a geração de caixa da companhia. A contratação de capital de terceiros utiliza-se, preferencialmente, de linhas de longo prazo, considerando as condições de mercado do momento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há.

c) Novos produtos e serviços

Industria Moveleira e Revenda Madeireira

A Eucatex tem em seu plano de negócios anual o desenvolvimento de novos produtos, com o objetivo de atender as demandas do mercado de painéis MDP/T-HDF/MDF e Chapa de fibras de Madeira, a renovação de padrões ou linhas de produtos e a exclusão de portfólio de produtos com ciclo de vida em declínio.

Através da participação em feiras do setor e ações dirigidas com clientes, a Eucatex busca inovar nos lançamentos para o mercado. A equipe de marketing e desenvolvimento visita a Feira de Design de Milão na Itália em busca de novas soluções de acabamento e renovação da padronagem e design seguindo as últimas tendências do mercado italiano.

As pesquisas de mercado em clientes, nos diversos segmentos de mercado, no Brasil e exterior permitem conclusões e análises para a tomada de decisões estratégicas da Companhia.

Construção Civil

A Companhia tem em seu portfólio vários produtos destinados ao mercado da Construção Civil, como Tintas Imobiliárias, Pisos Vinílicos, Portas, Batentes, Rodapés, Painéis de Divisória Perfis Metálicos, entre outros. A Construção Civil representa aproximadamente 40% do faturamento da Companhia, com destaque para o setor de Tintas Imobiliárias, que representa mais da metade desse montante. Visando reforçar a sua marca e a presença no ponto de venda, a Companhia tem lançado produtos novos para complementar seu portfólio e também buscado alternativas para ampliar sua participação nos seus canais de atuação. Exemplo disso, foi o desenvolvimento da linha de impermeabilizantes e tintas para diversas aplicações que tem ajudado no crescimento do negócio.

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas - Madeira

1. Pesquisas voltadas para o gosto do consumidor final das classes C e D focadas no público de baixa renda;
2. Pesquisas qualitativas de produtos de alta qualidade e acabamento voltados para a classe B2C e B1B2, visando ocupar espaço com a nova linha de T-HDF/MDF;

3. Desenvolvimento de tecnologias de acabamento em brilho e em acabamento acetinado, visando oferecer ao mercado acabamentos não existentes em nosso mercado;
4. Desenvolvimento de processos e de tecnologia de tratamento de papéis e foils visando liderança de custo do setor de acabamento de laminação direta em linha contínua;
5. Pesquisas quantitativas de faturamento de produtos para lançamentos e enxugamento de linhas ou padrões de acabamento, visando a atualização do portfólio de produtos comercializados pela empresa;
6. Pesquisas qualitativas para o desenvolvimento e lançamento de novos produtos em feiras nacionais e internacionais;
7. Pesquisa Mercadológica de Produtos, novo canal de venda de produtos já comercializados pela Companhia;
8. Pesquisas de preços de produtos;
9. Pesquisas de Market Share;
10. Pesquisa de segmentação de produtos por classe social de consumo de móveis;
11. Pesquisas diversas relacionadas à concorrência - “benchmarking”;
12. Pesquisa de móveis para orientação de projetos em clientes estratégicos;
13. Pesquisas dirigidas aos formadores de opinião para lançamentos futuros;
14. Pesquisa com fornecedores parceiros, arquitetos e designer, para complementação dos produtos de lançamento;
15. Pesquisa de potencial de consumo;
16. Pesquisa tendência de padrões piso laminado;
17. Pesquisa padrões pisos sucedâneos;
18. Pesquisa de mercado de pisos em geral;
19. Pesquisa desenvolvimento de divisórias;
20. Pesquisa mercado de portas;
21. Pesquisa de Market Share do Mercado de Pisos Laminados; e
22. Pesquisas de Satisfação com clientes – CERC.

Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas – Tintas e Vernizes

1. Pesquisa de satisfação – Logística / Prazos de entrega;
2. Pesquisa de satisfação a respeito da Integridade das embalagens;
3. Pesquisa de satisfação – Desempenho do equipamento tintométrico;

4. Pesquisa de clima organizacional;
5. Pesquisa Market Share mercado tintas;
6. Pesquisa vendas cimento;
7. Pesquisa vendas materiais de construção (geral);
8. Pesquisa de Cordialidade e Cortesia no Atendimento da Central Eucatex de Relacionamento;
9. Pesquisa da eficácia e prontidão da Assistência Técnica em solucionar dúvidas ou problemas;
10. Pesquisa de Suporte Eucatex na atualização de fórmulas e solução de dúvidas problemas/E-colors;
11. Pesquisa sobre a qualidade da linha de produtos da Tintas Eucatex;
12. Pesquisa sobre a Eficiência de entrega e dos serviços prestados pelo Centro de Distribuição Eucatex instalado nas regiões por este atendida;
13. Pesquisa sobre a cordialidade, cortesia e prontidão no Atendimento do Agente Comercial;
14. Pesquisa de Shopping de Preços;
15. Pesquisa de mercado comércio eletrônico (E-Commerce);
16. Pesquisa tendência de cores;
17. Pesquisa segmentação classes sociais;
18. Pesquisa gerenciamento por categoria;
19. Pesquisa consumo de tinta por município;
20. Pesquisa novas tecnologias;
21. Pesquisa mercado tintométrico;
22. Pesquisa leis municipais (descarte tintas);
23. Pesquisa logística reversa;
24. Pesquisa de satisfação – Blitz Eucatex;
25. Pesquisa de satisfação – Palestras;
26. Pesquisa de satisfação – Pintura de PDV;
27. Pesquisa mercado impermeabilizantes;
28. Pesquisa mercado cola branca;
29. Pesquisa mercado tinta hospitalar;
30. Pesquisa mercado tinta para sinalização viária;
31. Pesquisa canais distribuição; e
32. Pesquisa nanotecnologia.

iii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O montante gasto no desenvolvimento de novos produtos no ano de 2025 foi de R\$ 10,6 milhões.

iv) Projetos em desenvolvimentos já divulgados – Madeira

Lançamentos 2023/2024/2025

Na área da Indústria, foram lançados no último ano, linhas de produtos para o segmento B2 C+, produto exclusivo e único, visando à inovação, diferenciação e valor agregado.

Foram lançadas novas linhas de produtos com foco nos segmentos A2, B1 e B2, diferenciados nos padrões dos revestimentos e novas texturas.

Lançamento de vários padrões, unicolores ou amadeirados, para o mercado, que se refletem nas cores dos móveis fabricados nos diversos ambientes da casa (sala, quarto, cozinha) e em instalações comerciais diversas, para todos os segmentos de mercado, principalmente o popular C e D e de maior valor agregado B1 e B2.

Lançamento de 2 novas linhas de produtos para fabricação de móveis seriados e sob medida.

Nova linha de Painéis MDP com alto brilho e resistência para fabricação de móveis seriados. Nova linha de Pannel MDP com design de superfície.

v) Projetos em desenvolvimentos já divulgados – Tintas

Lançamentos 2025/2024/2023

- Eucatex Impermeabilizante
- Eucatex epóxi base água
- Nova geração de produtos brilhantes
- Eucatex Toque Suave

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ESG

A Companhia está estruturando seu plano de ESG com diversas ações, conforme descrito abaixo.

Nossas Pessoas:

- Comitê de Ética
- Canal de Denúncias
- Programa Corporativo de Integração de Colaboradores

- Comitê de Pessoas e Governança
- Padronização de Políticas e Procedimentos

Mercado:

- Compras sustentáveis na cadeia de suprimentos
- Gestão de Riscos ESG

Sociedade:

- Apicultura
- Projeto Cor e Ação
- Comunicação com Partes Interessadas
- Projetos Anjos EUCA
- Projeto Geração de Renda

Meio Ambiente:

- Expansão do Projeto de Reciclagem de Madeira
- Educação Ambiental – Casa da Natureza
- Parceria Comerc Energia
- Reuso de Água – Tratamento com Ozônio (Unidade Tintas)
- Reutilização do Lodo (Unidade Tintas)
- Reutilização do Solvente de Limpeza (Unidade Tintas)
- Gestão de Gases de Efeito Estufa
- Economia Circular (Unidade Madeira)

E.1.k. Item 2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Não há outros fatores com influência que a Companhia julgue relevante.

E. 2. Remuneração dos Administradores (Item 8 do Formulário de Referência – Anexo C da ICVM 80/22)

- a) A presente proposta de remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho de Administração e Fiscal abrangerá o período da Assembleia Geral atual até a próxima.

- b) O valor aprovado na proposta do ano anterior foi de R\$ 15,8 milhões. O montante total gasto no exercício de 2025 foi de R\$ 14,0 milhões, aproximadamente 10,1% inferior ao valor proposto a ser pago aos administradores e aos Conselhos de Administração e Fiscal. O valor da remuneração global aprovado na Assembleia visa cobrir os gastos com a remuneração dos Administradores e Conselhos de Administração e Fiscal e leva em consideração a estimativa de gastos projetada para esse fim. A variação pode ser explicada pela diferença entre o estimado e o realizado. A remuneração é reajustada anualmente tendo como base índices de inflação.
- c) O valor total da proposta atual sofreu reajuste de 5%, em relação ao realizado em 2025, para os membros dos conselhos de Administração, Fiscal e Administradores, além disso foi previsto o pagamento de bônus para os administradores, equalização da remuneração do conselho e pagamento aos membros do conselho de administração que participam dos comitês.
- A proposta de remuneração total dos órgãos de administração para 2026 será de R\$ 17,0 milhões.

E.2.a. Item 8.1 – Descrição da Política ou Prática de Remuneração, inclusive da Diretoria não Estatutária

a) objetivo da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração da Companhia para os membros do conselho de administração, fiscal e diretoria estatutária visa remunerá-los de acordo com o mercado, levando em conta o cargo exercido e os níveis de responsabilidade. A remuneração é definida e revisada com base em estudos de mercado que analisam grandes empresas de diferentes setores, com o objetivo de manter o pacote de remuneração atrativo e competitivo

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

- (i) **os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

A definição da remuneração global da Diretoria da Eucatex e do Conselho de Administração é conduzida primeiramente pelo RH da Companhia, com base em estudos de mercado, passando pela aprovação do Comitê de Pessoas e Governança, após isso, é aprovada pelo Conselho de Administração e posteriormente aprovada na Assembleia Geral de Acionistas.

- (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia adota a metodologia de remuneração baseada em pesquisa de mercado, comparando com os valores praticados internamente.

- (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração da diretoria e do conselho é avaliada anualmente pelo Conselho de Administração e depois aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

c) composição da remuneração indicando

- (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa, além de uma remuneração por cada comitê que participam.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas a uma remuneração fixa.

Diretoria

Os membros das diretorias estatutária e não estatutária recebem uma remuneração fixa, composta da verba de honorários e variável, que inclui a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) de até um salário anual.

- **objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

O alinhamento com os objetivos de curto, médio e longo prazo ocorre na medida em que a Companhia procura manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado e vinculando a parte variável aos resultados.

- **proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Remuneração Fixa

Ano	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
2023	100,0%	100,0%	95,7%
2024	100,0%	100,0%	93,0%
2025	100,0%	100,0%	93,2%

Remuneração Variável

Ano	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
2023	0,0%	0,0%	4,3%
2024	0,0%	0,0%	7,0%
2025	0,0%	0,0%	6,8%

▪ metodologia de cálculo e de reajuste

Nos últimos três exercícios e no previsto para o ano de 2026, os reajustes nas remunerações da Administração e dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal foram calculados em função dos índices de inflação que estão refletidos nos índices do dissídio coletivo da sede da Companhia.

▪ principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

No estabelecimento da remuneração dos Administradores, da parcela referente à Participação nos Lucros, são levados em consideração o desempenho de indicadores de desempenho operacionais de vendas, produção e alguns relativos ao Resultado Econômico, medidos pelo Lucro Líquido e pelo EBITDA.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração estabelecida para os administradores segue as tendências de mercado, visando atingir as estratégias de retenção, motivação e comprometimento dos profissionais. A Administração entende que atualmente a remuneração está atendendo aos objetivos.

(iii) existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

E.2.b. Item 8.2 – Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Ano 2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	7	0	5	12
Remuneração Fixa Anual	1.728.000,00	-	9.489.045,16	11.217.045,16
- Honorários	-	-	7.581.858,36	7.581.858,36
- Benefícios Diretos ou Indiretos	-	-	391.103,54	391.103,54
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	1.516.083,26	1.516.083,26
Remuneração Variável Anual	-	-	424.830,84	424.830,84
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos Resultados	-	-	424.830,84	424.830,84
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-
Total (R\$)	1.728.000,00	-	9.913.876,00	11.641.876,00

Ano 2024	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	7	3	5	15
Remuneração Fixa Anual	2.089.000,00	253.003,50	9.779.655,71	12.121.659,21
- Honorários	2.089.000,00	-	7.774.379,38	9.863.379,38
- Benefícios Diretos ou Indiretos	-	-	406.495,06	406.495,06
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	1.598.781,27	1.598.781,27
Remuneração Variável Anual	-	-	732.420,77	732.420,77
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos Resultados	-	-	732.420,77	732.420,77
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-
Total (R\$)	2.089.000,00	253.003,50	10.512.076,48	12.854.079,98

Ano 2025	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	7	3	5	15
Remuneração Fixa Anual	2.870.000,00	404.805,60	10.016.838,48	13.291.644,08
- Honorários	2.870.000,00	-	7.866.100,25	10.736.100,25
- Benefícios Diretos ou Indiretos	-	-	425.935,92	425.935,92
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros	-	-	1.724.802,31	1.724.802,31
Remuneração Variável Anual	-	-	735.998,85	735.998,85
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos Resultados	-	-	735.998,85	735.998,85
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-
Total (R\$)	2.870.000,00	404.805,60	10.752.837,33	14.027.642,93

Ano 2026 (orçado)	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	7	3	5	15
Remuneração Fixa Anual	3.768.468,00	428.099,04	10.517.680,40	14.714.247,44
- Honorários	3.240.468,00	428.099,04	8.259.405,26	11.927.972,30
- Benefícios Diretos ou Indiretos	-	-	447.232,72	447.232,72
- Remuneração por participação em comitês	528.000,00	-	-	528.000,00
- Outros	-	-	1.811.042,43	1.811.042,43
Remuneração Variável Anual	-	-	1.832.798,79	1.832.798,79
- Bônus	-	-	1.060.000,00	1.060.000,00
- Participação nos Resultados	-	-	772.798,79	772.798,79
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-
Total (R\$)	3.768.468,00	428.099,04	12.350.479,20	16.547.046,24

E.2.c. Item 8.3 – Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Ano 2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	7	0	5	12
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Efetivamente Reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Ano 2024	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	7	3	5	15
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Efetivamente Reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Ano 2025	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	7	3	5	15
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Efetivamente Reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

E.2.d. Item 8.4 – Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

Não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

E.2.e. Item 8.5 – Remuneração Baseada em Ações em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

Não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

E.2.f. Item 8.6 – Informações sobre cada outorga de opções de compra de ações

Não há opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

E.2.g. Item 8.7 – Informações sobre as opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não há opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

E.2.h. Item 8.8 – Informações em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplicam a Companhia.

E.2.i. Item 8.9 – Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários

Não aplicável, pois não há remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

E.2.j. Item 8.10 – Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois não há remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

E.2.k. Item 8.11 – Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

E.2.l. Item 8.12 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, pois não há remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

E.2.m. Item 8.13 – Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Posição em 31.12.2025						
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
Controlador	30.663.875	98,10%	9.807.223	15,98%	40.471.098	43,70%
Conselho de Administração	-	0,00%	9.800	0,02%	9.800	0,01%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria	-	0,00%	9.729	0,02%	9.729	0,01%
Total de Ações	30.663.875	98,10%	9.826.752	16,01%	40.490.627	43,72%
Total Geral de Ações	31.257.700	100,00%	61.361.556	100,00%	92.619.256	100,00%

* De acordo com a instr. CVM 44/21

E.2.n. Item 8.14 – Informações sobre Planos de Previdência conferidos aos Membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

E.2.o. Item 8.15 – Remuneração Individual Máxima, Mínima e Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Ano 2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	7	5	5	17
Valor da maior remuneração individual/ano	420.000,00	-	2.659.832,09	3.079.832,09
Valor da menor remuneração individual/ano	216.000,00	-	376.605,97	592.605,97
Valor da média remuneração individual/ano	318.000,00	-	1.518.219,03	1.836.219,03

*No tocante a Diretoria Estatutária a média foi calculada considerando somente os honorários

Ano 2024	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	7	3	5	15
Valor da maior remuneração individual/ano	420.000,00	84.334,50	2.794.401,63	3.298.736,13
Valor da menor remuneração individual/ano	216.000,00	84.334,50	524.664,31	824.998,81
Valor da médio remuneração individual/ano	318.000,00	84.334,50	1.659.532,97	2.061.867,47

*No tocante a Diretoria Estatutária a média foi calculada considerando somente os honorários

Ano 2025	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	7	3	5	15
Valor da maior remuneração individual/ano	420.000,00	134.935,20	3.043.137,43	3.598.072,63
Valor da menor remuneração individual/ano	140.000,00	134.935,20	569.665,51	844.600,71
Valor da médio remuneração individual/ano	280.000,00	134.935,20	1.806.401,47	2.221.336,67

*No tocante a Diretoria Estatutária a média foi calculada considerando somente os honorários

E.2.p. Item 8.16 – Mecanismos de Remuneração ou Indenização para os Administradores em caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

E.2.q. Item 8.17 – Percentual na Remuneração Total detido por Administradores e Membros do Conselho que sejam Partes Relacionadas aos Controladores

ANO 2023	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
Partes relacionadas aos controladores (%)	32%	68%

ANO 2024	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
Partes relacionadas aos controladores (%)	32%	68%

ANO 2025	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
Partes relacionadas aos controladores (%)	32%	68%

E.2.r. Item 8.18 – Remuneração de Administradores e Membros do Conselho Fiscal, agrupados por Órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não ocorreram remunerações de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

E.2.s. Item 8.19 – Remuneração de Administradores e Membros do Conselho Fiscal reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades sob Controle comum e de Controladas do emissor

Não ocorreram remunerações de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

E.2.t. Item 8.20 – Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante.

E. 3. Destinação do Lucro Líquido do Exercício (Anexo A da ICVM 81/22)

Propõe-se que o lucro acumulado no final do exercício constante das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 319.114 mil reais, seja destinado, conforme segue:

Destinação do Lucro	R\$ Mil
Lucro Líquido do exercício	319.114
Reserva legal	(15.956)
Constituição / Realização da Reserva de Ativos Contingentes	112.420
Constituição/Realização da reserva de lucros a realizar-previsto no estatuto -ativo biológico	(75.966)
Juros sobre capital próprio atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	(100.456)
Reserva de expansão e investimentos e outros	239.156

E.3.a. Lucro Líquido no Final do Exercício

O lucro acumulado no final do exercício social de 2025 foi de R\$ 319.114 mil reais.

O lucro ajustado no final do exercício social de 2025 foi de R\$ 339.612 mil reais.

	R\$ Mil
Lucro Acumulado no Final do Exercício	319.114
Lucro a distribuir	319.114
Constituição de Reserva Legal	(15.956)
Constituição da Reserva de ativos biológicos	(75.966)
Constituição de Reserva de ativos contingentes	112.420
Lucro líquido ajustado	339.612

E.3.b. Montante Global e o Valor por Ação dos Dividendos, incluindo Dividendos Antecipados e Juros sobre Capital Próprio já declarados

Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios 2025	R\$ Mil
Lucro Líquido do exercício	319.114
Lucro líquido do exercício ajustado	339.612
Lucro líquido base para dividendos	339.612
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	84.903
Dividendos mínimos obrigatórios a distribuir	84.903
Juros sobre capital próprio	100.456
Imposto de renda na fonte sobre juros sobre capital próprio	(13.854)
Juros sobre capital próprio a pagar	86.602
Juros sobre capital próprio	86.602
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	1.699

	2025
Descrição	R\$ mil
Juros sobre Capital Próprio (JSCP)	100.456
JSCP por ação ordinária em reais	1,022660
JSCP por ação preferencial em reais	1,124950

Data do pagamento	Até o final de 2026
-------------------	---------------------

E.3.c. Percentual do Lucro Líquido do Exercício Distribuído

O percentual do lucro líquido do exercício ajustado distribuído representou 25,5% do lucro líquido do exercício.

	2025
Lucro Líquido Ajustado Distribuído	339.612
Juros sobre capital próprio líquido	86.602
Dividendo mínimo obrigatório	84.903
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	1.699
% sobre Lucro Líquido Ajustado Distribuído)	25,5%

E.3.d. Montante de Global e o Valor por Ação de Dividendos Distribuídos com base em Lucro de Exercícios Anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores

E.3.e. Deduzidos os Dividendos Antecipados e Juros sobre Capital Próprio já Declarados

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica

E.3.f. Caso tenha havido Declaração de Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio com base em Lucros Apurados em Balanços Semestrais ou em Períodos Menores

Não aplicável, uma vez que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprios com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos anteriores.

E.3.g. Tabela Comparativa indicando os seguintes valores por Ação de cada Espécie e Classe:

E.3.h. Caso a Companhia possua Ações Preferenciais com Direito a Dividendos Fixos ou Mínimos

a) Forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Todas as ações têm assegurado o direito a dividendo obrigatório, não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária brasileira. As ações preferenciais têm direito a dividendos superiores em 10% aos atribuídos às ações ordinárias.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, dado que as ações preferenciais não têm direito a dividendos fixos ou mínimos.

As ações preferenciais emitidas pela Companhia conferem a seus titulares o direito a dividendos de no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, nos termos do art. 17, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

E.3.i. Dividendo Obrigatório

a) Forma de cálculo prevista no estatuto

Os dividendos obrigatórios são calculados conforme o artigo 9º do estatuto social da Companhia e em montante não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76 e do art. 31 do Estatuto Social da Companhia.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

[Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente]

c) Informar o montante eventualmente retido

Base para os dividendos em 31 de dezembro foram calculados da seguinte forma	2025
Lucro líquido do exercício	319.114
Reserva legal	(15.956)
Constituição da reserva de contingente ativo	112.420
Constituição da reserva de ativo biológico	(75.966)
Lucro líquido base para dividendos	339.612
(a) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	84.903
(b) Juros sobre o capital próprio do resultado do exercício	100.456
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(13.854)
Dividendos / Reserva Especial de Dividendos do resultado do exercício	-
Total de dividendos/JCP a distribuir declarados líquido de IR	86.603
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	1.699

E.3.j. Retenção do Dividendo Obrigatório devido à Situação Financeira da Companhia

Não se aplica.

E.3.k. Destinação de Resultado para Reserva de Contingências

Não se aplica.

E.3.l. Destinação de Resultado para Reserva de Lucros a Realizar

a) Montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

b) Natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

E.3.m. Destinação de Resultado para Reservas Estatutárias

a) Cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Art. 31-A Reserva de Ativos Biológicos e 31-B Reserva de Ativos Contingentes

b) Montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva de Ativos Biológicos é de R\$ 76,0 milhões, referente do reconhecimento de ativos biológicos, com efeito em seu resultado, de receitas e despesas derivadas do ajuste ao valor justo dos ativos biológicos, os quais não provocam entrada ou saída de caixa no mesmo período em que reconhecidas, e a constituição se dá através da variação do valor justo e a realização através da exaustão.

O montante realizado de reserva de Ativos Contingentes é de R\$ 112,4 milhões, que são decorrentes:

(i) ao resultado líquido positivo do imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL; (ii) o lucro não realizado referente a contabilização de indébito tributário.

c) Cálculo do montante destinado à constituição de reserva para investimento e expansão

Não se aplica.

E.3.n. Retenção de Lucros Prevista em Orçamento de Capital

a) Montante da retenção

Não se aplica.

b) Cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

E.3.o. Destinação de Resultado para a Reserva de Incentivos Fiscais

Não se aplica.

E.5 Alteração do Estatuto Social da Companhia

(Conforme Artigo 12, incisos I e I, da Resolução CVM nº 81)

A Administração propõe alteração do estatuto social da Companhia da seguinte forma:

COMPARATIVO ENTRE A REDAÇÃO ANTIGA E DO ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

ATUAL	PROPOSTO	COMPARATIVO	JUSTIFICATIVA
EUCATEX S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO COMPANHIA ABERTA CNPJ/MF 56.643.018/0001-66 NIRE Nº 3530028015 ESTATUTO SOCIAL CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO ARTIGO 1º A EUCATEX S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma sociedade por ações, e se rege pelo presente Estatuto e disposições legais aplicáveis. PARÁGRAFO ÚNICO: Com a admissão da sociedade no segmento especial de listagem	EUCATEX S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO COMPANHIA ABERTA CNPJ/MF 56.643.018/0001-66 NIRE Nº 3530028015 ESTATUTO SOCIAL CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO ARTIGO 1º A EUCATEX S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma sociedade por ações, e se rege pelo presente Estatuto e disposições legais aplicáveis (“<u>Companhia</u>”). PARÁGRAFO PRIMEIRO: Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem	EUCATEX S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO COMPANHIA ABERTA CNPJ/MF 56.643.018/0001-66 NIRE Nº 3530028015 ESTATUTO SOCIAL CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO ARTIGO 1º A EUCATEX S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma sociedade por ações, e se rege pelo presente Estatuto e disposições legais aplicáveis.- <u>(“Companhia”).</u> PARÁGRAFO ÚNICO <u>PRIMEIRO</u>: Com a admissão da sociedade <u>Companhia</u> no	Não há alterações. Não há alterações. Não há alterações. Alteração de artigo para consolidação da definição da Eucatex S/A – Indústria e Comércio como “Companhia”. Uniformização da redação do Estatuto Social e atualização da

denominado Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa S/A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), a sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal quando instalado, sujeitar-se-ão às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa (Regulamento do Nível 1).

Sem correspondência no Estatuto Social Atual.

denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal quando instalado, sujeitar-se-ão às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão (Regulamento do Nível 1).

PARÁGRAFO SEGUNDO: As disposições do Regulamento do Nível 1 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da ~~BM&FBovespa~~B3 S/A -- Brasil, Bolsa, Balcão, ~~a sociedade~~Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal quando instalado, sujeitar-se-ão às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da ~~BM&FBovespa~~B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão (Regulamento do Nível 1).

PARÁGRAFO SEGUNDO: As disposições do Regulamento do Nível 1 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

denominação social da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão.

Inclusão de novo parágrafo reforçando as regras do regulamento de listagem da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão a que se submete a Companhia.

ARTIGO 2º A Sociedade tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, à Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 1830 – Torre I – 11º andar – CEP. 04543-900, podendo abrir e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios, depósitos de vendas, em qualquer localidade do País ou no Exterior, mediante deliberação da Diretoria.

ARTIGO 3º A Sociedade tem por objeto a produção agrícola e industrial de fibras vegetais, bem como dos respectivos artefatos, a usinagem e produção industrial de implementos metálicos e plásticos, destinados a aplicação em construções e outros fins, a administração de bens, a exploração agrícola e de minerais, o reflorestamento para si ou para terceiros, o comércio

ARTIGO 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, à Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 1830 – Torre II– 11º andar – Sala 1 - CEP. 04543-900, podendo abrir e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios, depósitos de vendas, em qualquer localidade do País ou no Exterior, mediante deliberação da Diretoria.

ARTIGO 3º A Companhia tem por objeto a produção agrícola e industrial de fibras vegetais, bem como dos respectivos artefatos, a usinagem e produção industrial de implementos metálicos e plásticos, destinados a aplicação em construções e outros fins, a administração de bens, a exploração agrícola e de minerais, o reflorestamento para si ou para terceiros, o comércio e a indústria de produtos de

ARTIGO 2º —A ~~Sociedade~~Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, à Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 1830 – Torre ~~I~~II– 11º andar – Sala 1 - CEP. 04543-900, podendo abrir e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios, depósitos de vendas, em qualquer localidade do País ou no Exterior, mediante deliberação da Diretoria.

ARTIGO 3º —A ~~Sociedade~~Companhia tem por objeto a produção agrícola e industrial de fibras vegetais, bem como dos respectivos artefatos, a usinagem e produção industrial de implementos metálicos e plásticos, destinados a aplicação em construções e outros fins, a administração de bens, a exploração agrícola e de minerais, o reflorestamento para

Uniformização da redação do Estatuto Social e atualização do endereço da Companhia.

Uniformização da redação do Estatuto Social.

e a indústria de produtos de origem animal, vegetal e mineral, a importação e exportação, a representação por conta própria ou de terceiros e atividades ligadas aos objetivos acima citados e, ainda, a comercialização do excedente energético.	origem animal, vegetal e mineral, a importação e exportação, a representação por conta própria ou de terceiros e atividades ligadas aos objetivos acima citados e, ainda, a comercialização do excedente energético.	si ou para terceiros, o comércio e a indústria de produtos de origem animal, vegetal e mineral, a importação e exportação, a representação por conta própria ou de terceiros e atividades ligadas aos objetivos acima citados e, ainda, a comercialização do excedente energético.	
PARÁGRAFO ÚNICO - A sociedade poderá participar de outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista.	PARÁGRAFO ÚNICO - A Companhia poderá participar de outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista.	PARÁGRAFO ÚNICO - A sociedade <u>Companhia</u> poderá participar de outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista.	Uniformização da redação do Estatuto Social.
ARTIGO 4º O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.	ARTIGO 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.	ARTIGO 4º O prazo de duração da Sociedade <u>Companhia</u> é indeterminado.	Uniformização da redação do Estatuto Social.
CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES	CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES	CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES	Não há alterações.
ARTIGO 5º O Capital Social é de R\$851.940.928,08	ARTIGO 5º O Capital Social é de R\$1.485.246.535,67 (um bilhão,	ARTIGO 5º — O Capital Social é de R\$ 851.940.928,08	Consolidação da redação aprovada em razão do aumento

(oitocentos e cinquenta e um milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e vinte e oito reais e oito centavos) , dividido em 92.619.256 (noventa e dois milhões, seiscentas e dezenove mil, duzentas e cinqüenta e seis) ações escriturais, nominativas, sem valor nominal, sendo: a) 31.257.700 (trinta e um milhões, duzentas e cinqüenta e sete mil e setecentas) ações ordinárias, e, b) 61.361.556 (sessenta e um milhões, trezentas e sessenta e uma mil, quinhentas e cinqüenta e seis) ações preferenciais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Cada espécie e classe de ações terá numeração própria.

quatrocentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos), dividido em 92.619.256 (noventa e dois milhões, seiscentas e dezenove mil, duzentas e cinqüenta e seis) ações escriturais, nominativas, sem valor nominal, sendo: a) 31.257.700 (trinta e um milhões, duzentas e cinqüenta e sete mil e setecentas) ações ordinárias, e, b) 61.361.556 (sessenta e um milhões, trezentas e sessenta e uma mil, quinhentas e cinquenta e seis) ações preferenciais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Cada espécie e classe de ações terá numeração própria.

~~(oitocentos~~1.485.246.535,67 ~~(um bilhão, quatrocentos e~~ ~~cinquenta e um~~cinco milhões, ~~novecentos~~duzentos e quarenta ~~e seis~~ mil, ~~novecentos e~~ ~~vinete~~quinhentos e ~~oit~~trinta e ~~cinco~~ reais e ~~oit~~sessenta e sete centavos~~),~~ dividido em 92.619.256 (noventa e dois milhões, seiscentas e dezenove mil, duzentas e cinqüenta e seis) ações escriturais, nominativas, sem valor nominal, sendo: a) 31.257.700 (trinta e um milhões, duzentas e cinqüenta e sete mil e setecentas) ações ordinárias, e, b) 61.361.556 (sessenta e um milhões, trezentas e sessenta e uma mil, quinhentas e cinqüenta e seis) ações preferenciais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Cada espécie e classe de ações terá numeração própria.

deliberado e aprovado na Reunião de Conselho de Administração, realizada em 29 de dezembro de 2025.

Não há alterações.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As ações terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada que a Sociedade designar, sem emissão de certificados.	PARÁGRAFO SEGUNDO - As ações terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada que a Companhia designar, sem emissão de certificados.	PARÁGRAFO SEGUNDO - As ações terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada que a Sociedade <u>Companhia</u> designar, sem emissão de certificados.	Uniformização da redação do Estatuto Social.
ARTIGO 6º A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.200.000.000 (hum bilhão e duzentos milhões) de ações, mediante a emissão de 400.000.000 (quatrocentas milhões) de ações ordinárias, e de 800.000.000 (oitocentas milhões) de ações preferenciais.	ARTIGO 6º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.200.000.000 (hum bilhão e duzentos milhões) de ações, mediante a emissão de 400.000.000 (quatrocentas milhões) de ações ordinárias, e de 800.000.000 (oitocentas milhões) de ações preferenciais.	ARTIGO 6º —A Sociedade <u>Companhia</u> está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.200.000.000 (hum bilhão e duzentos milhões) de ações, mediante a emissão de 400.000.000 (quatrocentas milhões) de ações ordinárias, e de 800.000.000 (oitocentas milhões) de ações preferenciais.	Uniformização da redação do Estatuto Social.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O limite do capital autorizado da Sociedade somente poderá ser	PARÁGRAFO PRIMEIRO - O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser	PARÁGRAFO PRIMEIRO - O limite do capital autorizado da Sociedade <u>Companhia</u> somente	Uniformização da redação do Estatuto Social.

modificado por deliberação da Assembléia Geral.	modificado por deliberação da Assembléia Geral.	poderá ser modificado por deliberação da Assembléia Geral.	
PARÁGRAFO SEGUNDO - A Sociedade, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços, com ações em tesouraria ou mediante emissão de novas ações, excluindo o direito de preferência para os acionistas.	PARÁGRAFO SEGUNDO - A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços, com ações em tesouraria ou mediante emissão de novas ações, excluindo o direito de preferência para os acionistas.	PARÁGRAFO SEGUNDO - A Sociedade<u>Companhia</u>, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços, com ações em tesouraria ou mediante emissão de novas ações, excluindo o direito de preferência para os acionistas.	Uniformização da redação do Estatuto Social.
ARTIGO 7º Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.	ARTIGO 7º Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.	ARTIGO 7º Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.	Não há alterações.
ARTIGO 8º As Ações Preferenciais não terão direito de voto, e gozarão das seguintes vantagens e preferências:	ARTIGO 8º As Ações Preferenciais não terão direito de voto, e gozarão das seguintes vantagens e preferências:	ARTIGO 8º As Ações Preferenciais não terão direito de voto, e gozarão das seguintes vantagens e preferências:	Não há alterações.

a) direito a dividendos de no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;	a) direito a dividendos de no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;	a) direito a dividendos de no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;	Não há alterações.
b) prioridade na percepção eventual de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório de que trata o art. 9º deste Estatuto;	b) prioridade na percepção eventual de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório de que trata o art. 9º deste Estatuto;	b) prioridade na percepção eventual de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório de que trata o art. 9º deste Estatuto;	Não há alterações.
c) prioridade no reembolso do capital, na hipótese de liquidação da Sociedade;	c) prioridade no reembolso do capital, na hipótese de liquidação da Companhia;	c) prioridade no reembolso do capital, na hipótese de liquidação da Sociedade<u>Companhia</u>;	Uniformização da redação do Estatuto Social.
d) participação, em igualdade de condições com as Ações Ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso.	d) participação, em igualdade de condições com as Ações Ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso;	d) participação, em igualdade de condições com as Ações Ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso-z.	Ajuste formal de pontuação.
ARTIGO 9º Fica assegurado a todas as ações o pagamento de um dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por	ARTIGO 9º Fica assegurado a todas as ações o pagamento de um dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por	ARTIGO 9º Fica assegurado a todas as ações o pagamento de um dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por	Não há alterações.

cento) do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, respeitadas as vantagens e preferências estabelecidas neste Estatuto.	cento) do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, respeitadas as vantagens e preferências estabelecidas neste Estatuto.	cento) do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, respeitadas as vantagens e preferências estabelecidas neste Estatuto.	
ARTIGO 10º O não pagamento dos dividendos por três exercícios consecutivos conferirá às ações preferenciais o direito de voto, que persistirá até a Assembléia Geral que lhes atribuir dividendos.	ARTIGO 10º O não pagamento dos dividendos por três exercícios consecutivos conferirá às ações preferenciais o direito de voto, que persistirá até a Assembléia Geral que lhes atribuir dividendos.	ARTIGO 10º O não pagamento dos dividendos por três exercícios consecutivos conferirá às ações preferenciais o direito de voto, que persistirá até a Assembléia Geral que lhes atribuir dividendos.	Não há alterações.
ARTIGO 11º O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, poderá aprovar a emissão de ações e/ou bônus de subscrição ou propor à Assembléia Geral a emissão de debêntures conversíveis em ações, com exclusão do direito de preferência, conforme previsto no artigo 172 da Lei nº 6404/76.	ARTIGO 11º O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, poderá aprovar a emissão de ações e/ou bônus de subscrição ou propor à Assembléia Geral a emissão de debêntures conversíveis em ações, com exclusão do direito de preferência, conforme previsto no artigo 172 da Lei nº 6404/76.	ARTIGO 11º O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, poderá aprovar a emissão de ações e/ou bônus de subscrição ou propor à Assembléia Geral a emissão de debêntures conversíveis em ações, com exclusão do direito de preferência, conforme previsto no artigo 172 da Lei nº 6404/76.	Não há alterações.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ressalvado o disposto no “caput” deste artigo, os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para subscrição de aumentos de capital da Sociedade, regendo-se o exercício deste direito pela legislação que lhe for aplicável.

CAPÍTULO III DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

ARTIGO 12º A Assembléia Geral é a reunião dos acionistas, que a ela poderão comparecer por si ou por representantes constituídos na forma da Lei, a fim de deliberarem sobre as matérias de interesse da Sociedade.

ARTIGO 13º A Assembléia Geral Ordinária terá as atribuições previstas na Lei e realizar-se-á dentro do primeiro quadrimestre

PARÁGRAFO ÚNICO - Ressalvado o disposto no “caput” deste artigo, os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para subscrição de aumentos de capital da Companhia, regendo-se o exercício deste direito pela legislação que lhe for aplicável.

CAPÍTULO III DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

ARTIGO 12º A Assembleia Geral é a reunião dos acionistas, que a ela poderão comparecer por si ou por representantes constituídos na forma da Lei, a fim de deliberarem sobre as matérias de interesse da Companhia.

ARTIGO 13º A Assembléia Geral Ordinária terá as atribuições previstas na Lei e realizar-se-á dentro do primeiro quadrimestre

PARÁGRAFO ÚNICO - Ressalvado o disposto no “caput” deste artigo, os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para subscrição de aumentos de capital da ~~Sociedade~~Companhia, regendo-se o exercício deste direito pela legislação que lhe for aplicável.

CAPÍTULO III DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

ARTIGO 12º — A Assembléeia Geral é a reunião dos acionistas, que a ela poderão comparecer por si ou por representantes constituídos na forma da Lei, a fim de deliberarem sobre as matérias de interesse da ~~Sociedade~~Companhia.

ARTIGO 13º A Assembléia Geral Ordinária terá as atribuições previstas na Lei e realizar-se-á dentro do primeiro quadrimestre

Uniformização da redação do Estatuto Social.

Não há alterações.

Uniformização da redação do Estatuto Social.

Não há alterações.

subseqüente ao encerramento do exercício social.	subseqüente ao encerramento do exercício social.	subseqüente ao encerramento do exercício social.	
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sempre que necessário a Assembléia Geral poderá ser instalada em caráter extraordinário, podendo ser realizada concomitantemente com a Assembléia Geral Ordinária.	PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sempre que necessário a Assembléia Geral poderá ser instalada em caráter extraordinário, podendo ser realizada concomitantemente com a Assembléia Geral Ordinária.	PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sempre que necessário a Assembléia Geral poderá ser instalada em caráter extraordinário, podendo ser realizada concomitantemente com a Assembléia Geral Ordinária.	Não há alterações.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A convocação será feita pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante a publicação de editais, na forma da Lei.	PARÁGRAFO SEGUNDO - A convocação será feita pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante a publicação de editais, na forma da Lei.	PARÁGRAFO SEGUNDO - A convocação será feita pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante a publicação de editais, na forma da Lei.	Não há alterações.
<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	PARÁGRAFO TERCEIRO - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei e no presente Estatuto, aprovar a realização de operações com partes relacionadas sempre que o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do	<u>PARÁGRAFO TERCEIRO - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei e no presente Estatuto, aprovar a realização de operações com partes relacionadas sempre que o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do</u>	Adaptação do estatuto social ao art. 122, inciso X, da Lei nº 6.404/76, conforme redação dada pela Lei nº 14.195, de 2021.

	valor dos ativos totais da Companhia constante do último balanço da Companhia aprovado em Assembleia Geral.	<u>valor dos ativos totais da Companhia constante do último balanço da Companhia aprovado em Assembleia Geral.</u>	
ARTIGO 14º A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou em sua ausência pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer um dos membros do Conselho de Administração ou na ausência de todos os membros, por pessoa indicada pela maioria dos acionistas presentes à Assembleia Geral. O Presidente da Assembleia Geral convidará um dos presentes para servir como secretário.	ARTIGO 14º A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou em sua ausência pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer um dos membros do Conselho de Administração ou na ausência de todos os membros, por pessoa indicada pela maioria dos acionistas presentes à Assembleia Geral. O Presidente da Assembleia Geral convidará um dos presentes para servir como secretário.	ARTIGO 14º A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou em sua ausência pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer um dos membros do Conselho de Administração ou na ausência de todos os membros, por pessoa indicada pela maioria dos acionistas presentes à Assembleia Geral. O Presidente da Assembleia Geral convidará um dos presentes para servir como secretário.	Não há alterações.
ARTIGO 15º Terão direito de voto os titulares de ações ordinárias nominativas que comprovarem a sua inscrição no registro de acionistas mantido pela	ARTIGO 15º Terão direito de voto os titulares de ações ordinárias nominativas que comprovarem a sua inscrição no registro de acionistas mantido pela	ARTIGO 15º Terão direito de voto os titulares de ações ordinárias nominativas que comprovarem a sua inscrição no registro de acionistas mantido pela instituição financeira depositária	Uniformização da redação do Estatuto Social.

instituição financeira depositária das ações da Sociedade. <i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	instituição financeira depositária das ações da Companhia. PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício do direito de retirada se dará nos termos da lei, sendo o acionista retirante reembolsado pelo valor da cotação média poderada pelo volume de negociação das ações emitidas pela Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 durante os 90 (noventa) pregões anteriores à data de publicação do primeiro edital de convocação da Assembleia Geral que ensejar o direito de retirada.	das ações da Sociedade<u>Companhia</u>. <u>PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício do direito de retirada se dará nos termos da lei, sendo o acionista retirante reembolsado pelo valor da cotação média poderada pelo volume de negociação das ações emitidas pela Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 durante os 90 (noventa) pregões anteriores à data de publicação do primeiro edital de convocação da Assembleia Geral que ensejar o direito de retirada.</u>	
CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO	CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO	CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO	Inclusão de parágrafo único para disciplinar o critério de precificação das ações da Companhia em caso de exercício do direito de retirada, conferindo maior previsibilidade, transparência e segurança aos acionistas e à própria Companhia em hipóteses legais de recesso. A redação proposta está em linha com o art. 45, §1º, da Lei nº 6.404/76, e busca adotar critério objetivo, verificável e aderente à realidade de mercado das ações de emissão da Companhia. Não há alterações.
ARTIGO 16º A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, eleitos na forma da Lei e deste Estatuto.	ARTIGO 16º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, eleitos na forma da Lei e deste Estatuto.	ARTIGO 16º —A Sociedade<u>Companhia</u> será administrada por um Conselho de Administração e uma	Uniformização da redação do Estatuto Social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Assembleia Geral fixará o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, se em funcionamento. PARÁGRAFO SEGUNDO - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, condicionado à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto do Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.	PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Assembleia Geral fixará o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, se em funcionamento. PARÁGRAFO SEGUNDO - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, condicionado à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto do Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.	Diretoria, eleitos na forma da Lei e deste Estatuto. PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Assembleia Geral fixará o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, se em funcionamento. PARÁGRAFO SEGUNDO - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, condicionado à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto do Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa<u>B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão</u>, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.	Não há alterações. Atualização da denominação social da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão.
---	--	---	---

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

PARÁGRAFO QUARTO - Das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

ARTIGO 17º O Conselho de Administração será composto de no mínimo três e no máximo nove membros, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral, que também designará o seu Presidente e o Vice-Presidente, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas reeleições.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

PARÁGRAFO QUARTO - Das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

ARTIGO 17º O Conselho de Administração será composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, residentes no País, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, que também designará o seu Presidente e o Vice-Presidente, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas reeleições.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

PARÁGRAFO QUARTO - Das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

ARTIGO 17º O Conselho de Administração será composto de no mínimo ~~três~~ 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, residentes no País, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, que também designará o seu Presidente e o Vice-Presidente, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas reeleições.

Não há alterações.

Não há alterações.

Aumento do número mínimo de membros do Conselho de Administração da Companhia.

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Presidente será substituído, em sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente e, na ausência ou impedimento de ambos, por membro designado pelo Conselho de Administração entre seus pares. <i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Presidente será substituído, em sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente e, na ausência ou impedimento de ambos, por membro designado pelo Conselho de Administração entre seus pares. PARÁGRAFO SEGUNDO – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição abaixo, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei 6.404/76.	PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Presidente será substituído, em sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente e, na ausência ou impedimento de ambos, por membro designado pelo Conselho de Administração entre seus pares. <u>PARÁGRAFO SEGUNDO – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição abaixo, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei 6.404/76.</u>	de governança corporativa da Companhia. Não há alterações. Inclusão de novo parágrafo prevendo expressamente um número mínimo de membros independentes no Conselho de Administração da Companhia. Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.
---	---	--	---

Sem correspondência no Estatuto Social Atual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo Segundo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo Segundo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

O antigo Parágrafo Segundo foi renumerado para Parágrafo Quinto.

Inclusão de novo parágrafo em razão do número mínimo de membros independentes do Conselho de Administração. O parágrafo inserido especifica as regras de arredondamento para se calcular o número mínimo de membros independentes.

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.

O antigo Parágrafo Terceiro foi renumerado para Parágrafo Sexto.

Sem correspondência no Estatuto Social Atual.

PARÁGRAFO QUARTO – Para fins deste Artigo, “Conselheiro Independente” caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de

PARÁGRAFO QUARTO – Para fins deste Artigo, “Conselheiro Independente” caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de

Inclusão de novo parágrafo, com definição de “Conselheiro Independente”.

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.

O antigo Parágrafo Quarto foi renumerado para Parágrafo Sétimo.

	sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).	<u>sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).</u>	
PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de vacância, por ausência ou impedimento, de qualquer dos cargos de Conselheiro, poderá a vaga deixar de ser preenchida se o número de membros remanescentes atender ao mínimo estatutário exigido, a critério do Conselho de Administração. Se, porém, houver vacância da maioria dos	PARÁGRAFO QUINTO Em caso de vacância, por ausência ou impedimento, de qualquer dos cargos de Conselheiro, poderá a vaga deixar de ser preenchida se o número de membros remanescentes atender ao mínimo estatutário exigido, a critério do Conselho de Administração. Se, porém, houver vacância da maioria dos	PARÁGRAFO SEGUNDO-<u>QUINTO</u> Em caso de vacância, por ausência ou impedimento, de qualquer dos cargos de Conselheiro, poderá a vaga deixar de ser preenchida se o número de membros remanescentes atender ao mínimo estatutário exigido, a critério do Conselho de Administração. Se, porém,	Renumeração dos parágrafos em razão das alterações realizadas.

cargos, Assembléia Geral deverá ser realizada para nova eleição para a totalidade dos cargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente, mediante correspondência entregue contra recibo, ou, ainda, via fax ou correio eletrônico, com a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, e se reunirá, em caráter ordinário, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias.

PARÁGRAFO QUARTO - As decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, desde que presentes mais da metade dos seus membros em exercício, lavrando-se ata de reunião no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. Os Conselheiros

cargos, Assembléia Geral deverá ser realizada para nova eleição para a totalidade dos cargos.

PARÁGRAFO SEXTO- O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente, mediante correspondência entregue contra recibo, ou, ainda, via correio eletrônico, com a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, e se reunirá, em caráter ordinário, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, desde que presentes mais da metade dos seus membros em exercício, lavrando-se ata de reunião no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. Os Conselheiros

houver vacância da maioria dos cargos, Assembléia Geral deverá ser realizada para nova eleição para a totalidade dos cargos.

PARÁGRAFO ~~TERCEIRO~~ SEXTO- O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente, mediante correspondência entregue contra recibo, ou, ainda, via ~~fax ou~~ correio eletrônico, com a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, e se reunirá, em caráter ordinário, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias.

PARÁGRAFO ~~QUARTO~~ SÉTIMO - As decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, desde que presentes mais da metade dos seus membros em exercício, lavrando-se ata de reunião no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. Os Conselheiros

Renumeração dos parágrafos em razão das alterações realizadas e exclusão do endereçamento via fax em razão da obsolência da tecnologia.

Renumeração dos parágrafos em razão das alterações realizadas e exclusão do endereçamento via fax em razão da obsolência da tecnologia.

poderão votar por carta, fax, correio eletrônico ou através de procuração outorgada a outro membro do Conselho. No caso de empate na votação, o Presidente terá o voto de desempate.

PARÁGRAFO QUINTO - As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação quando se verificar a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO SEXTO - As reuniões do Conselho serão presididas pelo seu Presidente, e, na ausência deste, pelo Vice-Presidente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser

poderão votar por carta, correio eletrônico ou através de procuração outorgada a outro membro do Conselho. No caso de empate na votação, o Presidente terá o voto de desempate.

PARÁGRAFO OITAVO - As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação quando se verificar a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO NONO - As reuniões do Conselho serão presididas pelo seu Presidente, e, na ausência deste, pelo Vice-Presidente.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente Executivo ou principal executivo da Companhia não

poderão votar por carta, ~~fax~~, correio eletrônico ou através de procuração outorgada a outro membro do Conselho. No caso de empate na votação, o Presidente terá o voto de desempate.

PARÁGRAFO ~~QUINTO~~OITAVO - As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação quando se verificar a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO ~~SEXTO~~NONO - As reuniões do Conselho serão presididas pelo seu Presidente, e, na ausência deste, pelo Vice-Presidente.

PARÁGRAFO ~~SDÉTCIMO~~ – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente Executivo ou principal executivo da

Renumeração dos parágrafos em razão das alterações realizadas.

Renumeração dos parágrafos em razão das alterações realizadas.

Renumeração dos parágrafos em razão das alterações realizadas.

Excluída a exceção da redação anterior, que temporariamente,

acumulados pela mesma pessoa, excetuadas as hipóteses de vacância que deverão ser objeto de divulgação específica ao mercado e para as quais deverão ser tomadas as providências para preenchimento dos respectivos cargos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Sem correspondência no Estatuto Social Atual.

poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os membros do conselho de administração deverão entregar à Companhia, (i) em até 5 (cinco) meses após o término do exercício social; e (ii) quando da realização de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, lista dos cargos que ocupem no conselho de administração, conselho fiscal,

Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, ~~excetuadas as hipóteses de vacância que deverão ser objeto de divulgação específica ao mercado e para as quais deverão ser tomadas as providências para preenchimento dos respectivos cargos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.~~

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os membros do conselho de administração deverão entregar à Companhia, (i) em até 5 (cinco) meses após o término do exercício social; e (ii) quando da realização de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, lista dos cargos que ocupem no conselho de administração, conselho fiscal,

em caso de vacância, permitiria a acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente Executivo.

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.

Inclusão de novo parágrafo que prevê expressamente a obrigação de divulgação dos cargos ocupados pelos membros do conselho de administração da Companhia.

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras

	comitês e órgãos executivos de outras sociedades ou entidades.	<u>comitês e órgãos executivos de outras sociedades ou entidades.</u>	de governança corporativa da Companhia.
ARTIGO 18º Compete ao Conselho de Administração, além das competências previstas neste Estatuto Social ou pela legislação aplicável:	ARTIGO 18º Compete ao Conselho de Administração, além das competências previstas neste Estatuto Social ou pela legislação aplicável:	ARTIGO 18º Compete ao Conselho de Administração, além das competências previstas neste Estatuto Social ou pela legislação aplicável:	Não há alterações.
I - Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas, estabelecer os objetivos e rumos estratégicos, bem como apreciar e aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia;	I - Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas, estabelecer os objetivos e rumos estratégicos, bem como apreciar e aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia;	I - Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas, estabelecer os objetivos e rumos estratégicos, bem como apreciar e aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia;	Não há alterações.
II - Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, respeitando o disposto neste Estatuto;	II - Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, respeitando o disposto neste Estatuto;	II - Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, respeitando o disposto neste Estatuto;	Não há alterações.
III - Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos	III - Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos	III - Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos	Não há alterações.

celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;	celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;	celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;	
IV - Convocar a Assembléia Geral Ordinária, na época própria, ou extraordinariamente, quando julgar conveniente;	IV - Convocar a Assembléia Geral Ordinária, na época própria, ou extraordinariamente, quando julgar conveniente;	IV - Convocar a Assembléia Geral Ordinária, na época própria, ou extraordinariamente, quando julgar conveniente;	Não há alterações.
V - Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;	V - Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;	V - Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;	Não há alterações.
VI - Escolher e destituir os auditores independentes;	VI - Escolher e destituir os auditores independentes;	VI - Escolher e destituir os auditores independentes;	Não há alterações.
VII - Autorizar a Sociedade a negociar com as próprias ações, observadas as restrições e limites estabelecidos na lei e regulamentos pertinentes.	VII - Autorizar a Companhia a negociar com as próprias ações, observadas as restrições e limites estabelecidos na lei e regulamentos pertinentes.	VII - Autorizar a Sociedade <u>Companhia</u> a negociar com as próprias ações, observadas as restrições e limites estabelecidos na lei e regulamentos pertinentes.	Uniformização da redação do Estatuto Social.
VIII - Deliberar sobre a emissão de ações de qualquer espécie ou classe, e de bônus de subscrição, inclusive com a exclusão do	VIII - Deliberar sobre a emissão de ações de qualquer espécie ou classe, e de bônus de subscrição, inclusive com a exclusão do	VIII - Deliberar sobre a emissão de ações de qualquer espécie ou classe, e de bônus de subscrição, inclusive com a exclusão do	Não há alterações.

direito de preferência, até o limite do capital autorizado, fixando o respectivo preço e as condições de emissão e integralização;	direito de preferência, até o limite do capital autorizado, fixando o respectivo preço e as condições de emissão e integralização;	direito de preferência, até o limite do capital autorizado, fixando o respectivo preço e as condições de emissão e integralização;	
IX – Propor à Assembleia Geral a emissão de debêntures, inclusive, com a exclusão do direito de preferência, na forma prevista no artigo 172 da Lei nº 6.404/76;	IX – Propor à Assembleia Geral a emissão de debêntures, inclusive, com a exclusão do direito de preferência, na forma prevista no artigo 172 da Lei nº 6.404/76;	IX – Propor à Assembleia Geral a emissão de debêntures, inclusive, com a exclusão do direito de preferência, na forma prevista no artigo 172 da Lei nº 6.404/76;	Não há alterações.
X – Deliberar sobre a emissão de notas promissórias para distribuição pública no País, de acordo com a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários em vigor; e,	X – Deliberar sobre a emissão de notas promissórias para distribuição pública no País, de acordo com a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários em vigor;	X – Deliberar sobre a emissão de notas promissórias para distribuição pública no País, de acordo com a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários em vigor; ➡	Ajuste formal de redação em razão da inclusão dos incisos subsequentes.
XI - Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se em funcionamento, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembléia Geral.	XI - Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se em funcionamento, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembléia Geral;	XI - Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se em funcionamento, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembléia Geral. ➡	Ajuste formal de pontuação em razão da inclusão dos incisos subsequentes.

Sem correspondência no Estatuto Social Atual.

XII - Aprovar a Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses;

[XII - Aprovar a Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses;](#)

Inclusão de novo inciso, para que o estatuto social da Companhia passe a prever expressamente a competência do Conselho de Administração para aprovar da Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses.

A alteração proposta meramente formaliza a prática já adotada pela Companhia, que inclusive já dispõe de uma Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses aprovada pelo Conselho de Administração.

Sem correspondência no Estatuto Social Atual.

XIII - Aprovar as operações com partes relacionadas sempre que o valor da operação supere as alçadas estabelecidas na Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses e cujo valor seja igual ou menor que 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos

[XIII - Aprovar as operações com partes relacionadas sempre que o valor da operação supere as alçadas estabelecidas na Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses e cujo valor seja igual ou menor que 50% \(cinquenta por cento\) do valor dos ativos](#)

Adaptação do estatuto social ao art. 122, inciso X, da Lei nº 6.404/76, conforme redação dada pela Lei nº 14.195, de 2021.

<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	totais da Companhia constante do último balanço da Companhia aprovado em Assembleia Geral; XIV - manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da referida OPA, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à	<u>totais da Companhia constante do último balanço da Companhia aprovado em Assembleia Geral;</u> <u>XIV - manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da referida OPA, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à</u>	Inclusão de inciso novo exigindo a manifestação do Conselho de Administração em qualquer Oferta Pública de Aquisição de Ações. Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.
---	--	--	--

<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e XV - definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão.	<u>Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e</u> <u>XV - definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão.</u>	Inclusão de inciso novo estabelecendo a competência do Conselho de Administração para definir a lista de empresas especializadas que serão contratadas pela Companhia para a elaboração do laudo de avaliação de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta e/ou saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão (atual segmento de listagem da Companhia). Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a
---	---	---	---

ARTIGO 19º - A Diretoria será composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (Nove) membros, sendo: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente Geral, 1 (um) Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores, e os demais Diretores, sem designação específica, acionistas ou não, residentes no País, eleitos para mandatos de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO - A título de remuneração, cada Diretor receberá mensalmente, uma quantia fixa, benefícios, verba de representação, e uma participação nos lucros fixada

ARTIGO 19º - A Diretoria será composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (Nove) membros, sendo: 1 (um) Diretor Presidente Executivo, 1 (um) Diretor Vice-Presidente Geral, 2 (dois) Diretores Vice-Presidentes Executivos, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, e os demais Diretores, sem designação específica, acionistas ou não, residentes no País, eleitos para mandatos de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO - A título de remuneração, cada Diretor receberá mensalmente, uma quantia fixa, benefícios, verba de representação, e uma participação nos lucros fixada

ARTIGO 19º - A Diretoria será composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (Nove) membros, sendo: 1 (um) Diretor Presidente Executivo, 1 (um) Diretor Vice-Presidente Geral, ~~1-2~~ (umdois) Diretores Vice-Presidentes Executivos ~~e~~, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, e os demais Diretores, sem designação específica, acionistas ou não, residentes no País, eleitos para mandatos de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO - A título de remuneração, cada Diretor receberá mensalmente, uma quantia fixa, benefícios, verba de representação, e uma participação nos lucros fixada

mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.

Atualização de artigo, com o objetivo de consolidar e padronizar o estatuto social à denominação dos cargos utilizados na estrutura organizacional da Companhia.

Não há alterações.

pela Assembléia Geral, com observância do disposto em Lei.	pela Assembléia Geral, com observância do disposto em Lei.	pela Assembléia Geral, com observância do disposto em Lei.	
ARTIGO 20º A Diretoria se reunirá por convocação de seu Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente Geral, ou, ainda, por convocação de metade dos Diretores em exercício.	ARTIGO 20º A Diretoria se reunirá por convocação de seu Diretor Presidente Executivo ou de qualquer de seus Diretores Vice-Presidentes Executivos e de Relações com Investidores, ou, ainda, por convocação de metade dos Diretores em exercício.	ARTIGO 20º A Diretoria se reunirá por convocação de seu Diretor Presidente <u>Executivo</u> ou Diretor Vice-Presidente Geral <u>ou de qualquer de seus Diretores Vice-Presidentes Executivos</u> , ou, ainda, por convocação de metade dos Diretores em exercício.	Atualização de artigo, com o objetivo de consolidar e padronizar o estatuto social à denominação dos cargos utilizados na estrutura organizacional da Companhia.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - As reuniões serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, ou, em sua ausência, pelo Diretor Vice-Presidente Geral.	PARÁGRAFO PRIMEIRO - As reuniões serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente Executivo, ou, em sua ausência, pelo Diretor Vice-Presidente Geral ou, em sua ausência, <u>por qualquer</u> ele dos <u>Diretores Vice-Presidentes Executivos</u> e de Relações com Investidores.	PARÁGRAFO PRIMEIRO - As reuniões serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente <u>Executivo</u> , ou, em sua ausência, pelo Diretor Vice-Presidente Geral, <u>ou, em sua ausência, por qualquer dos Diretores Vice-Presidentes Executivos e de Relações com Investidores</u> .	Atualização de artigo, com o objetivo de consolidar e padronizar o estatuto social à denominação dos cargos utilizados na estrutura organizacional da Companhia.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O “quorum” mínimo para a instalação das reuniões de	PARÁGRAFO SEGUNDO - O “quorum” mínimo para a instalação das reuniões de	PARÁGRAFO SEGUNDO - O “quorum” mínimo para a instalação das reuniões de	Não há alterações.

Diretoria é o da maioria de seus membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

ARTIGO 21º A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão nos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Sociedade, podendo, inclusive, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contrair empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar cauções, avais e fianças, adquirir, hipotecar e, de qualquer forma, onerar os bens da Sociedade, observadas as disposições deste Estatuto Social.

Diretoria é o da maioria de seus membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

ARTIGO 21º A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão nos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Companhia, podendo, inclusive, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contrair empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar cauções, avais e fianças, adquirir, hipotecar e, de qualquer forma, onerar os bens da Companhia, observadas as disposições deste Estatuto Social.

Diretoria é o da maioria de seus membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

ARTIGO 21º A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão nos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da ~~Sociedade~~Companhia, podendo, inclusive, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contrair empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar cauções, avais e fianças, adquirir, hipotecar e, de qualquer forma, onerar os bens da ~~Sociedade~~Companhia, observadas as disposições deste Estatuto Social.

Uniformização da redação do Estatuto Social.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os atos ou contratos que acarretem a alienação de bens do ativo permanente e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, deverão ser levados pela Diretoria à apreciação prévia do Conselho de Administração, o qual deverá deliberar sobre os mesmos, fazendo constar tal deliberação em ata de reunião, não aplicando esta disposição quando em proveito da própria Companhia, de suas controladas, subsidiárias ou empresas do mesmo grupo econômico.

ARTIGO 22º Compete ao Diretor Presidente ou ao Diretor Vice-Presidente Geral, ou ainda, ao Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores, supervisionar, planejar, coordenar, dirigir, e administrar as atividades da Sociedade e dos demais

PARÁGRAFO ÚNICO: Os atos ou contratos que acarretem a alienação de bens do ativo permanente e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, deverão ser levados pela Diretoria à apreciação prévia do Conselho de Administração, o qual deverá deliberar sobre os mesmos, fazendo constar tal deliberação em ata de reunião, não aplicando esta disposição quando em proveito da própria Companhia, de suas controladas, subsidiárias ou empresas do mesmo grupo econômico.

ARTIGO 22º Compete ao Diretor Presidente Executivo, ao Diretor Vice-Presidente Geral e/ou aos Diretores Vice-Presidente Executivos, supervisionar, planejar, coordenar, dirigir, e administrar as atividades da Companhia e dos demais Diretores, e, ainda decidir, em

PARÁGRAFO ÚNICO: Os atos ou contratos que acarretem a alienação de bens do ativo permanente e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, deverão ser levados pela Diretoria à apreciação prévia do Conselho de Administração, o qual deverá deliberar sobre os mesmos, fazendo constar tal deliberação em ata de reunião, não aplicando esta disposição quando em proveito da própria Companhia, de suas controladas, subsidiárias ou empresas do mesmo grupo econômico.

ARTIGO 22º Compete ao Diretor Presidente Executivo, ~~ou~~ ao Diretor Vice-Presidente Geral, ~~e/ou ainda,~~ aos Diretores Vice-Presidentes Executivos ~~e de Relações com Investidores~~, supervisionar, planejar, coordenar, dirigir, e administrar as atividades da

Não há alterações.

Atualização de artigo, com o objetivo de consolidar e padronizar o estatuto social à denominação dos cargos utilizados na estrutura organizacional da Companhia.

Diretores, e, ainda decidir, em última instância e dentro do âmbito dos poderes da Diretoria, todas as questões de interesse da Sociedade.	última instância e dentro do âmbito dos poderes da Diretoria, todas as questões de interesse da Companhia.	Sociedade<u>Companhia</u> e dos demais Diretores, e, ainda decidir, em última instância e dentro do âmbito dos poderes da Diretoria, todas as questões de interesse da Sociedade<u>Companhia</u>.	
ARTIGO 23º Compete ao Diretor Presidente ou ao Diretor Vice-Presidente Geral, isoladamente, ou, ainda ao Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores, em conjunto com qualquer um desses dois Diretores:	ARTIGO 23º Compete ao Diretor Presidente Executivo ou ao Diretor Vice-Presidente Geral, isoladamente, ou, ainda aos Diretores Vice-Presidentes Executivos e/ou ao Diretor de Relações com Investidores, em conjunto com qualquer um desses dois Diretores:	ARTIGO 23º Compete ao Diretor Presidente <u>Executivo</u> ou ao Diretor Vice-Presidente Geral, isoladamente, ou, ainda aos <u>Diretores</u> Vice-Presidentes <u>Executivos</u> e/ou ao <u>Diretor</u> de Relações com Investidores, em conjunto com qualquer um desses dois Diretores:	Atualização de artigo, com o objetivo de consolidar e padronizar o estatuto social à denominação dos cargos utilizados na estrutura organizacional da Companhia.
a) representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive junto às sociedades das quais ela participe, bem como perante as repartições públicas e autarquias de todas as esferas;	a) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive junto às sociedades das quais ela participe, bem como perante as repartições públicas e autarquias de todas as esferas;	a) representar a Sociedade<u>Companhia</u>, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive junto às sociedades das quais ela participe, bem como perante as repartições públicas e autarquias de todas as esferas;	Uniformização da redação do Estatuto Social.

b) constituir, em nome da Sociedade, procuradores para o exercício de quaisquer atos que envolvam os interesses sociais, inclusive delegando os poderes previstos neste estatuto, devendo os instrumentos de mandato conter prazo de validade, exceto se o mandato for judicial;	b) constituir, em nome da Companhia, procuradores para o exercício de quaisquer atos que envolvam os interesses sociais, inclusive delegando os poderes previstos neste estatuto, devendo os instrumentos de mandato conter prazo de validade, exceto se o mandato for judicial;	b) constituir, em nome da Sociedade<u>Companhia</u>, procuradores para o exercício de quaisquer atos que envolvam os interesses sociais, inclusive delegando os poderes previstos neste estatuto, devendo os instrumentos de mandato conter prazo de validade, exceto se o mandato for judicial;	Uniformização da redação do Estatuto Social.
c) adquirir e vender bens imóveis, títulos, ações ou valores e fazer quaisquer operações em Bolsa, inclusive a termo e ainda dar bens móveis em alienação fiduciária, podendo alienar os mesmos bens, títulos, ações ou valores;	c) adquirir e vender bens imóveis, títulos, ações ou valores e fazer quaisquer operações em Bolsa, inclusive a termo e ainda dar bens móveis em alienação fiduciária, podendo alienar os mesmos bens, títulos, ações ou valores;	c) adquirir e vender bens imóveis, títulos, ações ou valores e fazer quaisquer operações em Bolsa, inclusive a termo e ainda dar bens móveis em alienação fiduciária, podendo alienar os mesmos bens, títulos, ações ou valores;	Não há alterações.
d) abrir e encerrar contas bancárias, celebrar quaisquer tipos de contratos bancários, além de constituir hipoteca ou penhor rural, industrial ou mercantil;	d) abrir e encerrar contas bancárias, celebrar quaisquer tipos de contratos bancários, além de constituir hipoteca ou penhor rural, industrial ou mercantil;	d) abrir e encerrar contas bancárias, celebrar quaisquer tipos de contratos bancários, além de constituir hipoteca ou penhor rural, industrial ou mercantil;	Não há alterações.

e) prestar garantias, fianças ou aval;	e) prestar garantias, fianças ou aval;	e) prestar garantias, fianças ou aval;	Não há alterações.
f) receber ou conceder arrendamento ou locação de imóveis ou de instalações comerciais ou industriais da Sociedade;	f) receber ou conceder arrendamento ou locação de imóveis ou de instalações comerciais ou industriais da Companhia;	f) receber ou conceder arrendamento ou locação de imóveis ou de instalações comerciais ou industriais da Sociedade <u>Companhia</u> ;	Uniformização da redação do Estatuto Social.
g) renunciar ou transigir sobre quaisquer direitos;	g) renunciar ou transigir sobre quaisquer direitos;	g) renunciar ou transigir sobre quaisquer direitos;	Não há alterações.
h) sacar, aceitar e endossar letras de câmbio, emitir, endossar e aceitar duplicatas, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 24º deste Estatuto Social;	h) sacar, aceitar e endossar letras de câmbio, emitir, endossar e aceitar duplicatas, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 24º deste Estatuto Social;	h) sacar, aceitar e endossar letras de câmbio, emitir, endossar e aceitar duplicatas, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 24º deste Estatuto Social;	Não há alterações.
i) admitir e demitir funcionários.	i) admitir e demitir funcionários.	i) admitir e demitir funcionários.	Não há alterações.
PARÁGRAFO ÚNICO - A emissão e endosso de cheques, o recebimento e a quitação, a realização de operações de crédito ou empréstimos, bancários ou não, a movimentação de quaisquer	PARÁGRAFO ÚNICO - A emissão e endosso de cheques, o recebimento e a quitação, a realização de operações de crédito ou empréstimos, bancários ou não, a movimentação de quaisquer	PARÁGRAFO ÚNICO - A emissão e endosso de cheques, o recebimento e a quitação, a realização de operações de crédito ou empréstimos, bancários ou não, a movimentação de quaisquer	Não há alterações.

contas, inclusive bancárias, à exceção dos Diretores que assinam isoladamente, poderão também ser assinados por dois procuradores em conjunto, constituído através de instrumento público de procuração.

ARTIGO 25º Em caso de vacância, impedimento temporário ou ausência do Diretor Presidente, o Diretor Vice-Presidente Geral acumulará as funções daquele. Ocorrendo a vacância, impedimento temporário, ou ausência dos dois primeiros, o Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores acumulará as atribuições destes pelo tempo que durar tal ausência ou impedimento, ou até a realização da próxima Reunião do Conselho de Administração, que poderá deliberar pela

contas, inclusive bancárias, à exceção dos Diretores que assinam isoladamente, poderão também ser assinados por dois procuradores em conjunto, constituído através de instrumento público de procuração.

ARTIGO 25º Em caso de vacância, impedimento temporário ou ausência do Diretor Presidente Executivo, quaisquer dos Diretores Vice-Presidentes Executivos exercerá interinamente suas funções, até que o Conselho de Administração delibere sobre a eleição do substituto, observado, em qualquer caso, o número mínimo de membros da Diretoria previsto neste Estatuto.

contas, inclusive bancárias, à exceção dos Diretores que assinam isoladamente, poderão também ser assinados por dois procuradores em conjunto, constituído através de instrumento público de procuração.

ARTIGO 25º ~~—~~ Em caso de vacância, impedimento temporário ou ausência do Diretor Presidente, ~~o Diretor Vice-Presidente Geral acumulará as funções daquele. Ocorrendo a vacância, impedimento temporário, ou ausência dos dois primeiros~~ Executivo, quaisquer dos Diretores Vice-Presidentes Executivos e de Relações com Investidores ~~acumulará as atribuições destes pelo tempo que durar tal ausência ou impedimento, ou exercerá interinamente suas funções, até a realização da próxima Reunião do~~ que o Conselho de

Atualização de artigo, com o objetivo de consolidar e padronizar o estatuto social à denominação dos cargos utilizados na estrutura organizacional da Companhia.

Excluída a exceção da redação anterior, que temporariamente, em caso de vacância, permitiria a acumulação dos cargos de Diretor Presidente Executivo e de Diretor Vice-Presidente Geral.

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o

permanência da acumulação ou pela eleição dos substitutos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo concomitantemente vacância, impedimento temporário ou ausência do Diretor Presidente, do Diretor Vice-Presidente Geral e do Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores, as respectivas atribuições serão exercidas pelos demais membros da Diretoria, deliberando por maioria de votos, mediante deliberação registrada no livro de Atas de Reuniões de Diretoria, pelo tempo que durar a ausência ou impedimento destes 3 (três) Diretores, ou até a realização da próxima Reunião de Conselho de

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo concomitantemente vacância, impedimento temporário ou ausência do Diretor Presidente Executivo e de ambos os Diretores Vice-Presidentes Executivos, as respectivas atribuições serão exercidas pelos demais membros da Diretoria, deliberando por maioria de votos, mediante deliberação registrada no livro de Atas de Reuniões de Diretoria, pelo tempo que durar a ausência ou impedimento destes 3 (três) Diretores, ou até a realização da próxima Reunião de Conselho de

Administração, ~~que poderá deliberar pela permanência da acumulação ou pela~~ delibere sobre a eleição ~~dos substitutos do substituto,~~ observado, em qualquer caso, o número mínimo de membros da Diretoria previsto neste Estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo concomitantemente vacância, impedimento temporário ou ausência do Diretor Presidente, ~~do Diretor Vice-Presidente Geral~~ Executivo e de ambos os Diretores Vice-Presidentes ~~Executivos e de Relações com Investidores,~~ as respectivas atribuições serão exercidas pelos demais membros da Diretoria, deliberando por maioria de votos, mediante deliberação registrada no livro de Atas de Reuniões de Diretoria, pelo tempo que durar a ausência ou impedimento destes 3 (três) Diretores, ou até a realização da

objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.

Atualização de artigo, com o objetivo de consolidar e padronizar o estatuto social à denominação dos cargos utilizados na estrutura organizacional da Companhia.

Administração, que deliberará a eleição dos substitutos com mandato até o término daquele do substituído.

ARTIGO 26º A constituição de procuradores dependerá sempre da assinatura do Diretor Presidente ou do Diretor do Vice-Presidente Geral, isoladamente, ou, do Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores, em conjunto com qualquer um desses dois Diretores, através do qual poderão designar um ou mais procuradores com poderes para representar a Sociedade em Juízo, em especial para prestar depoimento pessoal e praticar todos os atos de representação perante qualquer grau de jurisdição, dispensado o prazo de validade para mandatos com essa finalidade.

eleição dos substitutos com mandato até o término daquele do substituído.

ARTIGO 26º A constituição de procuradores dependerá sempre da assinatura do Diretor Presidente Executivo ou do Diretor do Vice-Presidente Geral, isoladamente, ou, dos Diretores Vice-Presidentes Executivos e/ou do Diretor de Relações com Investidores, em conjunto com qualquer um desses dois Diretores, através do qual poderão designar um ou mais procuradores com poderes para representar a Companhia em Juízo, em especial para prestar depoimento pessoal e praticar todos os atos de representação perante qualquer grau de jurisdição, dispensado o prazo de validade para mandatos com essa finalidade.

próxima Reunião de Conselho de Administração, que deliberará a eleição dos substitutos com mandato até o término daquele do substituído.

ARTIGO 26º A constituição de procuradores dependerá sempre da assinatura do Diretor Presidente Executivo ou do Diretor do Vice-Presidente Geral, isoladamente, ou, do s Diretores Vice-Presidentess Executivoss e/ou do Diretor de Relações com Investidores, em conjunto com qualquer um desses dois Diretores, através do qual poderão designar um ou mais procuradores com poderes para representar a ~~Sociedade~~Companhia em Juízo, em especial para prestar depoimento pessoal e praticar todos os atos de representação perante qualquer grau de jurisdição, dispensado o prazo de validade para mandatos com essa finalidade.

Atualização de artigo, com o objetivo de consolidar e padronizar o estatuto social à denominação dos cargos utilizados na estrutura organizacional da Companhia.

Alteração consolida a representação isolada da Companhia pelo Diretor Presidente Executivo e pelo Diretor Vice-Presidente Geral e, em conjunto, pelo Diretores Vice-Presidentes Executivos e o Diretor de Relações com Investidores.

ARTIGO 27º O Conselho de Administração ou a Diretoria poderão definir funções e competências adicionais para qualquer Diretor, competindo a todos cumprir as funções que forem definidas por aqueles órgãos, além da obrigação de auxiliarem o Diretor Presidente em todas as tarefas que este lhes consignar.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 28º A Sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, com os requisitos e atribuições previstas em Lei.

ARTIGO 27º O Conselho de Administração ou a Diretoria poderão definir funções e competências adicionais para qualquer Diretor, competindo a todos cumprir as funções que forem definidas por aqueles órgãos, além da obrigação de auxiliarem o Diretor Presidente Executivo em todas as tarefas que este lhes consignar.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 28º A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, com os requisitos e atribuições previstas em Lei.

ARTIGO 27º O Conselho de Administração ou a Diretoria poderão definir funções e competências adicionais para qualquer Diretor, competindo a todos cumprir as funções que forem definidas por aqueles órgãos, além da obrigação de auxiliarem o Diretor Presidente Executivo em todas as tarefas que este lhes consignar.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 28º A ~~Sociedade~~Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, com os requisitos e ~~—~~atribuições previstas em Lei.

Atualização de artigo, com o objetivo de consolidar e padronizar o estatuto social à denominação dos cargos utilizados na estrutura organizacional da Companhia.

Não há alterações.

Uniformização da redação do Estatuto Social.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho Fiscal será instalado pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas, na forma do §2º, do artigo 161, da Lei nº 6.404/76, vigorando o seu mandato até a data da primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

Sem correspondência no Estatuto Social Atual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Conselho Fiscal será instalado pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas, na forma do §2º, do artigo 161, da Lei nº 6.404/76, vigorando o seu mandato até a data da primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição (a) do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa e (b) do termo de anuência aos termos do disposto no Artigo 29º abaixo, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

PARÁGRAFO ~~ÚNICO~~PRIMEIRO - O Conselho Fiscal será instalado pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas, na forma do §2º, do artigo 161, da Lei nº 6.404/76, vigorando o seu mandato até a data da primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

[PARÁGRAFO SEGUNDO - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição \(a\) do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa e \(b\) do termo de anuência aos termos do disposto no Artigo 29º abaixo, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.](#)

Renumeração de parágrafo, em razão de novos parágrafos incluídos.

Inclusão de novo parágrafo reforçando as regras do regulamento de listagem da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão a que se submete a Companhia e estabelecendo o mecanismo formal em razão do qual os conselheiros fiscais deverão aderir ao Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa para que sejam investidos nos respectivos cargos.

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento

<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	ARTIGO 29º A fim de preservar a disponibilidade e a dedicação à Companhia, os membros do conselho fiscal (efetivos e suplentes), quando instalado, estarão vedados de pertencer a mais de 2 (dois) conselhos fiscais (incluindo o da Companhia).	<u>ARTIGO 29º A fim de preservar a disponibilidade e a dedicação à Companhia, os membros do conselho fiscal (efetivos e suplentes), quando instalado, estarão vedados de pertencer a mais de 2 (dois) conselhos fiscais (incluindo o da Companhia).</u>	de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia. Inclusão do artigo 29º, Parágrafos Primeiro e Segundo, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada no em 26 abril de 2023, para consolidar os critérios de elegibilidade do Conselho Fiscal (antes previstos apenas em Regimento Interno).
<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso qualquer membro eleito pela assembleia geral já integre outros conselhos fiscais em número superior ao estabelecido no caput acima, no momento da assinatura do termo de posse tal conselheiro deverá apresentar o termo de renúncia aos cargos	<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso qualquer membro eleito pela assembleia geral já integre outros conselhos fiscais em número superior ao estabelecido no caput acima, no momento da assinatura do termo de posse tal conselheiro deverá apresentar o termo de renúncia aos cargos</u>	Inclusão do artigo 29º, Parágrafos Primeiro e Segundo, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada no em 26 abril de 2023, para consolidar os critérios de elegibilidade do Conselho Fiscal

<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	excedentes, sob pena de estar impedido de assumir o cargo de membro do conselho fiscal da Companhia. PARÁGRAFO SEGUNDO - Os membros do conselho fiscal eleitos que deixarem de cumprir com o disposto no caput acima após a investidura serão automaticamente removidos dos seus cargos pelo Presidente do Conselho Fiscal e em seu lugar assumirão os suplentes imediatos. Caso o suplente não possa assumir nos termos do Parágrafo Primeiro acima, ou venha a ser removido nos termos deste parágrafo, então o Presidente do Conselho Fiscal deverá convocar uma nova assembleia geral para eleger novos membros aos cargos vagos para completar o mandato originalmente estabelecido.	<u>excedentes, sob pena de estar impedido de assumir o cargo de membro do conselho fiscal da Companhia.</u> <u>PARÁGRAFO SEGUNDO - Os membros do conselho fiscal eleitos que deixarem de cumprir com o disposto no caput acima após a investidura serão automaticamente removidos dos seus cargos pelo Presidente do Conselho Fiscal e em seu lugar assumirão os suplentes imediatos. Caso o suplente não possa assumir nos termos do Parágrafo Primeiro acima, ou venha a ser removido nos termos deste parágrafo, então o Presidente do Conselho Fiscal deverá convocar uma nova assembleia geral para eleger novos membros aos cargos vagos para completar o mandato originalmente estabelecido.</u>	(antes previstos apenas em Regimento Interno). Inclusão do artigo 29º, Parágrafos Primeiro e Segundo, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada no em 26 abril de 2023, para consolidar os critérios de elegibilidade do Conselho Fiscal (antes previstos apenas em Regimento Interno).
---	---	---	--

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL ARTIGO 29º O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano. ARTIGO 30º No fim de cada exercício social proceder-se-á um levantamento das demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais.	CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL ARTIGO 30º O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano. ARTIGO 31º No fim de cada exercício social proceder-se-á um levantamento das demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais.	CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL ARTIGO 29º<u>30º</u> O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano. ARTIGO 30º<u>31º</u> No fim de cada exercício social proceder-se-á um levantamento das demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais.	Não há alterações. Renumeração do artigo em razão das alterações realizadas. Renumeração do artigo em razão das alterações realizadas.
CAPÍTULO VII DA DESTINAÇÃO DO LUCRO ARTIGO 31º A destinação do resultado apurado em cada exercício, terá as seguintes regras: a) Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.	CAPÍTULO VII DA DESTINAÇÃO DO LUCRO ARTIGO 32º A destinação do resultado apurado em cada exercício, terá as seguintes regras: a) Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.	CAPÍTULO VII DA DESTINAÇÃO DO LUCRO ARTIGO 31º<u>32º</u> A destinação do resultado apurado em cada exercício, terá as seguintes regras: a) Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.	Não há alterações. Renumeração do artigo em razão das alterações realizadas. Não há alterações.

b) 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado será destinado para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;	b) 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado será destinado para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;	b) 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado será destinado para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;	Não há alterações.
c) constituição de reserva para contingências, nos termos dos arts. 195 e 202, inciso I, alínea “b” da Lei nº 6.404/76:	c) constituição de reserva para contingências, nos termos dos arts. 195 e 202, inciso I, alínea “b” da Lei nº 6.404/76:	c) constituição de reserva para contingências, nos termos dos arts. 195 e 202, inciso I, alínea “b” da Lei nº 6.404/76:	Não há alterações.
d) pagamento de dividendo obrigatório, em período anual ou semestral, correspondente ao percentual estabelecido no artigo 9º deste Estatuto e aplicado sobre o lucro líquido do período, ajustado da seguinte forma, nos termos do art. 202, § 1º, da Lei 6.404/76:	d) pagamento de dividendo obrigatório, em período anual ou semestral, correspondente ao percentual estabelecido no artigo 9º deste Estatuto e aplicado sobre o lucro líquido do período, ajustado da seguinte forma, nos termos do art. 202, § 1º, da Lei 6.404/76:	d) pagamento de dividendo obrigatório, em período anual ou semestral, correspondente ao percentual estabelecido no artigo 9º deste Estatuto e aplicado sobre o lucro líquido do período, ajustado da seguinte forma, nos termos do art. 202, § 1º, da Lei 6.404/76:	Não há alterações.
d.1) dedução dos valores eventualmente destinados à reserva legal, nos termos do art. 202, inciso I, alínea “a”, da Lei 6.404/76;	d.1) dedução dos valores eventualmente destinados à reserva legal, nos termos do art. 202, inciso I, alínea “a”, da Lei 6.404/76;	d.1) dedução dos valores eventualmente destinados à reserva legal, nos termos do art. 202, inciso I, alínea “a”, da Lei 6.404/76;	Não há alterações.

d.2) constituição, realização e/ou reversão dos valores eventualmente destinados à reserva de contingências, nos termos do art. 202, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 6.404/76;	d.2) constituição, realização e/ou reversão dos valores eventualmente destinados à reserva de contingências, nos termos do art. 202, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 6.404/76;	d.2) constituição, realização e/ou reversão dos valores eventualmente destinados à reserva de contingências, nos termos do art. 202, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 6.404/76;	Não há alterações.
d.3) constituição, realização e/ou reversão da Reserva de Ativos Biológicos, conforme previsto no Artigo 31-A deste Estatuto; e	d.3) constituição, realização e/ou reversão da Reserva de Ativos Biológicos, conforme previsto no Artigo 32-A deste Estatuto; e	d.3) constituição, realização e/ou reversão da Reserva de Ativos Biológicos, conforme previsto no Artigo 31 <u>32</u> -A deste Estatuto; e	Renumeração da referência ao artigo em razão das alterações realizadas.
d.4) constituição, realização e/ou reversão da Reserva de Ativos Contingentes, conforme previsto no artigo 31-B deste Estatuto;	d.4) constituição, realização e/ou reversão da Reserva de Ativos Contingentes, conforme previsto no artigo 32-B deste Estatuto;	d.4) constituição, realização e/ou reversão da Reserva de Ativos Contingentes, conforme previsto no artigo 31 <u>32</u> -B deste Estatuto;	Renumeração da referência ao artigo em razão das alterações realizadas.
e) Constituição, realização e/ou reversão da Reserva de Lucros a Realizar, nos termos do art. 197, § 1º da Lei nº 6.404/76;	e) Constituição, realização e/ou reversão da Reserva de Lucros a Realizar, nos termos do art. 197, § 1º da Lei nº 6.404/76;	e) Constituição, realização e/ou reversão da Reserva de Lucros a Realizar, nos termos do art. 197, § 1º da Lei nº 6.404/76;	Não há alterações.
f) Constituição da Reserva de Ativos Biológicos, nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76 e art. 31-A do Estatuto Social;	f) Constituição da Reserva de Ativos Biológicos, nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76 e art. 32-A do Estatuto Social;	f) Constituição da Reserva de Ativos Biológicos, nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76 e art. 31 <u>32</u> -A do Estatuto Social;	Renumeração da referência ao artigo em razão das alterações realizadas.

g) Constituição da Reserva de Ativos Contingentes, nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76 e art. 31-B do Estatuto Social;	g) Constituição da Reserva de Ativos Contingentes, nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76 e art. 32-B do Estatuto Social;	g) Constituição da Reserva de Ativos Contingentes, nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76 e art. 31 <u>32</u> -B do Estatuto Social;	Renumeração da referência ao artigo em razão das alterações realizadas.
h) Formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado nos termos do item (e) acima, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente e acréscimos de capital de giro; e	h) Formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado nos termos do item (e) acima, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente e acréscimos de capital de giro; e	h) Formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado nos termos do item (e) acima, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente e acréscimos de capital de giro; e	Não há alterações.
i) Os lucros não destinados nos termos anteriores deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do art. 202, § 6º, da Lei nº 6.404/76, exceto se a assembleia geral aprovar-lher outra destinação nos termos da legislação em vigor.	i) Os lucros não destinados nos termos anteriores deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do art. 202, § 6º, da Lei nº 6.404/76, exceto se a assembleia geral aprovar-lher outra destinação nos termos da legislação em vigor.	i) Os lucros não destinados nos termos anteriores deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do art. 202, § 6º, da Lei nº 6.404/76, exceto se a assembleia geral aprovar-lher outra destinação nos termos da legislação em vigor.	Não há alterações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Sociedade poderá levantar balanços semestrais, trimestrais, ou em qualquer época do ano, obedecidos os preceitos técnicos e legais.	PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais, ou em qualquer época do ano, obedecidos os preceitos técnicos e legais.	PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Sociedade<u>Companhia</u> poderá levantar balanços semestrais, trimestrais, ou em qualquer época do ano, obedecidos os preceitos técnicos e legais.	Uniformização da redação do Estatuto Social.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A Diretoria poderá, a qualquer tempo antecipar a distribuição de dividendos, observado o disposto no art. 204, da Lei nº 6.404/76.	PARÁGRAFO SEGUNDO - A Diretoria poderá, a qualquer tempo antecipar a distribuição de dividendos, observado o disposto no art. 204, da Lei nº 6.404/76.	PARÁGRAFO SEGUNDO - A Diretoria poderá, a qualquer tempo antecipar a distribuição de dividendos, observado o disposto no art. 204, da Lei nº 6.404/76.	Não há alterações.
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento de dividendos e a distribuição de ações resultantes de aumento de capital, serão efetivados dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que forem declarados, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, e, em qualquer caso, dentro do exercício social.	PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento de dividendos e a distribuição de ações resultantes de aumento de capital, serão efetivados dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que forem declarados, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, e, em qualquer caso, dentro do exercício social.	PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento de dividendos e a distribuição de ações resultantes de aumento de capital, serão efetivados dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que forem declarados, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, e, em qualquer caso, dentro do exercício social.	Não há alterações.

ARTIGO 31º - A Em cada exercício social, a Reserva de Ativos Biológicos será formada pela destinação do resultado do período pelo que estiver nele contido, líquido dos efeitos tributários, de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos próprios e de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos de controladas (contida no resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela controladora). O valor a ser utilizado para constituição da Reserva de Ativos Biológicos será limitado ao saldo da conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” após constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar:

I. No caso de despesas por redução do valor justo de ativos biológicos (próprios e de

ARTIGO 32º-A Em cada exercício social, a Reserva de Ativos Biológicos será formada pela destinação do resultado do período pelo que estiver nele contido, líquido dos efeitos tributários, de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos próprios e de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos de controladas (contida no resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela controladora). O valor a ser utilizado para constituição da Reserva de Ativos Biológicos será limitado ao saldo da conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” após constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar:

I. No caso de despesas por redução do valor justo de ativos biológicos (próprios e de

ARTIGO ~~31º~~^{32º} — A Em cada exercício social, a Reserva de Ativos Biológicos será formada pela destinação do resultado do período pelo que estiver nele contido, líquido dos efeitos tributários, de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos próprios e de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos de controladas (contida no resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela controladora). O valor a ser utilizado para constituição da Reserva de Ativos Biológicos será limitado ao saldo da conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” após constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar:

I. No caso de despesas por redução do valor justo de ativos biológicos (próprios e de

Renumeração do artigo em razão das alterações realizadas.

Não há alterações.

controladas incluídas no resultado de equivalência patrimonial) contidas no resultado do exercício, o respectivo valor, líquido dos efeitos tributários, será revertido da Reserva de Ativos Biológicos para “Lucros ou Prejuízos Acumulados”.	controladas incluídas no resultado de equivalência patrimonial) contidas no resultado do exercício, o respectivo valor, líquido dos efeitos tributários, será revertido da Reserva de Ativos Biológicos para “Lucros ou Prejuízos Acumulados”.	controladas incluídas no resultado de equivalência patrimonial) contidas no resultado do exercício, o respectivo valor, líquido dos efeitos tributários, será revertido da Reserva de Ativos Biológicos para “Lucros ou Prejuízos Acumulados”.	
II. A realização da Reserva de Ativos Biológicos corresponderá ao valor da exaustão do valor justo dos ativos biológicos (próprios e de controladas incluídas no resultado de equivalência patrimonial), apurada no resultado de cada exercício, líquido dos efeitos tributários. A realização dos saldos de resultados existentes na Reserva de Ativos Biológicos provocará a reversão dos respectivos valores para “Lucros ou Prejuízos Acumulados” para destinação.	II. A realização da Reserva de Ativos Biológicos corresponderá ao valor da exaustão do valor justo dos ativos biológicos (próprios e de controladas incluídas no resultado de equivalência patrimonial), apurada no resultado de cada exercício, líquido dos efeitos tributários. A realização dos saldos de resultados existentes na Reserva de Ativos Biológicos provocará a reversão dos respectivos valores para “Lucros ou Prejuízos Acumulados” para destinação.	II. A realização da Reserva de Ativos Biológicos corresponderá ao valor da exaustão do valor justo dos ativos biológicos (próprios e de controladas incluídas no resultado de equivalência patrimonial), apurada no resultado de cada exercício, líquido dos efeitos tributários. A realização dos saldos de resultados existentes na Reserva de Ativos Biológicos provocará a reversão dos respectivos valores para “Lucros ou Prejuízos Acumulados” para destinação.	Não há alterações.

III. A Reserva de Ativos Biológicos não poderá exceder o valor do capital social; no caso de prejuízo do exercício, e se após as realizações e reversões tratadas nas alíneas I e II acima, permanecer saldo negativo em “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, serão utilizados saldos das reservas de lucro para compensar tal saldo negativo na forma da lei, sendo a Reserva de Ativos Biológicos a penúltima a ser utilizada para esse fim e a Reserva Legal a última. Permanecendo saldo negativo, Reservas de Capital poderão ser utilizadas para esse fim.

ARTIGO 31-B Em cada exercício social, a Reserva de Ativos Contingentes será formada pela parcela anual dos lucros líquidos correspondente (i) ao valor relativo a trânsito em julgado de ações judiciais que geraram a contabilização de

III. A Reserva de Ativos Biológicos não poderá exceder o valor do capital social; no caso de prejuízo do exercício, e se após as realizações e reversões tratadas nas alíneas I e II acima, permanecer saldo negativo em “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, serão utilizados saldos das reservas de lucro para compensar tal saldo negativo na forma da lei, sendo a Reserva de Ativos Biológicos a penúltima a ser utilizada para esse fim e a Reserva Legal a última. Permanecendo saldo negativo, Reservas de Capital poderão ser utilizadas para esse fim.

ARTIGO 32-B Em cada exercício social, a Reserva de Ativos Contingentes será formada pela parcela anual dos lucros líquidos correspondente (i) ao valor relativo a trânsito em julgado de ações judiciais que geraram a contabilização de receitas cujo

III. A Reserva de Ativos Biológicos não poderá exceder o valor do capital social; no caso de prejuízo do exercício, e se após as realizações e reversões tratadas nas alíneas I e II acima, permanecer saldo negativo em “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, serão utilizados saldos das reservas de lucro para compensar tal saldo negativo na forma da lei, sendo a Reserva de Ativos Biológicos a penúltima a ser utilizada para esse fim e a Reserva Legal a última. Permanecendo saldo negativo, Reservas de Capital poderão ser utilizadas para esse fim.

ARTIGO ~~31~~³²-B ————— Em cada exercício social, a Reserva de Ativos Contingentes será formada pela parcela anual dos lucros líquidos correspondente (i) ao valor relativo a trânsito em julgado de ações judiciais que geraram a contabilização de

Não há alterações.

Renumeração do artigo em razão das alterações realizadas.

receitas cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social; e (ii) ao valor de receita decorrente da contabilização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa.	prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social; e (ii) ao valor de receita decorrente da contabilização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa.	receitas cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social; e (ii) ao valor de receita decorrente da contabilização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa.	
PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Reserva de Ativos Contingentes tem por finalidade registrar o saldo dos ativos contingentes, preservarão o nível de caixa e equivalentes de caixa da Companhia em face de sua realidade operacional. A Reserva de Ativos Contingentes somente poderá ser utilizada para reversão para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados” para destinação nos termos do presente estatuto social.	PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Reserva de Ativos Contingentes tem por finalidade registrar o saldo dos ativos contingentes, preservarão o nível de caixa e equivalentes de caixa da Companhia em face de sua realidade operacional. A Reserva de Ativos Contingentes somente poderá ser utilizada para reversão para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados” para destinação nos termos do presente estatuto social.	PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Reserva de Ativos Contingentes tem por finalidade registrar o saldo dos ativos contingentes, preservarão o nível de caixa e equivalentes de caixa da Companhia em face de sua realidade operacional. A Reserva de Ativos Contingentes somente poderá ser utilizada para reversão para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados” para destinação nos termos do presente estatuto social.	Não há alterações.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A realização da Reserva de Ativos Contingentes corresponderá ao	PARÁGRAFO SEGUNDO – A realização da Reserva de Ativos Contingentes corresponderá ao	PARÁGRAFO SEGUNDO – A realização da Reserva de Ativos Contingentes corresponderá ao	Não há alterações.

valor da compensação dos créditos tributários, mediante procedimento de compensação via PERD/COMP ou procedimento equivalente. A realização dos saldos de resultados existentes na Reserva de Ativos Contingentes provocará a reversão dos respectivos valores para “Lucros ou Prejuízos Acumulados” para destinação.	valor da compensação dos créditos tributários, mediante procedimento de compensação via PERD/COMP ou procedimento equivalente. A realização dos saldos de resultados existentes na Reserva de Ativos Contingentes provocará a reversão dos respectivos valores para “Lucros ou Prejuízos Acumulados” para destinação.	valor da compensação dos créditos tributários, mediante procedimento de compensação via PERD/COMP ou procedimento equivalente. A realização dos saldos de resultados existentes na Reserva de Ativos Contingentes provocará a reversão dos respectivos valores para “Lucros ou Prejuízos Acumulados” para destinação.	
PARÁGRAFO TERCEIRO – A Reserva de Ativos Contingentes não poderá exceder o valor do capital social.	PARÁGRAFO TERCEIRO – A Reserva de Ativos Contingentes não poderá exceder o valor do capital social.	PARÁGRAFO TERCEIRO – A Reserva de Ativos Contingentes não poderá exceder o valor do capital social.	Não há alterações.
ARTIGO 32º Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser distribuídos lucros aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º, da Lei nº 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria, os quais, uma vez	ARTIGO 33º Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser distribuídos lucros aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º, da Lei nº 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria, os quais, uma vez	ARTIGO 323º Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser distribuídos lucros aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º, da Lei nº 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria, os quais, uma vez	Renumeração do artigo em razão das alterações realizadas.

distribuídos, poderão, após a dedução do imposto de renda na fonte, ser imputados aos dividendos obrigatórios.

CAPÍTULO VIII DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 33º A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, cabendo à Assembléia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante a o período de liquidação, fixando sua remuneração.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 34º A Companhia deverá elaborar, divulgar e enviar à BM&FBOVESPA, Política de Negociação de Valores

distribuídos, poderão, após a dedução do imposto de renda na fonte, ser imputados aos dividendos obrigatórios.

CAPÍTULO VIII DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 34º A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, cabendo à Assembléia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante a o período de liquidação, fixando sua remuneração.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 35º A Companhia deverá elaborar, divulgar e enviar à B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, a Política de Negociação de Valores

distribuídos, poderão, após a dedução do imposto de renda na fonte, ser imputados aos dividendos obrigatórios.

CAPÍTULO VIII DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 34º-A ~~Sociedade~~Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, cabendo à Assembléia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante a o período de liquidação, fixando sua remuneração.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 345º A Companhia deverá elaborar, divulgar e enviar à ~~BM&FBOVESPA~~B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, a Política de

Não há alterações.

Renumeração do artigo em razão das alterações realizadas e uniformização da redação do Estatuto Social.

Não há alterações.

Renumeração do artigo em razão das alterações realizadas e atualização da denominação

Mobiliários de emissão da Companhia, que será aplicável, no mínimo à própria Companhia, ao acionista controlador, aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, quando instalado, aos diretores e a membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária.

ARTIGO 35º A Companhia deverá elaborar, divulgar e enviar à BM&FBOVESPA, Código de Conduta que estabeleça valores e princípios que orientam a Companhia e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviços e demais pessoas e entidades as quais a Companhia se relacione.

Mobiliários de emissão da Companhia, que será aplicável, no mínimo à própria Companhia, ao acionista controlador, aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, quando instalado, aos diretores e a membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária.

ARTIGO 36º A Companhia deverá elaborar, divulgar e enviar à B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, o Código de Conduta que estabeleça valores e princípios que orientam a Companhia e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviços e demais pessoas e entidades as quais a Companhia se relacione.

Negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, que será aplicável, no mínimo à própria Companhia, ao acionista controlador, aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, quando instalado, aos diretores e a membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária.

ARTIGO ~~35~~^{6º} A Companhia deverá elaborar, divulgar e enviar à ~~BM&FBOVESPA,~~ B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, o Código de Conduta que estabeleça valores e princípios que orientam a Companhia e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviços e demais pessoas e entidades as quais a Companhia se relacione.

social da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão.

Renumeração do artigo em razão das alterações realizadas e atualização da denominação social da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão.

ARTIGO 36º Fica estabelecida a obrigatoriedade da Sociedade ou do Acionista Controlador, conforme aplicável, efetivar oferta pública de aquisição de ações no caso de fechamento do capital social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO : Fica estabelecida a obrigatoriedade de o Acionista Controlador efetivar a oferta pública de ações pertencentes aos demais

ARTIGO 37º Fica estabelecida a obrigatoriedade da sociedade ou do acionista controlador, conforme aplicável, efetivar OPA no caso de fechamento do capital social. Na OPA, a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do §1º e do §2º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O laudo de avaliação referido no caput deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com

ARTIGO 36⁷º Fica estabelecida a obrigatoriedade da sociedade ou do acionista controlador, conforme aplicável, efetivar ~~oferta pública de aquisição de ações no caso de fechamento do capital social.~~ OPA no caso de fechamento do capital social. Na OPA, a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do §1º e do §2º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis

~~PARÁGRAFO PRIMEIRO : Fica estabelecida a obrigatoriedade de o Acionista Controlador efetivar a oferta pública de ações pertencentes aos demais~~

Renumeração do artigo em razão das alterações realizadas e uniformização da redação do Estatuto Social.

A alteração inclui a obrigatoriedade de a oferta pública para aquisição de ações em caso de fechamento de capital ser realizada ao preço mínimo correspondente ao valor econômico das ações.

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.

Alteração estabelece a forma de apuração do valor econômico das ações em caso de fechamento de capital.

acionistas da Sociedade (i) no caso de saída do segmento do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa; para que as ações da Sociedade passem a ter registro para negociação fora do Nível 1 da BM&FBovespa; e, (ii) na hipótese de reorganização societária da qual a Companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa.

experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do § 1º do Artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º desse mesmo Artigo.

~~acionistas da Sociedade (i) no caso de saída do segmento do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa; para que as ações da Sociedade passem a ter registro para negociação fora do Nível 1 da BM&FBovespa; e, (ii) na hipótese de reorganização societária da qual a Companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa.~~

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O laudo de avaliação referido no caput deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do § 1º do Artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso o preço a ser ofertado deverá corresponder, no mínimo ao valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo conselho de administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de

Parágrafo 6º desse mesmo Artigo.

~~PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso o preço a ser ofertado deverá corresponder, no mínimo ao valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM.~~
PARÁGRAFO SEGUNDO: A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo conselho de administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco,

Alteração estabelece a competência para a contratação da empresa especializada responsável por elaborar o laudo de valor econômico das ações em caso de fechamento de capital.

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.

	ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.	<u>e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.</u>	
PARÁGRAFO TERCEIRO: O laudo de avaliação previsto neste Estatuto Social deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Sociedade, seus administradores e controladores, devendo o	PARÁGRAFO TERCEIRO: Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.	PARÁGRAFO TERCEIRO: O laudo de avaliação previsto neste Estatuto Social deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Sociedade, seus administradores e controladores, devendo o	Alteração estabelece a responsabilidade pelos custos e despesas decorrentes da contratação da empresa especializada responsável por elaborar o laudo de valor econômico das ações em caso de fechamento de capital.

laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do art. 8º da Lei nº 6.404/76 e conter responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da referida lei.

Sem correspondência no Estatuto Social Atual.

ARTIGO 38º - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 1 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 1 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias

~~laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do art. 8º da Lei nº 6.404/76 e conter responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da referida lei.~~ PARÁGRAFO TERCEIRO: Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

ARTIGO 38º - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 1 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 1 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.

A alteração inclui a obrigatoriedade de a oferta pública para saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão.

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.

	contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos 1º a 3º do Artigo 37º, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.	<u>contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos 1º a 3º do Artigo 37º, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</u>	
<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	PARÁGRAFO PRIMEIRO - O acionista controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste Artigo se a Companhia sair do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão em razão da celebração do contrato de participação da Companhia nos segmentos especiais da B3 denominados Nível 2 (“Nível 2”)	<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO - O acionista controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste Artigo se a Companhia sair do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão em razão da celebração do contrato de participação da Companhia nos segmentos especiais da B3 denominados Nível 2 (“Nível 2”)</u>	A alteração excetua a obrigatoriedade de a oferta pública para saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão em caso de migração para os segmentos de listagem com exigências adicionais ao Nível 1 e/ou caso a sociedade resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores

	ou Novo Mercado (“<u>Novo Mercado</u>”) ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Nível 1, no Nível 2 ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.	<u>ou Novo Mercado (“Novo Mercado”) ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Nível 1, no Nível 2 ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.</u>	mobiliários no Nível 1, no Nível 2 ou no Novo Mercado. Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.
<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	ARTIGO 39º - Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do do Nível 2 e/ou do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 1, no Nível 2	<u>ARTIGO 39º - Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 e/ou do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 1, no Nível 2</u>	Artigo incluído especifica a responsabilidade pela realização da oferta pública de aquisição de ações em casos de saída do Nível 1 na hipótese em que a companhia não tiver acionista controlador. Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras

<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	e/ou no Novo Mercado de no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.	<u>e/ou no Novo Mercado de no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.</u> <u>PARÁGRAFO PRIMEIRO - A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.</u>	de governança corporativa da Companhia. Parágrafo incluído especifica a responsabilidade pela realização da oferta pública de aquisição de ações em casos de saída do Nível 1 na hipótese em que a companhia não tiver acionista controlador. Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.
---	--	--	--

Sem correspondência no Estatuto Social Atual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 1, no Nível 2 ou no Novo Mercado da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

[PARÁGRAFO SEGUNDO - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 1, no Nível 2 ou no Novo Mercado da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.](#)

Parágrafo incluído especifica a responsabilidade pela realização da oferta pública de aquisição de ações em casos de saída do Nível 1 na hipótese em que a companhia não tiver acionista controlador.

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.

Sem correspondência no Estatuto Social Atual.

ARTIGO 40º A saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa está condicionada à efetivação de oferta pública de

[ARTIGO 40º A saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa está condicionada à efetivação de oferta pública de](#)

A alteração inclui a obrigatoriedade de a oferta pública para saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão por descumprimento do Regulamento de Listagem.

Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento

	aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 37 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.	aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 37 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.	de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.
<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	PARÁGRAFO PRIMEIRO - O acionista controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.	PARÁGRAFO PRIMEIRO - O acionista controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.	Parágrafo incluído especifica a responsabilidade pela realização da oferta pública de aquisição de ações em casos de saída do Nível 1 por descumprimento do Regulamento de Listagem. Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.
<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Nível 1	PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Nível 1	Parágrafo incluído especifica a responsabilidade pela realização da oferta pública de aquisição de

	de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.	<u>de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.</u>	ações em casos de saída do Nível 1 por descumprimento do Regulamento de Listagem, na hipótese em que a companhia não tiver acionista controlador. Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia.
<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i>	PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do	<u>PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do</u>	Parágrafo incluído especifica a responsabilidade pela realização da oferta pública de aquisição de ações em casos de saída do Nível 1 por descumprimento do Regulamento de Listagem, na hipótese em que a companhia não tiver acionista controlador. Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a

<i>Sem correspondência no Estatuto Social Atual.</i> ARTIGO 37º Os casos omissos neste estatuto serão disciplinados pela lei nº 6.404/76, e pelas demais disposições legais aplicáveis.	Regulamento do Nível 1 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa. PARÁGRAFO QUARTO - Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo terceiro acima delibere pela saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. ARTIGO 41º Os casos omissos neste estatuto serão disciplinados pela lei nº 6.404/76, e pelas demais disposições legais aplicáveis.	<u>Regulamento do Nível 1 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa.</u> <u>PARÁGRAFO QUARTO - Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo terceiro acima delibere pela saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.</u> ARTIGO 37º <u>41º</u> Os casos omissos neste estatuto serão disciplinados pela lei nº 6.404/76, e pelas demais disposições legais aplicáveis.	mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia. Parágrafo incluído especifica a responsabilidade pela realização da oferta pública de aquisição de ações em casos de saída do Nível 1 por descumprimento do Regulamento de Listagem, na hipótese em que a companhia não tiver acionista controlador. Apesar de não exigido pelo Regulamento do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 1, a mudança é realizada com o objetivo de aprimorar as regras de governança corporativa da Companhia. Renumeração do artigo em razão das alterações realizadas.
---	--	--	--

F. Anexo

F. 1. DFP – Demonstrações Financeiras Padronizada

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	11
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	24
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	25
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	110
----------------------------------	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	111
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	112
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	115

Índice

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	116
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	117
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	118

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	31.258
Preferenciais	61.361
Total	92.619
Em Tesouraria	
Ordinárias	5
Preferenciais	474
Total	479

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	3.633.311	3.176.301	2.930.972
1.01	Ativo Circulante	462.701	167.944	160.452
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.946	1.951	106
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	645
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	645
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	0	0	645
1.01.03	Contas a Receber	323.032	112.886	69.569
1.01.03.01	Clientes	124.400	0	29.004
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	198.632	112.886	40.565
1.01.03.02.01	Partes relacionadas	198.632	112.886	40.565
1.01.04	Estoques	103.098	0	2.498
1.01.07	Despesas Antecipadas	69	1.046	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	33.556	52.061	87.634
1.01.08.03	Outros	33.556	52.061	87.634
1.01.08.03.02	Impostos a Recuperar	25.073	44.210	80.046
1.01.08.03.03	Outros Creditos	8.040	7.492	7.588
1.01.08.03.04	Instrumentos Financeiros Derivativos de Dívida	443	359	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.170.610	3.008.357	2.770.520
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	233.959	208.769	232.757
1.02.01.07	Tributos Diferidos	105.455	111.773	112.746
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	82.468	87.537	88.278
1.02.01.07.02	Impostos a Recuperar	22.987	24.236	24.468
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	19.254	8.839	81.493
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	10.814	399	70.865
1.02.01.09.05	Outros Créditos	8.440	8.440	10.628
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	109.250	88.157	38.518
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	109.250	87.647	38.518
1.02.01.10.04	Instrumentos Financeiros Derivativos de Dívida	0	510	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.02	Investimentos	2.772.091	2.799.588	2.516.811
1.02.02.01	Participações Societárias	2.772.091	2.799.588	2.516.811
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.772.091	2.799.588	2.516.811
1.02.03	Imobilizado	164.118	0	20.952
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	164.118	0	20.952
1.02.04	Intangível	442	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	3.633.311	3.176.301	2.930.972
2.01	Passivo Circulante	761.590	473.846	366.341
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.559	5	2
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.559	5	2
2.01.02	Fornecedores	75.048	66.699	55.902
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	75.048	66.699	55.902
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.748	12.468	20.396
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.748	12.468	20.396
2.01.03.01.02	Parcelamento	568	1.644	19.062
2.01.03.01.03	Obrigações Tributarias	21.180	10.824	1.334
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	24.386	36.362	46.219
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	24.386	36.362	46.219
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	24.386	36.362	46.219
2.01.05	Outras Obrigações	623.164	348.232	235.016
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	513.026	225.141	155.875
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	513.026	225.141	155.875
2.01.05.02	Outros	110.138	123.091	79.141
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	92.966	117.439	68.742
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	4.889	2.590	2.390
2.01.05.02.05	Demais Contas a Pagar	12.283	3.062	8.009
2.01.06	Provisões	10.685	10.080	8.806
2.01.06.02	Outras Provisões	10.685	10.080	8.806
2.01.06.02.05	Provisão para perdas com investimento	10.685	10.080	8.806
2.02	Passivo Não Circulante	104.109	131.665	157.300
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	46.667	71.166	99.067
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	46.667	71.166	99.067
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	46.667	71.166	99.067
2.02.02	Outras Obrigações	1.590	2.019	3.937

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.02.02	Outros	1.590	2.019	3.937
2.02.02.02.03	Parcelamento	1.590	2.019	3.937
2.02.04	Provisões	55.852	58.480	54.296
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	55.852	58.480	54.296
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	55.852	58.480	54.296
2.03	Patrimônio Líquido	2.767.612	2.570.790	2.407.331
2.03.01	Capital Social Realizado	1.485.246	1.412.752	851.941
2.03.02	Reservas de Capital	-2.947	-2.947	-2.947
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.947	-2.947	-2.947
2.03.03	Reservas de Reavaliação	156.248	156.248	156.248
2.03.04	Reservas de Lucros	1.033.505	887.342	1.315.804
2.03.04.16	Reservas de Lucros e Reservas de Ativo Biológico	1.033.505	887.342	1.315.804
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	81.914	81.914	81.914
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	13.646	35.481	4.371

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	362.290	221.788	255.552
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-259.135	-169.359	-207.869
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-259.135	-169.359	-207.869
3.03	Resultado Bruto	103.155	52.429	47.683
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	218.920	151.995	263.016
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.795	-559	-430
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.009	-14.836	-21.148
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-8.544	-12.494	-19.220
3.04.02.02	Honorários da Administração	-3.465	-2.342	-1.928
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.471	-1.842	-16.201
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	248.195	169.232	300.795
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	322.075	204.424	310.699
3.06	Resultado Financeiro	5.288	-1.961	58.471
3.06.01	Receitas Financeiras	25.060	27.281	85.821
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.772	-29.242	-27.350
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	327.363	202.463	369.170
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.249	-4.438	53.038
3.08.01	Corrente	-3.181	-3.696	89
3.08.02	Diferido	-5.068	-742	52.949
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	319.114	198.025	422.208
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	319.114	198.025	422.208
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,24882	2,01604	4,29565
3.99.01.02	PN	3,5737	2,21765	4,72524
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,46336	2,14917	4,57959
3.99.02.02	PN	3,46336	2,14917	4,57959

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	319.114	198.025	422.208
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-21.835	31.110	-3.071
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes	-21.835	31.110	-3.071
4.03	Resultado Abrangente do Período	297.279	229.135	419.137

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	149.597	121.797	116.053
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	90.570	52.812	47.876
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	327.363	202.463	369.170
6.01.01.02	Depreciação, Amortização e Exaustão	5.996	0	0
6.01.01.05	Resultado da equivalência patrimonial	-248.195	-169.232	-300.795
6.01.01.07	Juros, variações monetárias e cambias líquidas	5.708	15.473	10.024
6.01.01.11	Reversão / Provisão de obrigações com parcelamento e outros	-302	4.108	5.173
6.01.01.13	Provisão ganhos tributários	0	0	-35.696
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	72.541	85.272	74.740
6.01.02.02	Contas a receber de clientes	-126.168	29.082	46.853
6.01.02.03	Partes relacionadas	191.723	67.411	-127.725
6.01.02.04	Estoques	-9.466	2.498	231.613
6.01.02.05	Impostos a recuperar	9.017	48.885	6.399
6.01.02.06	Despesas antecipadas	977	-1.046	0
6.01.02.08	Depósitos judiciais	-21.603	-49.128	-20
6.01.02.09	Outros créditos	-127	2.285	-88
6.01.02.10	Fornecedores	8.349	10.797	-11.009
6.01.02.11	Obrigações trabalhistas e tributárias	10.057	5.796	-13.963
6.01.02.12	Tributos parcelados	-1.739	-19.193	-24.460
6.01.02.13	Adiantamento de clientes	2.300	199	-721
6.01.02.15	Contas a Pagar	9.221	-12.314	-32.139
6.01.03	Outros	-13.514	-16.287	-6.563
6.01.03.01	Juros pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-13.514	-16.287	-6.563
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.313	-52.200	-4.516
6.02.01	Acréscimo de Investimento	0	-52.845	-1.559
6.02.03	Acréscimo do imobilizado e intangível	-3.313	0	-6.279
6.02.05	Títulos e valores mobiliários	0	645	3.322
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-145.289	-67.752	-111.459

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.03.01	Amortização de empréstimos	-34.214	-50.773	-153.358
6.03.03	Ingressos de empréstimos e financiamentos	0	0	163.000
6.03.05	Distribuição de Dividendos/Juros sobre capital próprio	-111.075	-16.979	-121.101
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	995	1.845	78
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.951	106	28
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.946	1.951	106

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.412.752	153.301	887.342	0	117.395	2.570.790
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.412.752	153.301	887.342	0	117.395	2.570.790
5.04	Transações de Capital com os Sócios	72.494	0	166.662	-339.612	0	-100.456
5.04.01	Aumentos de Capital	72.494	0	-72.494	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-100.456	0	-100.456
5.04.09	Constituição de Reserva para Expansão e Investimento	0	0	239.156	-239.156	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	319.114	-21.835	297.279
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	319.114	0	319.114
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.835	-21.835
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-21.835	-21.835
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-20.499	20.498	0	-1
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-15.956	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	15.956	0	0	0
5.06.04	Reserva de Ativos Biológicos	0	0	75.966	-75.966	0	0
5.06.05	Reserva de Ativos Contingentes	0	0	-112.420	112.420	0	0
5.06.07	Outros Ajustes	0	0	-1	0	0	-1
5.07	Saldos Finais	1.485.246	153.301	1.033.505	0	95.560	2.767.612

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	851.941	153.301	1.315.803	0	86.285	2.407.330
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.941	153.301	1.315.803	0	86.285	2.407.330
5.04	Transações de Capital com os Sócios	560.811	0	-410.770	-215.717	0	-65.676
5.04.01	Aumentos de Capital	560.811	0	-560.811	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-65.676	0	-65.676
5.04.09	Constituição de Reserva para Expansão e Investimento	0	0	150.041	-150.041	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1	198.025	31.110	229.136
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	198.025	0	198.025
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	1	0	31.110	31.111
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	31.110	31.110
5.05.02.06	Outros	0	0	1	0	0	1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-17.692	17.692	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	9.901	-9.901	0	0
5.06.04	Reserva de Ativos Biológicos	0	0	33.990	-33.990	0	0
5.06.05	Reserva de Ativos Contingentes	0	0	-61.583	61.583	0	0
5.07	Saldos Finais	1.412.752	153.301	887.342	0	117.395	2.570.790

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	851.941	153.301	918.291	0	89.356	2.012.889
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.941	153.301	918.291	0	89.356	2.012.889
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	44.490	-69.186	0	-24.696
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.696	0	-24.696
5.04.09	Constituição de Reserva para Expansão e Investimento	0	0	44.490	-44.490	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422.208	-3.071	419.137
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422.208	0	422.208
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.071	-3.071
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.071	-3.071
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	353.022	-353.022	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	21.110	-21.110	0	0
5.06.04	Reserva de Ativos Biológicos	0	0	44.455	-44.455	0	0
5.06.05	Reserva de Ativos Contingentes	0	0	201.688	-201.688	0	0
5.06.06	Reserva de Subvenção e Investimento	0	0	85.769	-85.769	0	0
5.07	Saldos Finais	851.941	153.301	1.315.803	0	86.285	2.407.330

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	480.196	307.600	345.141
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	480.146	307.541	343.430
7.01.02	Outras Receitas	122	0	1.672
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-72	59	39
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-365.459	-265.050	-281.431
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-144.214	-265.050	-281.431
7.02.04	Outros	-221.245	0	0
7.02.04.01	Matérias-primas consumidas	-221.245	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	114.737	42.550	63.710
7.04	Retenções	-5.996	0	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.996	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	108.741	42.550	63.710
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	274.226	204.830	422.204
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	248.195	169.232	300.795
7.06.02	Receitas Financeiras	25.060	27.281	89.042
7.06.03	Outros	971	8.317	32.367
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	382.967	247.380	485.914
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	382.967	247.380	485.914
7.08.01	Pessoal	16.782	2.949	1.918
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.017	2.949	1.918
7.08.01.03	F.G.T.S.	765	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.297	17.164	34.438
7.08.02.01	Federais	688	17.164	31.615
7.08.02.02	Estaduais	26.547	0	2.823
7.08.02.03	Municipais	62	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.774	29.242	27.350
7.08.03.02	Aluguéis	2	0	0
7.08.03.03	Outras	19.772	29.242	27.350

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras e variações monetárias e cambiais	19.772	29.242	27.350
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	319.114	198.025	422.208
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	100.456	65.676	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	218.658	132.349	422.208

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	4.984.659	4.569.192	4.109.828
1.01	Ativo Circulante	1.978.943	1.654.280	1.473.075
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	529.114	246.225	33.237
1.01.02	Aplicações Financeiras	10	10	97.086
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	10	10	97.086
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	10	10	97.086
1.01.03	Contas a Receber	567.146	670.136	609.938
1.01.03.01	Clientes	567.146	670.136	609.938
1.01.04	Estoques	798.537	627.979	540.502
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.075	1.751	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	83.061	108.179	192.312
1.01.08.03	Outros	83.061	108.179	192.312
1.01.08.03.02	Impostos a Recuperar	75.103	98.735	186.087
1.01.08.03.03	Outros Créditos	7.395	6.793	6.225
1.01.08.03.04	Instrumentos Financeiros Derivativos de Dívida	563	2.651	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.005.716	2.914.912	2.636.753
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	289.957	417.246	351.054
1.02.01.04	Contas a Receber	11.766	16.139	15.592
1.02.01.04.01	Clientes	11.766	16.139	15.592
1.02.01.07	Tributos Diferidos	131.828	273.737	254.790
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	103.879	203.783	186.296
1.02.01.07.02	Impostos a Recuperar	27.949	69.954	68.494
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	146.363	127.370	80.672
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	536	545	565
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	113.651	91.495	44.050
1.02.01.10.04	Outros Créditos	8.940	8.940	11.128
1.02.01.10.05	Propriedade para Investimento	23.236	23.424	23.516
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos de Dívida	0	2.966	1.413

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.02	Investimentos	4.630	4.630	4.630
1.02.03	Imobilizado	2.688.110	2.472.015	2.262.403
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.688.110	2.472.015	2.262.403
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	1.511.383	1.464.615	1.363.156
1.02.03.01.02	Reflorestamento	1.176.727	1.007.400	899.247
1.02.04	Intangível	23.019	21.021	18.666
1.02.04.01	Intangíveis	23.019	21.021	18.666

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	4.984.659	4.569.192	4.109.828
2.01	Passivo Circulante	852.402	964.722	830.327
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.048	51.944	45.865
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	58.048	51.944	45.865
2.01.02	Fornecedores	290.696	264.464	227.185
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	275.618	255.305	219.374
2.01.02.01.01	Fornecedores	223.663	230.254	219.374
2.01.02.01.02	Fornecedores Convênio	51.955	25.051	0
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	15.078	9.159	7.811
2.01.03	Obrigações Fiscais	44.654	52.624	44.636
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	44.654	52.624	44.636
2.01.03.01.02	Parcelamento - PAEX	568	1.645	23.179
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias	44.086	50.979	21.457
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	252.958	329.585	307.215
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	252.958	329.585	307.215
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	144.453	153.868	291.351
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	108.505	175.717	15.864
2.01.05	Outras Obrigações	206.046	266.105	205.426
2.01.05.02	Outros	206.046	266.105	205.426
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	92.966	117.439	68.742
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	33.972	31.869	30.907
2.01.05.02.05	Demais Contas a Pagar	48.209	53.877	55.836
2.01.05.02.07	Passivos de Arrendamentos	28.072	37.548	46.396
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos de Dívida	2.827	25.372	3.545
2.02	Passivo Não Circulante	1.364.754	1.033.780	872.258
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	853.949	476.123	396.742
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	853.949	476.123	396.742
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	528.943	295.059	150.125

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	325.006	181.064	246.617
2.02.02	Outras Obrigações	406.529	460.676	382.860
2.02.02.02	Outros	406.529	460.676	382.860
2.02.02.02.03	Parcelamento - PAEX	1.590	2.019	3.937
2.02.02.02.04	Tributos diferidos	45.923	99.735	107.396
2.02.02.02.05	Passivos de Arrendamentos	359.016	358.922	271.527
2.02.04	Provisões	104.276	96.981	92.656
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	82.299	83.160	81.916
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	82.299	83.160	81.916
2.02.04.02	Outras Provisões	21.977	13.821	10.740
2.02.04.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos de Dívida	21.977	13.821	10.740
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.767.503	2.570.690	2.407.243
2.03.01	Capital Social Realizado	1.485.246	1.412.752	851.941
2.03.02	Reservas de Capital	-2.947	-2.947	-2.947
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.947	-2.947	-2.947
2.03.03	Reservas de Reavaliação	156.248	156.248	156.248
2.03.03.01	Ativos Próprios	156.009	156.009	156.009
2.03.03.02	Controladas	239	239	239
2.03.04	Reservas de Lucros	1.033.505	887.342	1.315.803
2.03.04.16	Reserva de Lucros e Reserva de Ativos Biológicos	1.033.505	887.342	1.315.803
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	81.914	81.914	81.914
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	13.646	35.481	4.371
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-109	-100	-87

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.104.252	2.857.809	2.677.586
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.949.714	-1.915.521	-1.799.126
3.02.01	Variação do valor justo dos ativos biológicos	107.879	85.579	106.252
3.02.02	Custo dos produtos vendidos	-2.057.593	-2.001.100	-1.905.378
3.03	Resultado Bruto	1.154.538	942.288	878.460
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-628.880	-568.962	-527.930
3.04.01	Despesas com Vendas	-489.684	-435.271	-374.757
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-123.770	-116.375	-110.941
3.04.02.01	Despesas Gerais e Adminstrativas	-110.106	-103.949	-99.411
3.04.02.02	Honorários da administração	-13.664	-12.426	-11.530
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-15.426	-17.316	-42.232
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	525.658	373.326	350.530
3.06	Resultado Financeiro	-77.201	-146.218	-25.088
3.06.01	Receitas Financeiras	214.202	229.909	182.424
3.06.02	Despesas Financeiras	-291.403	-376.127	-207.512
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	448.457	227.108	325.442
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-129.352	-29.096	96.771
3.08.01	Corrente	-83.260	-54.245	-15.486
3.08.02	Diferido	-46.092	25.149	112.257
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	319.105	198.012	422.213
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-9	-13	5
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-9	-13	5
3.10.01.01	Participação Minoritária	-9	-13	5
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	319.096	197.999	422.218
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	319.114	198.025	422.208
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,24882	2,01604	4,29565

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.99.01.02	PN	3,5737	2,21765	4,72524
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,46336	2,14917	4,57959
3.99.02.02	PN	3,46336	2,14917	4,57959

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	319.105	198.012	422.213
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-21.835	31.110	-3.071
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes	-21.835	31.110	-3.071
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	297.270	229.122	419.142
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	297.279	229.135	419.137
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-9	-13	5

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	521.445	444.228	404.179
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	716.156	632.067	498.473
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	448.457	227.108	325.442
6.01.01.02	Depreciação, amortização e exaustão	134.771	117.310	124.623
6.01.01.04	Baixa de investimentos	197	112	243
6.01.01.05	Exaustão de ativos biológicos	169.275	142.992	123.784
6.01.01.06	Variação do valor justo dos ativos biológicos	-107.879	-85.579	-106.252
6.01.01.07	Juros, variação monetárias e cambiais líquidas	66.708	187.900	79.189
6.01.01.11	Resersão / Provisão de obrigações com parcelamento e outros	4.627	42.224	17.099
6.01.01.13	Provisão ganhos tributários	0	0	-65.655
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-98.080	-102.964	-16.294
6.01.02.02	Contas a receber de clientes	96.989	-64.878	-47.794
6.01.02.04	Estoques	-158.245	-73.535	84.426
6.01.02.05	Impostos a recuperar	7.221	102.827	50.319
6.01.02.07	Despesas antecipadas	676	-1.751	5.501
6.01.02.08	Depósitos judiciais	-22.156	-47.445	2.571
6.01.02.09	Outros créditos	-602	1.621	-1.857
6.01.02.10	Fornecedores	26.233	37.278	-3.667
6.01.02.11	Obrigações trabalhistas e tributarias	-25.713	-19.917	-23.702
6.01.02.12	Tributos parcelados	-1.739	-23.360	-34.362
6.01.02.13	Adiantamento de clientes	2.103	961	-27.437
6.01.02.15	Contas a Pagar	-5.668	-1.960	-7.969
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-17.179	-12.805	-12.323
6.01.03	Outros	-96.631	-84.875	-78.000
6.01.03.01	Juros pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-96.631	-84.875	-78.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-354.786	-157.040	-302.851
6.02.01	Acréscimo de Investimento	0	0	-4.632
6.02.03	Acrescimo do imobilizado e intangível	-181.057	-130.719	-110.494

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.02.04	Acrescimo do ativo biológico	-173.729	-123.397	-162.806
6.02.05	Títulos e valores mobiliários	0	97.076	-24.919
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	119.331	-80.000	-89.535
6.03.01	Amortização de empréstimos e debêntures	-334.351	-386.597	-387.423
6.03.03	Ingressos de empréstimos e financiamentos	652.932	395.099	480.595
6.03.06	Amortização de arrendamentos	-88.175	-71.523	-61.606
6.03.08	Distribuição de Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-111.075	-16.979	-121.101
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-3.101	5.800	-1.318
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	282.889	212.988	10.475
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	246.225	33.237	22.762
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	529.114	246.225	33.237

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.412.752	153.301	887.342	0	117.395	2.570.790	-100	2.570.690
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.412.752	153.301	887.342	0	117.395	2.570.790	-100	2.570.690
5.04	Transações de Capital com os Sócios	72.494	0	166.662	-339.612	0	-100.456	-9	218.649
5.04.01	Aumentos de Capital	72.494	0	-72.494	0	0	0	-9	319.105
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-100.456	0	-100.456	0	-100.456
5.04.09	Constituição de Reserva para Expansão e Investimento	0	0	239.156	-239.156	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	319.114	-21.835	297.279	0	-21.835
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	319.114	-21.835	319.114	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-21.835	0	-21.835
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	0	-21.835	0	-21.835
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-20.499	20.498	0	-1	0	-1
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-15.956	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	15.956	0	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Ativos Biológicos	0	0	75.966	-75.966	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Ativos Contingentes	0	0	-112.420	112.420	0	0	0	0
5.06.07	Outros ajustes	0	0	-1	0	0	-1	0	-1
5.07	Saldos Finais	1.485.246	153.301	1.033.505	0	95.560	2.767.612	-109	2.767.503

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	851.941	153.301	1.315.803	0	86.285	2.407.330	-87	2.407.243
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.941	153.301	1.315.803	0	86.285	2.407.330	-87	2.407.243
5.04	Transações de Capital com os Sócios	560.811	0	-410.770	-215.717	0	-65.676	0	-65.676
5.04.01	Aumentos de Capital	560.811	0	-560.811	0	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-65.676	0	-65.676	0	-65.676
5.04.09	Constituição de Reserva para Expansão e Investimento	0	0	150.041	-150.041	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1	198.025	31.110	229.136	-13	229.123
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	198.025	0	198.025	-13	198.012
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	1	0	31.110	31.111	0	31.111
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	31.110	31.110	0	31.110
5.05.02.06	Outros	0	0	1	0	0	1	0	1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-17.692	17.692	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	9.901	-9.901	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Ativos Biológicos	0	0	33.990	-33.990	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Ativos Contingentes	0	0	-61.583	61.583	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.412.752	153.301	887.342	0	117.395	2.570.790	-100	2.570.690

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	851.941	153.301	918.291	0	89.356	2.012.889	-92	2.012.797
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.941	153.301	918.291	0	89.356	2.012.889	-92	2.012.797
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	44.490	-69.186	0	-24.696	0	-24.696
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.696	0	-24.696	0	-24.696
5.04.09	Constituição de Reserva para Expansão e Investimento	0	0	44.490	-44.490	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422.208	-3.071	419.137	5	419.142
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422.208	0	422.208	5	422.213
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.071	-3.071	0	-3.071
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.071	-3.071	0	-3.071
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	353.022	-353.022	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	21.110	-21.110	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Ativos Biológicos	0	0	44.455	-44.455	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Ativos Contingentes	0	0	201.688	-201.688	0	0	0	0
5.06.06	Reserva de Subvenção e Investimento	0	0	85.769	-85.769	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	851.941	153.301	1.315.803	0	86.285	2.407.330	-87	2.407.243

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	3.880.781	3.590.451	3.303.615
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.772.322	3.498.228	3.294.572
7.01.02	Outras Receitas	113.054	96.739	14.059
7.01.02.01	Outras receitas	5.175	11.160	14.059
7.01.02.02	Variação do valor Justo Ativo Biológico	107.879	85.579	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.595	-4.516	-5.016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.516.762	-2.491.781	-2.126.796
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.479.580	-1.418.103	-1.517.312
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.037.182	-1.073.678	-609.484
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.364.019	1.098.670	1.176.819
7.04	Retenções	-304.046	-205.011	-248.407
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-304.046	-205.011	-248.407
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.059.973	893.659	928.412
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	223.317	254.664	237.800
7.06.02	Receitas Financeiras	214.202	228.514	186.635
7.06.03	Outros	9.115	26.150	51.165
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.283.290	1.148.323	1.166.212
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.283.290	1.148.323	1.166.212
7.08.01	Pessoal	438.543	393.439	345.547
7.08.01.01	Remuneração Direta	299.997	277.044	251.900
7.08.01.02	Benefícios	119.780	98.990	77.948
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.766	17.405	15.699
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	225.992	175.995	187.064
7.08.02.01	Federais	58.470	53.961	58.860
7.08.02.02	Estaduais	162.789	122.034	128.204
7.08.02.03	Municipais	4.733	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	299.641	380.877	211.388
7.08.03.02	Aluguéis	8.238	6.145	3.876

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03.03	Outras	291.403	374.732	207.512
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras e variações monetárias e cambiais	291.403	374.732	207.512
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	319.114	198.012	422.213
7.08.04.02	Dividendos	100.456	65.676	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	218.658	132.336	422.213

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaques

4T25 vs 4T24

- Receita Líquida de R\$ 777,1 milhões (+3,1%)
- EBITDA Recorrente de R\$ 189,2 milhões (+14,7%), com Margem de 24,3%
- Lucro Líquido Recorrente de R\$ 66,9 milhões (+59,1%)

2025 vs 2024

- Receita Líquida de R\$ 3.104,3 milhões (+8,6%)
- EBITDA Recorrente de R\$ 754,0 milhões (+27,7%), com Margem de 24,3%
- Lucro Líquido Recorrente de R\$ 340,3 milhões (+54,7%)

Valores em R\$ MM	4T25	4T24	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Receita Líquida	777,1	753,6	3,1%	3.104,3	2.857,8	8,6%
Lucro Bruto	296,2	261,3	13,3%	1.158,6	946,2	22,5%
Margem Bruta (%)	38,1%	34,7%	3,4 p.p.	37,3%	33,1%	4,2 p.p.
LAJIDA (EBITDA) Ajustado por Eventos não Caixa	174,4	152,0	14,7%	721,8	548,0	31,7%
Margem LAJIDA (EBITDA) (%)	22,4%	20,2%	2,3 p.p.	23,3%	19,2%	4 p.p.
Lucro Líquido do Período	57,1	33,6	70,1%	319,1	198,0	61,2%
Lucro Líquido Recorrente do período	66,9	42,1	59,1%	340,3	220,0	54,7%
Endividamento Líquido	602,0	593,0	1,5%	602,0	593,0	1,5%
Dívida Líquida / LAJIDA (EBITDA) (UDM)	0,8	1,0	-19,7%	0,8	1,0	-19,7%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Recorrente	189,2	165,0	14,7%	754,0	590,3	27,7%
Margem LAJIDA (EBITDA) Ajustada Recorrente	24,3%	21,9%	2,5 p.p.	24,3%	20,7%	3,6 p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentários da Administração

Ao longo de 2025, a Eucatex apresentou evolução consistente de seus resultados operacionais e financeiros. No acumulado do ano, a companhia registrou receita líquida de R\$ 3,1 bilhões, crescimento de 8,6% em relação a 2024. O EBITDA recorrente atingiu R\$ 754,0 milhões, avanço de 27,7%, com margem de 24,3%, enquanto o lucro líquido recorrente totalizou R\$ 340,3 milhões, aumento de 54,7% na comparação anual. Os resultados refletem ganhos de eficiência operacional, disciplina na gestão de custos e o foco na venda de produtos de maior valor agregado.

A trajetória de crescimento e rentabilidade foi consolidada no quarto trimestre, com receita líquida totalizando R\$ 777,1 milhões, alta de 3,1% frente ao mesmo período do ano anterior, EBITDA recorrente de R\$ 189,2 milhões com margem de 24,3%, e lucro líquido recorrente de R\$ 66,9 milhões, avanço de 59,1% em relação ao 4T24.

Esse desempenho foi alcançado em um ambiente econômico desafiador. Ao longo de 2025, a economia brasileira foi marcada por juros elevados e desaceleração em segmentos ligados ao consumo e ao investimento. O comércio de materiais de construção passou de um crescimento de 5,8% em 2024 para uma retração de 1,2% em 2025, segundo dados da Abrammat. Segundo dados da ABRAFATI, as vendas de tintas imobiliárias também desaceleraram, passando de crescimento de 5,9% em 2024 para 0,3% em 2025.

No segmento de base florestal, dados da IBÁ indicam desaceleração nas vendas de painéis de madeira no mercado doméstico, que passaram de crescimento de 14,5% em 2024 para 1,2% em 2025. No mesmo período, as vendas de pisos laminados apresentaram leve recuperação, passando de queda de 1,6% em 2024 para crescimento de 0,1% em 2025. Programas voltados à habitação e à reforma residencial, como o Minha Casa Minha Vida, seguem contribuindo para sustentar a demanda no setor de materiais de construção.

No comércio internacional, o setor também enfrentou um cenário de incerteza, especialmente diante das discussões relacionadas às tarifas aplicadas pelos Estados Unidos aos painéis de madeira brasileiros. Inicialmente fixadas em 50%, as tarifas tiveram impacto relevante sobre a competitividade das exportações. Com a revisão da medida no início de 2026, a alíquota foi reduzida para 10%, restabelecendo condições comerciais mais equilibradas e trazendo maior previsibilidade para as operações internacionais. Nesse contexto, a Eucatex tem atuado na diversificação geográfica das vendas e no aprimoramento do mix de produtos exportados, priorizando itens de maior valor agregado e reforçando a resiliência de sua operação internacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Desempenho Operacional e Resultados****Receita Líquida**

Distribuição da Receita Líquida (R\$ MM)	4T25	4T24	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Segmento Indústria Moveleira e Revenda	282,7	284,4	-0,6%	1.114,7	1.043,8	6,8%
Segmento Construção Civil	300,8	279,0	7,8%	1.141,4	1.091,0	4,6%
Exportação	182,7	176,8	3,3%	809,3	668,9	21,0%
Outros (*)	10,9	13,3	-17,9%	38,9	54,1	-28,1%
Receita Líquida	777,1	753,6	3,1%	3.104,3	2.857,8	8,6%

(*) Perfis metálicos, venda de terrenos e venda de energia

A Receita Líquida Total no 4T25 atingiu R\$ 777,1 milhões, ante R\$ 753,6 milhões no 4T24, crescimento de 3,1%. No acumulado do ano, o crescimento foi de 8,6% comparado ao ano anterior.

Segmento Indústria Moveleira e Revenda

No Segmento Indústria e Revenda, formado pelos painéis de MDP/MDF/THDF e Chapa de Fibra, a Receita teve uma redução de 0,6% no 4T25. Já no acumulado do ano de 2025 o aumento foi de 6,8% comparado ao ano anterior, principalmente em função de reajuste nos preços e melhoria no mix, compensando a redução do volume vendido em alguns produtos de menor valor agregado e permitindo o crescimento na receita.

Durante o ano, a Companhia manteve como estratégia focar na qualidade do mix dos produtos e na venda de produtos diferenciados e de maior valor agregado para o mercado, abandonando as vendas de commodities, cujos preços são estruturalmente mais baixos e, por conseguinte, resultam em margens mais reduzidas.

O Mercado Interno apresentou uma desaceleração no crescimento, entretanto o nível de ocupação da indústria, como um todo, continua alto.

De acordo com a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), no acumulado do ano, somando-se as vendas de MDF/HDF/MDP, apresentaram um crescimento de 1,2% nas vendas para o mercado interno e de 0,3% no consolidado, considerando o mercado externo.

Segmento Construção Civil

No 4T25, o Segmento Construção Civil, formado pelos produtos: Pisos Laminados, Acessórios de Pisos, Pisos Vinílicos, Portas, Divisórias e Tintas Imobiliárias, apresentou um crescimento de 7,8% na Receita Líquida, quando comparado ao 4T24, a variação foi impulsionada principalmente pela venda

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de tintas e de portas e divisórias, que apresentou aumento tanto no volume vendido quanto na melhora do preço. Em 2025 o aumento foi de 4,6% comparado ao ano de 2024.

A Companhia intensificou suas iniciativas no ponto de venda, incluindo ações direcionadas a balconistas e profissionais, além do fortalecimento da atuação nos canais de Construtoras e distribuidores, o que tem contribuído para ampliar a visibilidade e consolidar ainda mais a marca EUCATEX.

Além disso, com as vendas do Minha Casa Minha Vida em expansão, a Companhia continua mantendo um bom nível na demanda dos produtos destinados a Construção Civil, como portas e kit portas, pisos laminados e tintas, com destaque para os dois primeiros que são vendidos em negociações diretas com as construtoras

O Mercado de Pisos Laminados, segundo a IBÁ, apresentou crescimento de 0,2% no acumulado do ano.

Com relação ao Mercado de Tintas, a ABRAFATI (Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas) divulgou um crescimento de 0,3% no ano de 2025 quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Segmento Exportação

A Receita Líquida do Segmento Exportação apresentou um crescimento de 3,3% no 4T25 em relação ao 4T24, o aumento do volume de produtos vendidos e o reajuste de preços conseguiram compensar o impacto da variação cambial. Já no acumulado do ano de 2025 o crescimento foi de 21,0% em relação ao ano anterior.

As ações da Companhia que envolvem o lançamento de novos produtos, reajuste nos preços e melhoria do mix nos Estados Unidos, aliados a intensificação de sua atuação em outros mercados, principalmente da América Latina e América Central, devem ajudar a diminuir o impacto nas vendas externas da Companhia no mercado americano.

De acordo com a IBÁ, as exportações brasileiras de painéis de MDP e MDF registraram queda de 6,2% no acumulado do ano em relação ao ano anterior.

No quarto trimestre a Companhia enfrentou um período desafiador em razão do tarifaço imposto pelos Estados Unidos, que elevou em 50% as tarifas aplicadas aos produtos exportados, impactando diretamente a competitividade dos produtos e, consequentemente, pressionando negativamente a rentabilidade da empresa ao longo deste período.

No entanto, o cenário começou a mudar de forma positiva, pois recentemente, a tarifa foi reduzida para 10%, nível muito mais favorável para a operação no mercado externo. Essa redução devolve à Companhia uma estrutura competitiva mais equilibrada e abre espaço para a recuperação das margens, além de fortalecer as perspectivas de crescimento no mercado externo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custo dos Produtos Vendidos Recorrentes (CPV)

O CPV apresentou uma redução de 1,4% no 4T25, comparado ao 4T24, impactado pela queda do dólar no período, visto que muitos insumos relevantes são influenciados pela variação cambial, além disso houve uma redução na participação do custo em 3.0 p.p. sobre a ROL, evidenciando uma melhor lucratividade nas vendas da Companhia. No acumulado do ano a variação do CPV foi de 2,8% com relação à 2024, crescimento inferior ao da ROL,.

Valor Justo do Ativo Biológico

No 4T25, o ajuste do valor justo do ativo biológico apresentou aumento de 17,1% em relação ao 4T24, impactado principalmente pelo volume da área plantada e pelo preço da madeira no período.

Lucro Bruto e Margem Bruta Recorrentes

O Lucro Bruto atingiu R\$ 296,2 milhões no 4T25, contra R\$ 261,3 milhões no 4T24, aumento de 13,3%. Os repasses de preço, o foco no mix de venda com produtos de melhor valor agregado e a eficiência na linha de custos, contribuíram para o crescimento na rubrica do Lucro Bruto, levando a um aumento na margem bruta de 3,4 p.p.

No comparativo do acumulado do ano, o crescimento foi de 22,5% na rubrica do Lucro Bruto e de 4,2 p.p. na margem bruta.

Despesas Operacionais Recorrentes

Distribuição das Despesas (R\$ MM)	4T25	4T24	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Gerais e Administrativas	(30,0)	(26,3)	14,0%	(111,7)	(94,4)	18,3%
Vendas	(129,2)	(118,6)	8,9%	(488,3)	(434,6)	12,4%
Total de Despesas Operacionais	(159,2)	(144,9)	9,9%	(600,0)	(529,0)	13,4%
% da Receita Líquida	20,2%	19,2%	0,9 p.p.	19,2%	18,5%	0,6 p.p.
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(1,5)	(2,4)	-38,0%	(0,9)	(1,6)	-45,1%

As Despesas Operacionais corresponderam a 20,2% da Receita Líquida no 4T25, indicando um aumento nominal de 0,9%, explicado pelo aumento nos gastos com pessoal, aumento nos gastos com centros de distribuição, fretes, aumento nos gastos com treinamento da liderança da empresa e consultoria, além dos gastos com tecnologia, em linha com o planejamento da empresa que tem trabalhado no desenvolvimento de suas lideranças e na transformação digital dos seus processos. No acumulado do ano, o crescimento foi de 13,4%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EBITDA e Margem EBITDA Recorrentes**

Considerando as explicações acima, o EBITDA Recorrente somou R\$ 189,2 milhões, melhora de 14,7% em relação ao alcançado no 4T24. No acumulado de 2025, o aumento foi de 27,7% quando comparado ao ano de 2024. A Margem EBITDA Recorrente no 4T25 atingiu 24,3%, crescimento de 2,5 p.p. quando comparado ao obtido em igual período do ano anterior.

Reconciliação do LAJIDA (EBITDA) (R\$ MM)	4T25	4T24	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Lucro Líquido do Período	57,1	33,6	70,1%	319,1	198,0	61,2%
IR e CS	23,4	(10,7)	319,4%	129,4	29,1	344,6%
Resultado Financeiro Líquido	40,1	78,1	-48,7%	77,2	146,2	-47,2%
LAJIR (EBIT)	120,6	101,0	19,4%	525,7	373,3	40,8%
Depreciação e Amortização	80,8	74,1	9,1%	304,0	260,3	16,8%
LAJIDA (EBITDA) Res. CVM 156/22	201,4	175,1	15,0%	829,7	633,6	30,9%
Margem EBITDA	25,9%	23,2%	2,8 p.p.	26,7%	22,2%	4,6 p.p.
Ajustes não Caixa						
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(27,1)	(23,1)	17,1%	(107,9)	(85,6)	26,1%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado por Eventos não Caixa	174,4	152,0	14,7%	721,8	548,0	31,7%
Eventos não recorrentes operacional	14,9	13,0	14,7%	32,2	42,3	-24,0%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Recorrente	189,2	165,0	14,7%	754,0	590,3	27,7%
Margem LAJIDA (EBITDA) Ajustada Recorrente	24,3%	21,9%	2,5 p.p.	24,3%	20,7%	3,6 p.p.
Lucro Líquido do Período	57,1	33,6	70,1%	319,1	198,0	61,2%
Resultados Não recorrentes	14,9	13,0	14,7%	32,2	33,3	-3,5%
IR/CSLL sobre Resultados não recorrentes	(5,1)	(4,4)	-14,7%	(10,9)	(11,3)	3,5%
Lucro Líquido do Período (Recorrente)*	66,9	42,1	59,1%	340,3	220,0	54,7%
Margem Líquida	8,6%	5,6%	3 p.p.	11,0%	7,7%	3,3 p.p.

Lucro Líquido Recorrente

O Lucro Líquido Recorrente, no 4T25, retirando o efeito dos gastos não recorrentes, líquido do efeito do IR, totalizou R\$ 66,9 milhões, crescimento de 59,1% em relação ao 4T24. No acumulado do ano houve um aumento de 54,7% comparado ao mesmo período do ano de 2024.

No 4T25, os Eventos não Recorrentes registram R\$ 14,9 milhões de despesas, sendo: a) R\$ 2,3 milhões de despesas referente a processos e indenizações trabalhistas; e b) R\$ 5,9 milhões de ajuste nos créditos tributários; c) e honorários advocatícios R\$ 6,7 milhões relativo ao êxito na defesa em uma autuação do fisco estadual.

No ano de 2025, os Eventos não Recorrentes registram R\$ 32,2 milhões de despesas, sendo: a) R\$ 12,6 milhões de despesas referente a processos e indenizações trabalhistas; e b) R\$ 7,7 milhões de ajuste nos créditos tributários, provisionados a maior, aumento de contingencias tributárias e outros;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

c) e honorários advocatícios R\$11,9 milhões relativo ao êxito na defesa em uma autuação do fisco estadual.

Dívida

A dívida líquida da Companhia, totalizou R\$ 602,0 milhões ao final do 4T25, aumento de 16,9% em relação ao 3T25 e 1,5% quando comparada a do 4T24, representando 0,8x o EBITDA recorrente anualizado.

Destaque para as duas Ofertas Públicas de Emissão de Recebíveis do Agronegócio (CRA) realizadas pela Companhia em 2025:

- Em fevereiro de 2025, no valor de R\$ 320 milhões com “duration” média de 3,9 anos; e
- Em novembro de 2025, no valor de R\$ 300 milhões com “duration” média de 4,3 anos.

Os recursos captados permitiram o alongamento do perfil da dívida e a formação de um caixa robusto nesse momento de incerteza.

Endividamento (R\$ MM)	4T25	3T25	Var. (%)	2024	Var. (%)
Dívida de Curto Prazo	253,0	251,8	0,5%	329,6	-23,2%
Dívida de Longo Prazo	853,9	592,0	44,2%	476,1	79,4%
Instrumentos Financeiros Derivativos	24,2	11,9	103,8%	33,6	-27,8%
Dívida Bruta	1.131,1	855,7	32,2%	839,3	34,8%
Disponibilidades	529,1	340,7	55,3%	246,2	114,9%
Dívida Líquida	602,0	515,0	16,9%	593,0	1,5%
% Dívida de curto prazo	22%	29%	-7 p.p.	39%	-16 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA Recorrente	0,8	1,0	-20,1%	1,0	-20,1%

Investimentos

Os investimentos realizados totalizaram R\$ 114,2 milhões, no 4T25, e R\$ 410,8 milhões no acumulado do ano, destinados à manutenção das atividades industriais e, principalmente, florestais da Companhia. Aproximadamente R\$ 20 milhões dos investimentos realizados no 4T25 são uma antecipação do programa de investimentos de 2026, onde estão previstos investimentos da ordem de R\$ 495,2 milhões, o que representa um crescimento de 29,8%, em relação a 2025, justificados por um aumento no volume de implantação de novas florestas, modernização da Fábrica de Portas, compra de uma nova Prensa BP, criação de uma Fábrica de Slurry, nova envasadora na Fábrica de Tintas, caldeira na Fábrica da Fibra.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sustentabilidade

A sustentabilidade florestal da Eucatex é garantida por 48,3 mil hectares de florestas, todas localizadas no Estado de São Paulo.

A Companhia é reconhecida por praticar o desenvolvimento sustentável, sendo a primeira empresa do setor a conquistar a ISO 9001, em 2000. Possui certificação ISO 14001 e o Selo Verde, certificado concedido pelo *Forest Stewardship Council (FSC)*, que atesta o manejo de suas florestas de acordo com rigorosos padrões socioambientais e econômicos.

A Eucatex foi pioneira ao implantar a primeira linha de reciclagem de resíduos de madeira em escala industrial na América do Sul. A utilização de equipamentos de última geração permite que o material captado em um raio de, aproximadamente, 120 quilômetros de distância da unidade de Salto/SP seja utilizado como matéria-prima na produção de chapas e como biomassa para queima em suas caldeiras. A capacidade nominal total de processamento é de 240 mil ton./ano o equivalente a, aproximadamente, 2 milhões de árvores, 470 mil m³ de madeira em pé ou 1.500 hectares de florestas plantadas. O investimento para manter esse volume de madeira, considerando um ciclo de seis anos, em terras e plantio, seria de, aproximadamente, R\$ 200 milhões. Além do aspecto “custo”, o processo de reciclagem de madeira evita que o material seja destinado a aterros sanitários das cidades. Em 2023, ocorreu o início da expansão do Projeto para atender as unidades fabris de Botucatu.

A Companhia celebrou em dezembro de 2022, um contrato de compra de energia elétrica de longo prazo (PPA) com o Grupo Comerc Energia, na usina solar Castilho, uma das maiores do estado de São Paulo, com capacidade de geração de 269 MWP, em regime de autoprodução. Essa energia limpa e renovável garante 50% do consumo das unidades fabris da Companhia.

Em outro importante avanço, a Companhia publicou em agosto de 2025, seu primeiro Relatório de Sustentabilidade Bianual, demonstrando as principais iniciativas, indicadores e resultados da companhia nos anos de 2023 e 2024, com destaque para os avanços nas áreas ambiental, social e de governança (ESG). A publicação segue as diretrizes internacionais da Global Reporting Initiative (GRI), reforçando o alinhamento da Eucatex com as melhores práticas globais de sustentabilidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Diversidade

Seguindo as melhores práticas de governança, transparência e conforme instituído pela Lei nº 15.177/2025, a qual alterou a redação do artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S/A”), inserindo o § 6º, a Companhia informa:

I- Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos da Companhia:

Nível	2024				2025			
	Feminino		Masculino		Feminino		Masculino	
	Quantidade	Proporção Quantidade	Quantidade	Proporção Quantidade	Quantidade	Proporção Quantidade	Quantidade	Proporção Quantidade
Administrativo	289	8,4%	364	10,6%	324	9,3%	350	10,0%
Comercial	13	0,4%	64	1,9%	9	0,3%	58	1,7%
Coordenação	4	0,1%	21	0,6%	5	0,1%	27	0,8%
Diretoria	1	0,0%	8	0,2%	1	0,0%	8	0,2%
Gerência	11	0,3%	42	1,2%	11	0,3%	46	1,3%
Liderança	5	0,2%	34	1,0%	7	0,2%	35	1,0%
Operacional	277	8,1%	2144	62,3%	263	7,5%	2167	62,2%
Presidência	0	0,0%	1	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
Supervisão	14	0,4%	104	3,0%	16	0,5%	113	3,2%
Técnico	1	0,0%	40	1,2%	2	0,1%	42	1,2%
Vice-Presidência	0	0,0%	2	0,1%	0	0,0%	2	0,1%
TOTAL	615	17,9%	2824	82,1%	638	18,3%	2849	81,7%

II- Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração da Companhia:

	2024		2025	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Conselho de Administração	2 (29%)	5 (71%)	2 (29%)	5 (71%)
Diretoria Executiva	1 (8,3%)	11 (91,7%)	1 (8,3%)	11 (91,7%)

III- Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia:

Nível	2024		2025	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	Remuneração Nominal	Remuneração Nominal	Remuneração Nominal	Remuneração Nominal
Administrativo	1.045.458,01	1.507.403,74	1.199.588,15	1.572.193,60
Comercial	55.894,07	265.370,65	43.920,03	256.699,55
Coordenação	58.546,31	252.257,81	76.102,67	342.183,93
Alta Gerência (Diretoria + Gerência)	211.951,51	1.023.996,28	226.722,16	1.170.861,24
Liderança	23.182,02	168.856,10	36.805,34	175.811,25
Operacional	557.535,52	6.497.363,40	554.702,20	6.984.906,67
Supervisão	107.566,48	878.403,98	125.915,35	991.914,62
Técnico	5.078,34	224.944,56	9.742,34	248.622,81
Direção Executiva (Presidente +VP)	-	497.440,98	-	518.234,03
TOTAL	2.065.212,26	11.316.037,50	2.273.498,24	12.261.427,70

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado de Capitais

As ações ON e PN da Eucatex, listadas na B3 com os códigos EUCA3 e EUCA4, encerraram o 4T25 cotadas a R\$ 20,33 e R\$ 18,04, respectivamente. O valor de mercado da Companhia ao final do período era de R\$ 1.742,4 milhões, cerca de 63% do valor patrimonial.

Sobre a Eucatex

A Eucatex S.A. Indústria e Comércio completou 74 anos e está entre as maiores produtoras brasileiras de pisos, divisórias, portas, painéis MDP/MDF/T-HDF, chapas de fibras de madeira e tintas e vernizes. Opera sete fábricas em Botucatu/SP, Salto/SP e Cabo de Santo Agostinho/PE, e emprega mais de 3,5 mil funcionários. Seus produtos são exportados para mais de 40 países. Para mais informações, acesse o site www.eucatex.com.br/ri.

As afirmações contidas neste documento, relacionadas às perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas às probabilidades de crescimento da Eucatex são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, das condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, estão sujeitas a mudanças, sem aviso prévio.

Auditoria

A política do Grupo Eucatex em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se substancia nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante este exercício social, o Grupo Eucatex não contratou outros serviços da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. Os indicadores operacionais e financeiros não foram objetos de auditoria pelos nossos auditores independentes.

Contatos RI

José Antonio Goulart de Carvalho

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Tatiana Pinho

Relações com Investidores

+55 11 3049-2473

ri@eucatex.com.br

www.eucatex.com.br/ri

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Eucatex S.A. Indústria e Comércio ("Companhia"), com sede localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 11º andar Torre I, Itaim Bibi, São Paulo/SP.

As atividades da Companhia compreendem, principalmente, a produção para comercialização, no país e no exterior, de painéis de Madeira - MDF/THDF (*Medium Density Fiberboard/Thin High Density Fiberboard*) chapa de fibra (*Hardboard*) e MDP (*Medium Density Particleboard*), além da produção de produtos derivados, como Pisos Laminados, Portas para Construção Civil e Painéis de Divisória. As sociedades controladas diretas e indiretas atuam na produção e na comercialização de tintas imobiliárias, artefatos para construção civil e comercialização do excedente energético.

A Companhia possui 5 (cinco) unidades industriais e 38,6 mil hectares de florestas plantadas em 139 fazendas, localizadas no Estado de São Paulo.

1.1. Ransomware - Ataque Cibernético

Em 02 de maio de 2024, a Companhia, através de comunicado ao mercado, divulgou que sofreu um ataque cibernético que resultou nas paralizações de seu sistema ERP e correio eletrônico. Os bancos de dados permaneceram intactos e, não houve evidências de perda ou qualquer tipo de vazamento de informação. A Companhia não realizou qualquer tipo de pagamento para possível resgate.

O ataque ocorreu nos servidores de aplicação e de rede de e-mail e não foram afetados: 1) os sistemas que operam na nuvem; 2) o banco de dados do ERP Totvs (sistema ERP); 3) os servidores da unidade Fibra Botucatu; e 4) todos os sistemas e servidores da rede industrial.

O tempo de paralisação das atividades transacionais computadorizadas foi minimizado e a Companhia operou praticamente dentro da normalidade.

As providências tomadas foram as seguintes:

Antivírus

Substituição do antivírus Kaspersky pelo *Malwerebytes*, considerado como NextGen EDR e capaz de bloquear com mais eficácia ataques de *ransomware*.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. *Ransomware* - Ataque Cibernético--Continuação

Anti-Spam

Substituição do AntiSpam atual por um que possua IA embarcado, a ferramenta escolhida foi da *Cloudflare*.

Monitoramento e prevenção de novos ataques

SOC (*Security Operation Center*), ou Centro de Operações de Segurança é uma estrutura responsável pela prevenção, detecção, gestão e resposta a acidentes, avaliação de vulnerabilidades e riscos. Além de realizar todo o monitoramento dos recursos e soluções de segurança da informação utilizados pela empresa.

NOC - *Network Operation Center*, ou Central de Operações de Rede, é um serviço que atua de forma preventiva e proativa com objetivo de manter o ambiente de TI o mais estável possível, na prática, é o setor responsável por identificar, investigar, priorizar, escalar e solucionar qualquer problema que afete a performance ou a disponibilidade da rede. Toda essa análise é realizada por meio de softwares específicos.

Backup

Será mantido o backup em fita, pois esse tipo de estrutura nos permitiu recuperar do ataque com praticamente zero perda de dados e a Companhia está em fase final da troca do software atual para o da Arcserver.

1.2. FIDC

Em outubro de 2024, a Companhia, junto à gestora EuQueroInvestir Gestão de Recursos Ltda. ("EQI Asset"), e com a administração do Banco Daycoval S.A., estruturou o Eucatex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada.

O aporte de capital no fundo, no valor de R\$50.000, foi realizado pela Eucatex S.A. Indústria e Comércio, com o objetivo de otimizar o fluxo de caixa e fomentar a cadeia produtiva da Companhia.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial, em classe única fechada, nos termos da Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, da Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022 ("RCVM 175/22") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo regido pelo seu regulamento.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia (Controladora) apresenta em suas demonstrações financeiras capital circulante líquido negativo de R\$298.889 (R\$305.902 em 31 de dezembro de 2024), demonstrando inclusive uma leve redução em relação ao exercício anterior. A administração realiza o acompanhamento e a gestão econômico-financeira da Companhia de forma integrada, considerando tanto a posição individual quanto a consolidada.

O capital circulante da controladora é influenciado, principalmente, por transações com partes relacionadas, que são eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras. Dessa forma, tais efeitos não refletem a real capacidade financeira do grupo econômico como um todo.

No âmbito consolidado, a Companhia apresenta uma posição de capital circulante compatível com a condução normal de suas operações. Assim, a administração entende que a estrutura financeira do Grupo é adequada para a continuidade de suas atividades.

As demonstrações financeiras foram, portanto, preparadas considerando o pressuposto da continuidade normal das operações.

1.4. Redução do capital de controladas

Em 01 de outubro de 2025 controlada Eucatex Ind. e Com. Ltda., mediante operação de redução de capital, transferiu para a controladora Eucatex S/A Indústria e Comércio, bens, direitos e obrigações, relacionados à unidade de negócio MDP/Botucatu, passando a concentrar as atividades fabris desta unidade.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações financeiras individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora".

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

A diretoria da Companhia, no processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025, efetuou determinadas reclassificações nas demonstrações do valor adicionado para melhor comparabilidade e apresentação conforme as práticas de mercado. As reclassificações efetuadas não impactaram o resultado e patrimônio líquido anteriormente apresentado, tampouco indicadores financeiros da Companhia.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes e encontram-se devidamente identificadas como tal.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2026.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Base de consolidação

Controladas e coligadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as sociedades Eucatex S.A. Indústria e Comércio e suas controladas diretas e indiretas conforme abaixo:

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Base de consolidação--Continuação

Controladas e coligadas—Continuação

Descrição	CNPJ	31/12/2025			31/12/2024			Localização da sede	Atividade principal
		Participação - %							
		Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total		
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	14.675.270/0001-07	75,06	24,94	100,00	78,25	21,75	100,00	São Paulo (SP)	Produção e comercialização de painéis de madeira(chapas de Fibra e MDP), além de produtos derivados como painéis de divisória, portas, pisos laminados, tintas imobiliárias, vernizes e lacs.
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	77.769.388/0001-14	96,10	3,90	100,00	97,32	2,68	100,00	São Paulo (SP)	Atualmente não está operacional, possui créditos fiscais
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	52.052.214/0001-05	99,99	-	99,99	99,99	-	99,99	Salto (SP)	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.
Eucatex Imobiliária Ltda.	07.580.377/0001-06	99,99	-	99,99	99,99	-	99,99	São Paulo (SP)	Atividade imobiliária e Realização das atividades de Silvicultura, Colheita e Gestão Florestal em terras próprias
Eucatex North America, Inc.		100,00	-	100,00	100,00	-	100,00	Alpharetta (GA) EUA	Coordenação da atividade de exportação e venda dos produtos Eucatex na América do Norte
ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda.	05.912.929/0001-00	99,99	-	99,99	99,99	-	99,99	São Paulo (SP)	Atividades de transportes, logística de coleta de resíduos e venda de material reciclado
Eucatex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Industriais de Responsabilidade Ilimitada	55.984.759/0001-48	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00	São Paulo (SP)	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários
Castilho Solar Participações S.A.	31.738.278/0001-94	3,09	-	3,09	3,09	-	3,09	Botucatu (SP)	Comercialização e geração de energia elétrica
Novo Prisma Agroflorestal Ltda.	05.949.736/0001-24	-	100,00	100,00	-	100,00	100,00	São Paulo (SP)	Realização das atividades de Silvicultura, Colheita e Gestão Florestal em terras arrendadas e de parcerias
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	05.396.883/0001-14	-	100,00	100,00	-	100,00	100,00	São Paulo (SP)	Distribuição de produtos do Segmento C.Civil
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	11.782.147/0001-05	-	99,96	99,96	-	99,96	99,96	São Paulo (SP)	Compra e venda de energia elétrica
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	12.494.872/0001-32	-	99,00	99,00	-	99,00	99,00	Cabo de Santo Agostinho (PE)	Produção e comercialização de tintas e vernizes
Eucatex Florestal Ltda.	61.807.897/0001-54	-	99,99	99,99	-	99,99	99,99	São Paulo (SP)	Atualmente não está operacional
ECTX Imobiliária Ltda. (*)		-	99,99	99,99	-	99,99	99,99	São Paulo (SP)	Atividade imobiliária de venda e compra de imóveis próprios de terceiros.
Pescara Administração e Participações S/A.	16.550.478/0001-25	-	100,00	100,00	-	100,00	100,00	Botucatu (SP)	Atualmente não está operacional

Notas Explicativas

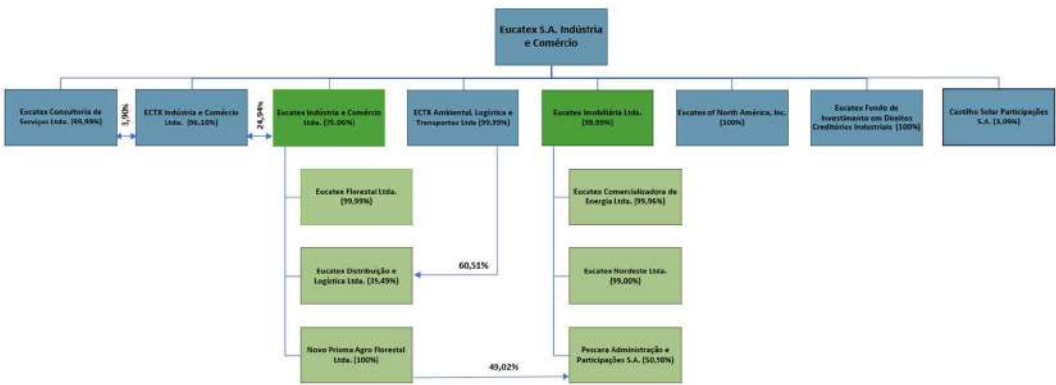
Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Base de consolidação--Continuação

Controladas--Continuação



Nas operações entre as sociedades consolidadas foram eliminadas as participações recíprocas, os saldos de contas, as receitas e despesas e os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários, entre as Companhias, quando aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as sociedades consolidadas.

2.3. Sumário das principais políticas contábeis

2.3.1. Apresentação de informação por segmentos

A diretoria definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas os quais são: Indústria, Revenda e Outros, Construção Civil e Mercado Externo.

2.3.2. Conversão em moeda estrangeira

a) *Moeda funcional e moeda de apresentação*

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real, exceto pela *Eucatex of North America, Inc.* que é o dólar dos Estados Unidos da América (USD). O Real é a moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

2.3.2. Apresentação de informação por segmentos--Continuação

b) *Transações e saldos*

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional da Companhia (Controladora), o Real ("R\$") utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são mensurados (ou, se não disponível, a taxa de câmbio do primeiro dia útil subsequente disponível). Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

c) *Sociedades da Companhia*

A controlada localizada no exterior, *Eucatex of North America Inc.* (Nota 13), possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa, financeira e operacional. Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações financeiras; (ii) Patrimônio líquido convertido pela taxa de câmbio em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidas pela taxa média de câmbio, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos da variação cambial são registrados na conta de resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores há três meses ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

2.3.4. Ativos financeiros

a) *Classificação*

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

b) *Reconhecimento e mensuração*

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

2.3.4. Ativos financeiros--Continuação

b) *Reconhecimento e mensuração*--Continuação

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

c) *Redução de valor recuperável de ativos financeiros (Impairment)*

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros que representam o custo de capital da Companhia. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

2.3.4. Ativos financeiros--Continuação

c) *Redução de valor recuperável de ativos financeiros (Impairment)*--Continuação

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros principal;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais, como condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.5. Contas a receber de clientes

Referem-se na sua totalidade as operações de curto prazo e estão apresentadas por valores próximos aos seus valores presentes, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

2.3.5. Contas a receber de clientes--Continuação

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e é calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

2.3.6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de compras ou produção inferiores ao seu custo de reposição ou aos valores de realização. Uma provisão para potenciais perdas é estabelecida quando itens são definidos como obsoletos ou morosos em quantidade superior àquela a ser utilizada, com base na estimativa da administração quanto aos valores líquidos de realização.

2.3.7. Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade com controle em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "Ágio", no consolidado. O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

2.3.8. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 15. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.3.9. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Em 31 de dezembro de 2025 não houve a necessidade de constituição da provisão de *impairment* para ativos não financeiros.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

2.3.10. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e são utilizadas como matéria-prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes. Como resultado das melhorias nas técnicas de manejo florestal, incluindo a melhoria genética das árvores, o processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de seis anos.

Os ativos biológicos são reconhecidos ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas.

A Companhia avalia seus ativos biológicos trimestralmente. Outras divulgações na Nota explicativa 14.

2.3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro-rata temporis*").

2.3.12. Contas a pagar a fornecedores e provisões

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Estas contas, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

2.3.13. Tributos sobre o lucro

São calculados com base no resultado do período ou exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto pela proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido, na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial".

Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme pronunciamento contábil CPC 32 (Tributos sobre o lucro). Outras divulgações nas Notas explicativas 8, e 24.

2.3.14. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

2.3.15. Benefícios aos empregados

A Companhia concede aos empregados e diretores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica e odontológica, alimentação, auxílio educação e outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício, exceto para o caso do benefício de assistência médica que permanece mesmo após o desligamento do funcionário por um período que pode chegar até 24 meses, conforme acordos firmados com os sindicatos.

A Companhia tem uma política de conceder participação nos lucros e resultados (PLR) aos seus empregados e diretores. O valor da PLR é equivalente a um salário para a maior parte dos colaboradores e em 31 de dezembro de 2025, o montante provisionado é de R\$14.365 (R\$10.176 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota 19.

2.3.16. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações são as seguintes:

- (a) Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. Porém, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado, os valores deixam de ser um ativo contingente e são reconhecidos nas demonstrações financeiras;
- (b) Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e divulgados;

Outras divulgações na Nota explicativa 23.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

2.3.17. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre sociedades do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

a) *Reconhecimento de vendas de mercadorias*

As receitas com vendas de produtos são reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados aos produtos.

b) *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido à medida em que há expectativa de realização, usando o método da taxa de juros efetiva, pelo método do custo amortizado.

c) *Impostos sobre vendas*

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Empresas da Companhia:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) 5% e 10%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 4% a 20%;
- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

2.3.18. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos dos contratos de arrendamento operacional são registrados no custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos, sendo um total de 119 fazendas arrendadas em 31 de dezembro de 2025 e 128 fazendas em 31 de dezembro de 2024.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, sendo depreciados pelas taxas informadas na Nota 15.

2.3.19. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras na rubrica "dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", ao final de cada exercício, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no estatuto social da Companhia. Conforme previsto no estatuto social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.3.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, válidas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

2.3.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--
Continuação

Normas e interpretações novas e revisadas adotadas pela Companhia e suas controladas a partir 01 de janeiro de 2025

Norma / Pronunciamento	Principal Alteração	Vigência	Impacto Esperado
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Critérios para avaliar conversibilidade de moeda e definição da taxa de câmbio quando não houver conversibilidade. Novas exigências de divulgação.	01/01/2025	Sem impacto material.
CPC 18 (R3) e ICPC 09 (R3)	Permite uso do método da equivalência patrimonial em controladas nas Demonstrações Individuais. Alinhamento ao IASB.	01/01/2025	Sem impacto material.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma / Pronunciamento	Principal Alteração	Vigência	Impacto Esperado
IFRS 18 (substitui IAS 1 / CPC 26)	Nova estrutura da DRE (5 categorias), novas divulgações (MPMs), mudanças no fluxo de caixa (juros/dividendos). Aplicação retrospectiva.	01/01/2027 (adoção antecipada não permitida no Brasil)	Impactos na apresentação e divulgações. Em avaliação.
IFRS 19	Permite divulgações reduzidas para subsidiárias sem responsabilidade pública.	01/01/2027	Não aplicável à Companhia
IFRS S1 e S2 (CBPS 1 e CBPS 2)	Em conformidade com a Resolução CVM nº 193/2023, que estabelece a obrigatoriedade de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima.	01/01/2026	A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos.
IFRS 9 e IFRS 7 (Classificação e Mensuração)	Esclarecimentos sobre baixa de passivos, ativos ESG, instrumentos vinculados e novas divulgações.	01/01/2026	Sem impacto material
Melhorias Anuais IFRS - Volume 11	Ajustes e esclarecimentos em IFRS 1, 7, 9, 10 e IAS 7.	01/01/2026	Sem impacto material
IFRS 9 e IFRS 7 (Contratos de Eletricidade)	Regras para contratos de eletricidade dependente de condições naturais (uso próprio, hedge e divulgações).	01/01/2026	Sem impacto material

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluem várias estimativas. As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco com probabilidade de causar ajustes significativos nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

- Valor justo do ativo biológico - Nota explicativa 14
- Recuperação de ativo imobilizado e intangível e vida útil - Nota explicativa 15 e 16
- Imposto de renda e contribuição social diferidos - Nota explicativa 24
- Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis - Nota explicativa 23
- Análise do risco de crédito para perdas de crédito esperadas (contas a receber) - Nota explicativa 6
- Provisão para perdas nos estoques- Nota explicativa 7
- Taxa incrementais de arrendamentos- Nota explicativa - Nota explicativa 15.1
- Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros - Nota explicativa 4

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características para os quais foram adquiridos, sendo inicialmente mensurados pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, são classificados em uma das seguintes categorias: custo amortizado, ou valor justo por meio do resultado.

4.1. Ativos financeiros

Inicialmente, os investimentos são registrados pelo valor justo, acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto em contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento.

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são avaliados subsequentemente pelo valor justo. Já os mensurados pelo custo amortizado são ajustados pela taxa efetiva de juros e sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros são liquidados quando os direitos de receber fluxos de caixa forem transferidos ou realizados, desde que a Companhia tenha transferido, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

4.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros a custo amortizado são mensurados com base na taxa de juros efetiva e custos relacionados. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado tanto durante o processo de amortização quanto na baixa do passivo.

Esta categoria aplica-se, principalmente, a empréstimos e financiamentos, com a amortização registrada como despesa financeira na demonstração de resultados. Um passivo financeiro é liquidado quando a obrigação é extinta, seja por liquidação, cancelamento ou expiração do contrato.

4.3. Valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido diretamente de mercados ativos, ele é determinado por meio de técnicas de avaliação, como o método de fluxo de caixa descontado. Os dados utilizados nesses métodos são, sempre que possível, baseados nas condições de mercado existentes. No entanto, quando isso não for viável, um certo grau de julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Esse julgamento envolve a análise de fatores como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade, entre outros, que podem impactar a determinação do valor justo.

4.4. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas fazem uso de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de taxa de juros e taxa de câmbio. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício

As operações de derivativos contratadas têm a finalidade de reduzir os efeitos dos custos de captação, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos na modalidade "Swap Fluxo de Caixa".

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

4.4. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

O montante principal de referência em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 605.274 correspondentes aos contratos de empréstimos com os Bancos ABC Brasil, Banco Fibra, Banco Original, Banco BMG e Banco BTG conforme demonstrado abaixo:

Swap e trava cambial - Fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025

Produto	Data de início	Vencimento	Tipo da operação	Indexador passivo	Indexador ativo	Referência	Ajuste
CCE USD	28/02/2023	02/03/2026	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	669	39
CR RURAL	29/04/2024	30/04/2029	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	42.218	(65)
CR RURAL	29/09/2023	29/09/2028	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	7.037	(82)
CR RURAL	31/01/2024	31/01/2029	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	7.850	(132)
CCE USD	29/05/2023	25/05/2026	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	3.669	443
CCE USD	30/09/2022	30/09/2026	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	27.912	(74)
CCB USD	27/04/2023	20/04/2026	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	1.799	81
CCE PRE	26/07/2024	26/07/2028	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	27.354	(932)
CCE PRE	26/07/2024	26/07/2028	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	25.589	(872)
CCB	13/05/2024	14/05/2029	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	90.043	(3.032)
CRA	15/10/2025	15/01/2030	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	234.366	(13.929)
CRA	10/11/2025	16/11/2032	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	104.702	(970)
CRA	14/11/2025	16/11/2032	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	93.155	(1.963)
CDB	05/12/2025	-	Swap	CDI	Dolar	(54.623)	29
CDB	15/10/2025	-	Swap	CDI	Dolar	(6.466)	(2.782)
Total						605.274	(24.241)
Ativo circulante							563
Ativo não circulante							-
Passivo circulante							(2.827)
Passivo não circulante							(21.977)

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

4.4. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Swap e trava cambial - Fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2024

Produto	Data de início	Vencimento	Tipo da operação	Indexador	Indexador	Referência	Ajuste
CCE USD	13/07/2022	30/06/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	1.049	142
CCE USD	31/08/2022	15/08/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	2.945	515
CCE USD	31/10/2022	31/10/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	2.332	355
CCE USD	28/02/2023	02/03/2026	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	5.560	955
CR RURAL	29/04/2024	30/04/2029	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	50.018	(2.139)
CR RURAL	29/09/2023	29/09/2028	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	9.378	(447)
CR RURAL	31/01/2024	31/01/2029	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	10.000	(584)
PREPAGTO	21/06/2022	23/06/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	882	(5)
CCE USD	30/11/2022	05/05/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	700	45
CCE USD	29/05/2023	25/05/2026	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	13.635	510
CCE USD	30/05/2022	05/05/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	4.948	251
CCE USD	28/06/2022	05/05/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	1.195	63
CCE USD	07/07/2023	07/07/2026	Swap - Fluxo de caixa	Pré	Dolar	35.671	288
CCE USD	14/12/2023	14/12/2026	Swap - Fluxo de caixa	Pré	Dolar	63.093	358
CCE USD	30/09/2022	30/09/2026	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	44.997	628
CCB USD	22/02/2022	17/02/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	835	96
CCB USD	27/05/2022	19/05/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	1.078	150
CCB USD	17/06/2022	09/06/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	825	92
CCB USD	17/06/2022	23/06/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	988	87
CCB USD	08/08/2022	04/08/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	2.475	240
CCB USD	28/09/2022	22/09/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	1.198	90
CCB USD	31/10/2022	27/10/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	1.181	72
CCB USD	29/11/2022	24/11/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	3.479	204
CCB USD	22/12/2022	15/12/2025	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	3.181	249
CCB USD	27/04/2023	20/04/2026	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	6.265	226
CCE PRE	26/07/2024	26/07/2028	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	31.049	(2.767)
CCE PRE	26/07/2024	26/07/2028	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Pré	29.046	(2.589)
CCB	13/05/2024	14/05/2029	Swap - Fluxo de caixa	CDI	Dolar	128.656	(5.295)
-	23/08/2024	10/02/2025	Trava Cambial	Dolar	Dolar	27.550	(3.409)
-	27/05/2024	18/02/2025	Trava Cambial	Dolar	Dolar	5.180	(1.012)
-	29/05/2024	20/02/2025	Trava Cambial	Dolar	Dolar	5.200	(992)
-	29/05/2024	26/02/2025	Trava Cambial	Dolar	Dolar	5.210	(982)
-	31/05/2024	26/02/2025	Trava Cambial	Dolar	Dolar	31.440	(5.710)
-	04/06/2024	26/02/2025	Trava Cambial	Dolar	Dolar	10.540	(1.843)
-	07/06/2024	26/02/2025	Trava Cambial	Dolar	Dolar	5.300	(892)
-	07/06/2024	02/01/2025	Trava Cambial	Dolar	Dolar	5.278	(914)
-	07/06/2024	06/01/2025	Trava Cambial	Dolar	Dolar	5.292	(900)
-	07/06/2024	06/01/2025	Trava Cambial	Dolar	Dolar	5.300	(892)
-	15/04/2024	06/01/2025	Trava Cambial	Dolar	Dolar	29.661	(5.758)
-	22/05/2024	06/01/2025	Trava Cambial	Dolar	Dolar	10.320	(2.062)
Total						602.930	(33.576)
Ativo circulante							2.651
Ativo não circulante							2.966
Passivo circulante							(25.372)
Passivo não circulante							(13.821)

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

4.5. Fatores de risco financeiro

A Companhia, considerando suas controladas diretas e indiretas, estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pela Companhia têm como propósito a proteção de suas dívidas, considerando que não são realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos alavancados.

Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia monitora, periodicamente, a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, sendo que ela adota a política de efetuar hedge somente para os vencimentos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2025, a cotação do dólar norte-americano em relação ao real era US\$1,00 = R\$5,5024 (R\$6,1923 em 31/12/2024), registrando no período uma valorização do real de aproximadamente 13%.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

4.5. Fatores de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

Risco com taxa de câmbio--Continuação

Está demonstrada a seguir a exposição consolidada, por moeda, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos, fornecedores e das disponibilidades:

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos:		
Dólar norte-americano	(433.511)	(356.779)
Total (1)	(433.511)	(356.779)
Fornecedores a pagar:		
Dólar norte-americano e Euro	(15.078)	(9.159)
Total (2)	(15.078)	(9.159)
Contas a receber:		
Dólar norte-americano	67.292	94.501
Total (3)	67.292	94.501
Caixa e equivalentes de caixa:		
Dólar norte-americano	38.790	31.736
Total (4)	38.790	31.736
Instrumentos financeiros derivativos		
Dólar norte-americano	(19.615)	(25.678)
Total (5)	(19.615)	(25.678)
Exposição líquida (1 + 2 + 3 + 4 + 5):		
Dólar norte-americano e Euro	(362.122)	(265.379)
Total	(362.122)	(265.379)

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições que considera sólidas.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

4.5. Fatores de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito--Continuação

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Riscos ambientais

Atividade florestal/industrial

A divisão florestal declara em sua política ambiental, que assume princípios em suas ações para preservação e conservação do meio ambiente e na sua “Missão, Visão e Valores” o bom relacionamento com as comunidades do entorno.

Poluição do ar: controlada e verificada por meio de medições periódicas realizadas nas máquinas, equipamentos e geradores que desenvolvem as atividades florestais, cumprindo os níveis determinados por lei estadual.

Recursos hídricos

Quantidade: por meio da obtenção da outorga de uso de água, é controlado o volume utilizado e descartado nos efluentes.

Qualidade: realizadas amostragens e análises periódicas no montante, efluentes e jusante, comparando com padrões de legislação federal e estadual, a captação de água para abastecimento das fábricas obedece à legislação ambiental de cada localidade e às licenças de operação das Unidades. Cabe destacar que em decorrência de uma possível crise hídrica, a Companhia adotou medidas que visam mitigar os riscos da falta de abastecimento de água em suas dependências.

Conservação dos solos: realizados monitoramentos mensais, e posterior tomada de ações para mitigar possíveis impactos negativos causados pelas atividades florestais.

Ativos florestais: por meio de rondas diárias e monitoramentos são realizados controles para proteção contra pragas, incêndios e plantas daninhas.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

4.5. Fatores de risco financeiro--Continuação

Recursos hídricos--Continuação

Biodiversidade: são mantidas matas naturais, entremeadas com plantios de eucalipto, em cumprimento a legislação federal nas formas de Área de Preservação Permanente (APP) e reserva legal.

Resíduos e rejeitos: o armazenamento, descarte e controle é realizado por meio de gestão de resíduos que permite dar destino correto a todos os resíduos gerados nas atividades florestais, para empresas habilitadas e licenciadas pelo órgão ambiental, seguindo as legislações estaduais e federais.

Comunidades do entorno: abertura de canal de diálogo participativo com as comunidades diretamente afetadas pelas atividades florestais, três meses antes de iniciar os trabalhos para levantamento dos impactos positivos e negativos da atividade na comunidade e possíveis forma de mitigação, por meio de geração de emprego, educação ambiental, entre outros.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, que são monitoradas diariamente pela área de tesouraria. A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para capital de giro.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação**4.5. Fatores de risco financeiro--Continuação**Risco de liquidez--Continuação

31/12/2025	Curto Prazo	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Fornecedores e fornecedores convênio	290.696	-	-	-	-	-	-	290.696
Empréstimos e financiamentos	252.958	124.985	80.987	193.058	257.280	98.768	98.871	1.106.907
Contas a pagar	48.209	-	-	-	-	-	-	48.209
Total	591.863	124.985	80.987	193.058	257.280	98.768	98.871	1.445.812

31/12/2024	Curto Prazo	2026	2027	2028	2029	Total
Fornecedores	264.464	-	-	-	-	264.464
Empréstimos e financiamentos	329.585	225.189	125.257	84.794	40.883	805.708
Contas a pagar	53.877	-	-	-	-	53.877
Total	647.926	225.189	125.257	84.794	40.883	1.124.049

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pelo Conselho de Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações, caso este seja concretizado.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (Nota 17) deduzidos pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), títulos e valores mobiliários e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face à manutenção da liquidez e a obtenção de taxas de juros compatíveis com a sua atividade, visando maximizar o retorno ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

4.5. Fatores de risco financeiro--Continuação

Gestão de capital--Continuação

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	71.053	107.528	1.106.907	805.708
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(443)	(869)	24.241	33.576
(-) Caixa e equivalente de caixa	(2.946)	(1.951)	(529.114)	(246.235)
Dívida líquida	67.664	104.708	602.034	593.049
Patrimônio líquido	2.767.612	2.570.790	2.767.612	2.570.790
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.835.276	2.675.498	3.369.646	3.163.839
Índice de alavancagem financeira	2%	4%	18%	19%

4.6. Estimativa do valor justo

Os ativos e passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado, apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Para apuração do valor justo, são utilizadas técnicas de avaliação previstas no CPC 46 / IFRS 13 - Mensuração do valor justo, podendo resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo.

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

4.6. Estimativa do valor justo--Continuação

	Controladora				Consolidado			
	Custo amortizado		Valor justo - resultado		Custo amortizado		Valor justo - resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	2.946	1.951	-	-	529.114	246.225	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	10	10	-	-
Instrumentos financeiros derivativos de dívida	-	-	443	869	-	-	563	5.617
Contas a receber de clientes	124.400	-	-	-	578.912	686.275	-	-
Depósito judiciais	109.250	87.647	-	-	113.651	91.495	-	-
Total	236.596	89.598	443	869	1.221.687	1.024.005	563	5.617
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	71.053	107.528	-	-	1.106.907	805.708	-	-
Instrumentos financeiros derivativos de dívida	-	-	-	-	-	-	24.804	39.193
Dividendos e juros sobre capital próprio	92.966	117.439	-	-	92.966	117.439	-	-
Contas a pagar, fornecedores, fornecedores convênio e arrendamentos	87.331	69.761	-	-	725.993	714.811	-	-
Total	251.350	294.728	-	-	1.925.866	1.637.958	24.804	39.193

a) Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados conforme a hierarquia de valor justo a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade tem acesso na data de mensuração;
- Nível 2: Técnicas de avaliação que utilizam informações de nível mais baixo, relevantes e observáveis, direta ou indiretamente, para mensuração do valor justo;
- Nível 3: Técnicas de avaliação que dependem de informações de nível mais baixo e significativas, as quais não estão disponíveis.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

4.6. Estimativa do valor justo--Continuação

a) Hierarquia do valor justo--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 todos os instrumentos financeiros da Companhia estavam classificados no nível 2, conforme demonstra o quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Nível 2		Nível 2	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.946	1.951	529.114	246.225
Títulos e valores mobiliários	-	-	10	10
Instrumentos financeiros derivativos de dívida	443	869	563	5.617
Contas a receber de clientes	124.400	-	578.912	686.275
Depósito judiciais	109.250	87.647	113.651	91.495
Total	237.039	90.467	1.222.250	1.029.622
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	71.053	107.528	1.106.907	805.708
Instrumentos financeiros derivativos de dívida	-	-	24.804	39.193
Contas a pagar e fornecedores, fornecedores convênio e arrendamentos	87.331	69.761	725.993	714.811
Total	158.384	177.289	1.857.704	1.559.712

4.7. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI, para linhas de empréstimos e financiamentos nacionais e aplicações financeiras em moeda nacional, que tem o CDI como principal indexador. Para linhas de crédito em moeda estrangeira, os principais riscos estão associados à variação cambial,

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

4.7. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Com relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui linhas de Capital de Giro, Crédito Rural, CCE/Real, FINEP, Pré-Pagamento de Exportação e Adiantamentos de Contrato de Câmbio - ACC, CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio) e CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) todas se apresentam divulgadas pelo valor de mercado. As aplicações em CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos, não apresentam diferenças significativas para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta no período findo em 31 de dezembro de 2025, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses no valor de 15% a.a. e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Consolidado	Saldo	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		CDI	15,00%	11,25%	7,50%
Aplicação financeira posição 31/12/2025	464.922		69.738	52.304	34.869
	Saldo	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		CDI	12,25%	9,19%	6,13%
Aplicação financeira posição 31/12/2024	154.564		18.934	14.204	9.475

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas a qual a Companhia está exposta na data base do período findo em 31 de dezembro de 2025, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI e nas taxas de câmbio (US\$) vigentes em 31 de dezembro de 2025, foi definido o cenário provável que impactaria os resultados futuros, e a partir deste, calculadas as variações de 25% e 50%.

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação**4.7. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação**

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para ser liquidado a partir de 2025. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi 31 de dezembro de 2025, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário.

31/12/2025	Risco	Consolidado	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Variação cambial			10,00%	12,50%	15,00%
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	US\$	433.511	43.351	54.189	65.027
Instrumentos derivativos		19.615	1.962	2.452	2.942
Alteração no CDI			15,00%	18,75%	22,50%
Empréstimos e financiamentos em reais	CDI	673.396	101.009	126.262	151.514
Instrumentos derivativos		4.626	694	867	1.041
31/12/2024	Risco	Consolidado	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Variação cambial			10,00%	12,50%	15,00%
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira		356.779	35.678	44.597	53.517
Instrumentos derivativos	US\$	25.678	2.568	3.210	3.852
Alteração no CDI		-	12,25%	15,31%	18,38%
Empréstimos e Financiamentos em reais		448.929	54.994	68.731	82.513
Instrumentos derivativos	CDI	7.898	968	1.209	1.451

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Numerários	-	-	505	464
Aplicações em CDB de liquidez imediata	1.708	124	450.246	103.524
Aplicações em CDB - FIDC	-	-	14.676	51.040
Bancos conta movimento	1.238	1.827	63.687	91.197
Total	2.946	1.951	529.114	246.225

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa--ContinuaçãoAplicações financeiras - CDB

Nesta rubrica estão registrados os títulos e aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, representados, principalmente, por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remunerados com base na variação do rendimento médio de Depósito Interbancário (CDI) de 100% em 31 de dezembro de 2025 (100% em 31 de dezembro de 2024) e foram classificados como caixa e equivalentes de caixa, pois em caso de resgate antecipado não estariam sujeitos a risco de mudança significativa dos rendimentos.

6. Contas a receber de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes nacionais	126.047	961	551.792	621.572
AVP de clientes	(1.696)	-	(14.878)	(8.626)
Clientes exterior	1.082	-	67.292	94.501
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	(1.033)	(961)	(25.294)	(21.172)
Total	124.400	-	578.912	686.275
Circulante	124.400	-	567.146	670.136
Não Circulante	-	-	11.766	16.139

Conforme informado na Nota 17 - empréstimos e financiamentos, a Companhia possui aproximadamente 50% do saldo de duplicatas a receber de clientes nacionais oferecidos como garantia na obtenção de empréstimos e financiamentos.

a) A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	122.312	-	580.367	667.107
Vencidos até 30 dias	2.615	-	9.359	15.018
Vencidos de 31 a 60 dias	654	-	1.905	4.326
Vencidos de 61 a 90 dias	308	-	682	2.151
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-	1.289	3.315
Vencidos a mais de 180 dias	1.240	961	25.482	24.156
Total	127.129	961	619.084	716.073

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação**b) Movimentação da PECLD - Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	(961)	(1.020)	(21.172)	(16.907)
Adições	(72)	(4)	(5.720)	(5.050)
Baixas	-	63	1.598	785
Saldo Final	(1.033)	(961)	(25.294)	(21.172)

c) Movimentação do ajuste a valor presente ("AVP")

O ajuste a valor presente foi calculado a uma taxa de desconto de 15% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 12,15% em 31 de dezembro de 2024, para os títulos a vencer acima de 30 dias.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	-	(8)	(8.626)	(7.385)
Adições	(1.696)	-	(9.003)	(3.507)
Baixas	-	8	2.751	2.266
Saldo Final	(1.696)	-	(14.878)	(8.626)

7. Estoques

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	39.429	-	453.657	323.855
Produtos semiacabados	7.658	-	46.967	47.369
Produtos em elaboração	9.043	-	9.144	5.486
Materiais poder de terceiros	55	-	1.716	2.714
Matéria-prima	27.052	-	85.543	79.723
Madeira cortada no campo (*)	-	-	60.536	48.223
Almoxarifado e outros	19.346	-	127.677	114.782
Adiantamento fornecedores	515	-	13.297	5.827
Total	103.098	-	798.537	627.979

(*) Transferência ativo biológico.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não havia necessidade de constituir provisão para perdas em estoques.

A diretoria espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (1)	839	1.849	19.053	17.804
ICMS (2)	-	3.069	-	3.069
IRRF	207	185	8.544	8.244
PIS/COFINS - Corrente	-	-	2.282	2.368
PIS/COFINS (3)	910	18.898	2.734	64.816
PIS/COFINS (4)	39.323	37.897	39.324	40.863
IRPJ/CSLL - Corrente (5)	891	891	1.653	1.653
IPI sobre fretes (6)	5.579	5.579	26.025	26.025
Outros impostos	311	78	3.437	3.847
Total	48.060	68.446	103.052	168.689
Circulante	25.073	44.210	75.103	98.735
Não circulante	22.987	24.236	27.949	69.954

- (1) Representado, principalmente por saldo credor de ICMS corrente e pelos créditos relativos às aquisições de ativo imobilizado, com relação a créditos de ativo imobilizados são utilizados no setor produtivo, os quais estão sendo utilizados à razão mensal de 1/48 avos, conforme legislação fiscal vigente.

Prazo de realização do ICMS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	1.199	-	11.380
2026	805	645	14.935	2.884
2027	16	5	2.148	2.118
2028	10	-	1.352	1.101
2029	8	-	618	321
Total	839	1.849	19.053	17.804

- (2) ICMS sobre encargos financeiros: a Companhia, em 31 de dezembro de 2023, reconheceu o montante de R\$29.630 referente ao trânsito em julgado onde a decisão reconhece que, nas vendas a prazo, não são incluídos na base de cálculo do ICMS os encargos decorrentes do financiamento do preço das mercadorias. Ademais, reconheceu o prazo prescricional indébito de 10 anos.
- (3) Corresponde às decisões trânsito em julgado acolhendo a pretensão da Companhia e de suas Controladas de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em anos anteriores, em função das decisões transitadas em julgado, a Eucatex S.A. Ind. e Com. registraram impostos a recuperar no montante de R\$160.968 referente à COFINS e R\$29.937 referente ao PIS e a ECTX Ind. e Com. Ltda. registrou o montante de R\$40.133 referente à COFINS e R\$8.925 ao PIS. A segregação entre o ativo circulante e não circulante foi efetuada com base na expectativa da sua compensação estimada pela diretoria, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	18.898	-	64.816
2026	910	-	2.734	-
Total	910	18.898	2.734	64.816

- (4) Saldo referente a PIS e COFINS sobre depreciações, onde a Companhia registrou o montante de R\$37.897 referente ao êxito em ação que transitou em julgado que assegurou o direito ao aproveitamento dos créditos de PIS e da COFINS calculados sobre os valores de depreciação dos bens adquiridos até 30 de abril de 2004 para a composição do ativo imobilizado, uma vez verificados os requisitos estabelecidos pelo artigo 3º, inciso VI, parágrafo 3º das Leis nºs. 10.637/2002 e 10.833/2003, afastando-se a vedação temporal determinada pelo artigo 31 da Lei nº 10.865/2004, aguardando apenas a habilitação do crédito.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos a recuperar--Continuação

- (5) Os valores de IRPJ/CSLL correspondem a valores recolhidos por estimativas e serão amortizados pela apuração anual do IRPJ e CSLL.
- (6) Saldo referente à inclusão do frete na base de cálculo do IPI, onde o RIPI traz em seu artigo 118 § 1º, a obrigatoriedade do custo do transporte e outras despesas acessórias como o seguro para a cobrança do imposto, conforme instituído pela Lei Ordinária nº 7.798, de 10 de julho de 1989, contudo, as empresas passaram a questionar, judicialmente, a obrigatoriedade da incidência do IPI sobre o frete destacado em campo próprio na nota fiscal. A Companhia tem a prática da inclusão do frete no preço da mercadoria, quando venda CIF, ao invés de destacar o frete em campo próprio, portanto, quando a venda é CIF há o frete compondo o preço final e assim questionamos a possibilidade do aproveitamento de crédito de IPI sobre o frete que compõe o preço final e desta feita a ação judicial, neste sentido, transitou em julgado e foi reconhecido no consolidado o montante de R\$26.025 o qual aguarda habilitação do crédito.

9. Outros créditos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Precatórios a receber (1)	8.440	8.440	8.940	8.940
Adiantamento de folha de pagamento	298	-	5.900	4.719
Créditos diversos	7.742	7.492	1.495	2.074
Total	16.480	15.932	16.335	15.733
Circulante	8.040	7.492	7.395	6.793
Não circulante	8.440	8.440	8.940	8.940

- (1) Refere-se a valores originais de créditos precatórios adquiridos pela Companhia em 2006, 2007 e 2010, respectivamente contra a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), oriundos de uma ação de desapropriação, Processo nº 87.101.1358-4 perante a 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e precatórios oriundo do processo junto a 11ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, cuja ação foi julgada procedente e transitada em julgado, oriundo do Precatório nº 04688/08, Ordem Cronológica nº 1124/09 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, expedido em favor da Associação dos Aposentados e Pensionistas da VASP.

10. Propriedade para investimento

O saldo de R\$23.236 em 31 de dezembro de 2025 (R\$23.424 em 31 de dezembro de 2024), o qual está registrado a custo, refere-se a uma fazenda localizada na cidade de Salto denominada "Rancho Feliz", com metragem aproximada de 1,4 milhões de m². Essa propriedade foi objeto de um contrato de parceria com as empresas Cipasa Desenvolvimento Urbano S/A, Scopel Desenvolvimento Urbano S/A, Prata Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil Salto S/A todas do setor imobiliário, para realização de um projeto visando à venda de lotes residenciais e comerciais.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Propriedade para investimento--Continuação

A área total do projeto era de 2,0 milhões de m² e foi realizado aproximadamente 1,1 milhão de m². Já foram lançadas as fases I a III, sendo os principais empreendimentos, os Condomínios Horizontais: residencial Central Parque e o Reserva Central Parque, além de lotes comerciais. A área remanescente, equivale a aproximadamente 930 mil m² e a área a ser comercializada, após realização da infraestrutura, será de aproximadamente 419 mil m², somando-se aos lotes remanescentes das fases anteriores restam líquidos 463 mil m² aproximadamente. O valor justo estimado de participação da Companhia neste empreendimento é de R\$139 milhões.

Uma vez que o projeto depende da liberação de órgãos públicos para seu início, estima-se que o prazo para realização da receita se dará ao longo de sete anos. A Companhia mantém os registros contábeis ao valor de custo na data base de 31 de dezembro de 2025.

11. Depósitos judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	107.451	86.874	110.875	89.697
Trabalhistas	1.799	773	2.776	1.798
Total	109.250	87.647	113.651	91.495

12. Investimentos

Conforme demonstrado no organograma (Nota 2) a Companhia participa de diversas outras empresas as quais estão segregadas em função das suas atividades operacionais. Abaixo demonstramos as participações e os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

a) Informações relativas às controladas e coligadas

Descrição	Participações diretas						Resultado da equivalência patrimonial		Investimentos	
	País Sede	Milhares de ações ou quotas	Porcentagem (%)	Capital social	Lucro (prejuízo) do período	Patrimônio líquido	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Diretas										
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	55.170	96	55.170	48.011	347.906	45.721	9.852	334.338	288.617
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	Brasil	899	100	3.757	1.872	13.882	5.634	47	13.882	8.248
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	282.872	75	1.731.322	211.298	1.782.080	175.744	61.886	1.337.567	1.416.287
Eucatex Imobiliária Ltda.	Brasil	279.432	100	279.432	26.066	795.824	26.065	28.937	795.824	769.759
ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda.	Brasil	100	100	100	(2.441)	45.067	(17.835)	3.918	45.067	62.900
Eucatex of North America, Inc.	EUA	100	100	177	6.033	172.202	5.970	63.592	172.202	188.067
Eucatex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Industriais de responsabilidade Ilimitada	Brasil	100	100	50.000	6.896	57.896	6.896	1.000	57.896	51.000
Castilho Solar Participações S.A.	Brasil	-	-	-	-	-	-	-	4.630	4.630
							248.195	169.232	2.761.406	2.789.508
Investimentos reclassificados para o passivo - (Provisão para perda com investimentos)							-	-	10.685	10.080
Total							248.195	169.232	2.772.091	2.799.588

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

a) Informações relativas às controladas e coligadas--Continuação

Descrição		Participações Indiretas						
Indiretas	País Sede	Milhares de ações ou quotas	Porcentagem (%)	Capital social	Lucro (prejuízo) em 31/12/2025	Lucro (prejuízo) em 31/12/2024	Patrimônio líquido em 31/12/2025	Patrimônio líquido em 31/12/2024
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	Brasil	25.045	100	25.045	1.160	4.861	50.277	49.117
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	Brasil	538.116	57	538.116	27.879	41.283	705.483	677.604
Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	Brasil	100	99	2.300	193	276	2.597	2.405
Eucatex Nordeste Ind. e Com Ltda.	Brasil	100	99	100	(856)	(1.285)	(11.121)	(10.265)
Pescara Administração e Participações S/A.	Brasil	47.419	100	7.483	13.960	12.291	35.160	21.200

b) Movimentação dos investimentos na controladora

Diretas	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Aporte em controladas e coligadas	Variação cambial e outros ajustes	Saldo em 31/12/2024
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	277.195	9.852	-	1.570	288.617
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	5.160	47	2.858	183	8.248
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	1.327.779	61.886	20.937	5.685	1.416.287
Eucatex Imobiliária Ltda.	740.892	28.937	-	(70)	769.759
ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda.	58.982	3.918	-	-	62.900
Eucatex of North America, Inc.	93.367	63.592	-	31.108	188.067
Eucatex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Industriais de Responsabilidade Ilimitada		1.000	50.000	-	51.000
Castilho Solar Participações S.A.	4.630	-	-	-	4.630
	2.508.005	169.232	73.795	38.476	2.789.508
Investimentos reclassificados para o passivo - (Provisão para perda com investimentos)	8.806	-	-	1.274	10.080
	2.516.811	169.232	73.795	39.750	2.799.588

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

b) Movimentação dos investimentos na controladora--Continuação

Diretas	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Devolução de capital de controlada	Variação cambial e outros ajustes	Saldo em 31/12/2025
ECTX Indústria e Comércio Ltda.	288.617	45.721	-	-	334.338
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	8.248	5.634	-	-	13.882
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	1.416.287	175.744	(254.463)	(1)	1.337.567
Eucatex Imobiliária Ltda.	769.759	26.065	-	-	795.824
ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda.	62.900	(17.835)	-	2	45.067
Eucatex of North America, Inc.	188.067	5.970	-	(21.835)	172.202
Eucatex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Industriais de Responsabilidade Ilimitada	51.000	6.896	-	-	57.896
Castilho Solar Participações S.A.	4.630	-	-	-	4.630
	2.789.508	248.195	(254.463)	(21.834)	2.761.406
Investimentos reclassificados para o passivo - (provisão para perda com investimentos)	10.080	-	-	605	10.685
	2.799.588	248.195	(254.463)	(21.229)	2.772.091

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadasa) Transações com sociedades relacionadas

Descrição	Controladora			
	Contratos de partes relacionadas ativos		Contratos de partes relacionadas passivos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Eucatex S/A Indústria e Comércio.	-	-	9	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	78	76	21.393	2.535
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	231	44	-	-
ECTX Ambiental, Logística e Transportes Ltda.	309	301	14.353	11.328
Eucatex Imobiliária Ltda.	36	36	994	-
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	208.792	112.828	476.277	211.278
	209.446	113.285	513.026	225.141
Circulante	198.632	112.886	513.026	225.141
Não circulante	10.814	399	-	-
Total	209.446	113.285	513.026	225.141

Descrição	Consolidado			
	Receitas - juros de partes relacionadas		Despesas - juros de partes relacionadas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Eucatex S/A Indústria e Comércio.	800	2.549	219	706
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	2.498	2.073	12	17
ECTX Industria e Comercio Ltda.	43	412	546	668
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	498	924	247	1.604
ECTX Ambiental, Logística e Transportes Ltda.	2	1	2.123	1.317
Eucatex Imobiliária Ltda.	-	1.530	5.642	5.096
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	-	60	3.533	1.962
Eucatex Comercializadora de Energia Ltda.	280	99	-	5
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	11.684	9.720	3.710	5.602
Pescara Administração e Participações S/A	227	17	-	408
	16.032	17.385	16.032	17.385

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuaçãoa) Transações com sociedades relacionadas--Continuação

Descrição	Consolidado			
	Compras matérias-primas e insumos		Receitas de vendas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Eucatex S/A Indústria e Comércio.	71.727	127	267.660	306.609
Eucatex Consultoria de Serviços Ltda.	-	-	-	-
Eucatex of North America, Inc.	354.533	337.668	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	32	46	80.596	60.698
ECTX Industria e Comercio Ltda.	20.324	18.342	-	-
Eucatex Distribuição e Logística Ltda.	307.434	291.998	-	1
ECTX Ambiental, Logística e Transportes Ltda.	81	78	49.252	39.468
Eucatex Imobiliária Ltda.	3.249	19.315	62.223	85.252
Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.	8.750	9.398	29.002	31.986
Eucatex Indústria e Comércio Ltda.	473.649	504.088	732.765	639.887
Pescara Administração e Participações S/A	-	-	18.281	17.159
	1.239.779	1.181.060	1.239.779	1.181.060

As transações realizadas entre as sociedades relacionadas referem-se, substancialmente, a compras e vendas de produtos efetuados com preços, prazos e condições definidas entre as partes.

As principais transações envolvendo a Companhia e suas controladas referem-se ao fornecimento de chapas de madeira para Eucatex of North America Inc. e de pisos, portas e tintas e vernizes para Eucatex Distribuição e Logística Ltda. Já em relação às compras de insumos a Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. é fornecedora de madeira em pé para as controladas Eucatex Indústria e Comércio Ltda. e ECTX Indústria e Comércio Ltda.

b) Honorários da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) foi aprovado o limite de remuneração global anual dos administradores da Companhia no montante de R\$15.800. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia pagou aos administradores e diretores a título de remuneração os valores demonstrados abaixo:

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuaçãob) Honorários da Administração--Continuação

Descrição	Períodos de doze meses findos em		Períodos de doze meses findos em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Honorários do Conselho de Administração e Fiscal	(3.465)	(2.342)	(3.465)	(2.342)
Honorários da Diretoria Estatutária	-	-	(10.199)	(10.084)
	(3.465)	(2.342)	(13.664)	(12.426)

14. Ativos biológicos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía através das suas controladas Eucatex Imobiliária Ltda. e Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. aproximadamente 38,6 mil hectares em áreas de efetivo plantio (36 mil hectares em 31 de dezembro de 2024), as quais são cultivadas no estado de São Paulo nas regiões de Botucatu e Salto.

A Companhia optou por mensurar o valor justo do ativo biológico através do cálculo do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado. Devido a tal mensuração do valor justo do ativo biológico, ele é considerado como nível 3 na hierarquia do valor justo.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo foi determinado pela valorização dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa líquido - volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio.
- Taxa de desconto - correspondente ao custo ponderado de capital real da Companhia, utilizada para trazer os fluxos de caixa projetados a valores presentes nas datas de mensuração. A taxa utilizada em 31 de dezembro de 2025 foi de 6,74%a.a. e 7,17%a.a. para 31 de dezembro de 2024.
- Preços - são obtidos preços em R\$/metro cúbico, através de pesquisas de mercado divulgadas por empresas especializadas, além dos preços praticados em operações de compra e venda realizadas pela Companhia.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Ativos biológicos--Continuação

a) Estimativa do valor justo--Continuação

- Volumes - consideram o ciclo médio de colheita de 6 anos, e foram projetados com base na produtividade média. A produtividade poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira.
- Periodicidade - as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revisadas ao final de cada exercício/período.
- A avaliação dos valores justos dos ativos biológicos foi efetuada e aprovada pela diretoria.

b) Composição/Movimentação dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 01/01/2024	<u>899.247</u>
Exaustão/cortes efetuados no período	(142.992)
Ganho na atualização do valor justo	85.579
Madeira cortada no campo*	(13.942)
Adições	<u>179.508</u>
Saldo em 31/12/2024	<u>1.007.400</u>
Exaustão/cortes efetuados no período	(169.275)
Ganho na atualização do valor justo	107.879
Madeira cortada no campo*	(12.313)
Adições	<u>243.036</u>
Saldo em 31/12/2025	<u>1.176.727</u>

(*) Transferência para estoque.

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos da Companhia, destacam-se a variação do preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado

a) Composição e movimentação

	Controladora						
	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Imobilizações em Andamento	Móveis e Utensílios	Veículos	Direito de uso
Custo							Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	-	-	20.952	-	-	-
Baixas	-	-	-	(20.952)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição	-	-	-	3.313	-	-	-
Devolução de capital de controlada	-	59.596	476.420	-	3.011	4.516	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	59.596	476.420	3.313	3.011	4.516	-
Depreciação							
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(360)	(5.483)	-	(17)	(94)	-
Devolução de capital de controlada	-	(44.147)	(326.840)	-	(2.569)	(3.228)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(44.507)	(332.323)	-	(2.586)	(3.322)	-
Saldo contábil, líquido em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido em 31/12/2025	-	15.089	144.097	3.313	425	1.194	-

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado--Continuação

a) Composição e movimentação--Continuação

Consolidado								
			Máquinas, equipamentos e instalações e outros	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios			
Custo	Terrenos	Edifícios e benfeitorias				Veículos	Direito de uso	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	327.543	204.693	1.662.886	80.372	7.340	28.672	431.892	2.743.398
Aquisições	4.610	-	1.139	125.123	-	-	117.073	247.945
Variação cambial	-	-	(354)	-	112	89	-	(153)
Baixas	-	-	(1.173)	-	-	(2.529)	-	(3.702)
Transferências	(16.365)	16.406	138.143	(142.908)	490	901	-	(3.333)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	315.788	221.099	1.800.641	62.587	7.942	27.133	548.965	2.984.155
Aquisições (baixas)	-	-	-	181.057	-	-	37.190	218.247
Variação cambial	-	-	19	-	(9)	(46)	-	(36)
Baixas	-	-	(2.223)	-	-	(1.451)	-	(3.674)
Transferências	-	-	119.111	(125.414)	818	1.182	-	(4.303)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	315.788	221.099	1.917.548	118.230	8.751	26.818	586.155	3.194.389
Depreciação								
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	(148.769)	(1.073.706)	-	(7.010)	(25.851)	(124.906)	(1.380.242)
Depreciações	-	(6.761)	(85.737)	-	(190)	(743)	(22.327)	(115.758)
Depreciação IFRS 16	-	-	-	-	-	-	(26.514)	(26.514)
Baixas	-	-	470	-	-	2.504	-	2.974
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(155.530)	(1.158.973)	-	(7.200)	(24.090)	(173.747)	(1.519.540)
Depreciações	-	(6.297)	(97.644)	-	(181)	(945)	(27.490)	(132.557)
Depreciação IFRS 16	-	-	-	-	-	-	(33.691)	(33.691)
Baixas	-	-	1.331	-	-	1.451	-	2.782
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(161.827)	(1.255.286)	-	(7.381)	(23.584)	(234.928)	(1.683.006)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2024	315.788	65.569	641.668	62.587	742	3.043	375.218	1.464.615
Saldo contábil, líquido em 31/12/2025	315.788	59.272	662.262	118.230	1.370	3.234	351.227	1.511.383

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado--Continuação**b) Imobilizações em andamento**

As Imobilizações em andamento referem-se substancialmente às construções, máquinas, equipamentos, instalação e construção civil.

Em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram capitalização de juros, pois os ativos não faziam parte das linhas de financiamento.

c) Método de depreciação

Apresentamos a seguir as taxas médias ponderadas anuais:

Taxas anuais de Depreciação	Taxa	
	31/12/2025	31/12/2024
Edifícios e Benfeitorias	3,00%	2,98%
Máquinas, Equipamentos e Instalações	5,54%	5,21%
Móveis e Utensílios	2,19%	2,74%
Veículos	2,23%	3,11%
Outros Ativos	23,60%	19,89%

15.1. Direito de Uso - Arrendamentos - CPC 06 (R2) /IFRS 16

A Companhia aplicou como prática contábil os requisitos do CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4 para todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos.

Ativos de direitos de uso

Direito de Uso	Consolidado				
	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	264.703	14.098	25.057	3.128	306.986
Adições, (baixas) e remensurações	78.257	30.401	(62)	8.477	117.073
Depreciação no período (Resultado)	-	(4.429)	(13.069)	(4.829)	(22.327)
Depreciação no período (*)	(26.514)	-	-	-	(26.514)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	316.446	40.070	11.926	6.776	375.218
Adições, (baixas) e remensurações	24.122	(24.303)	8.387	28.984	37.190
Depreciação no período (Resultado)	-	(6.134)	(11.313)	(10.043)	(27.490)
Depreciação no período (*)	(33.691)	-	-	-	(33.691)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	306.877	9.633	9.000	25.717	351.227

(*) Valor contabilizado no custo de formação de florestas na rubrica do ativo biológico.

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado--Continuação**15.1. Direito de Uso - Arrendamentos - CPC 06 (R2) /IFRS 16--Continuação**Passivos de arrendamentos

Passivos de arrendamento	Terras	Edifícios	Consolidado Veículos	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	275.285	14.186	25.057	3.396	317.924
Adições (baixas)	78.257	30.401	(62)	8.477	117.073
Juros apropriados no período (Resultado) -		1.901	1.315	183	3.399
Juros apropriados no período (*)	29.597	-	-	-	29.597
Baixa por pagamento	(46.689)	(5.170)	(14.384)	(5.280)	(71.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	336.450	41.318	11.926	6.776	396.470
Adições, (baixas) e remensurações	24.122	(24.303)	8.387	28.984	37.190
Juros apropriados no período (Resultado)	-	884	3.240	1.863	5.987
Juros apropriados no período (*)	35.616	-	-	-	35.616
Baixa por pagamento	(56.049)	(8.582)	(15.857)	(7.687)	(88.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	340.139	9.317	7.696	29.936	387.088

(*) Valor contabilizado no custo de formação de florestas na rubrica do ativo biológico.

Os compromissos de locações operacionais da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, estão brutos de PIS/COFINS, que correspondem o montante de R\$2.585 em 31 de dezembro de 2025 e R\$4.500 em 31 de dezembro de 2024.

Conforme mencionado acima, a Companhia adotou como prática contábil os requisitos do CPC06(R2)/IFRS16 - Arrendamentos na mensuração e remensuração do seu direito de uso, empregando o modelo de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de desconto nominal. Em conformidade com o ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, o passivo de arrendamento de direito de uso também foi mensurado considerando inflação futura projetada, apresentando a seguinte composição:

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado--Continuação**15.1. Direito de Uso - Arrendamentos - CPC 06 (R2) /IFRS 16--Continuação**Passivos de arrendamentos--Continuação

Descrição	2026	2027	Demais anos	Total
Terrenos	43.003	43.003	516.039	602.045
Equipamentos	16.614	16.614	-	33.228
Veículos	4.271	4.272	-	8.543
Edifícios	5.170	5.171	-	10.341
Total Geral	69.058	69.060	516.039	654.157

16. Intangível

	Controladora			
	Software	Marcas e Patentes	Ágio	Total
<u>Custo</u>				
Saldo em 01 de janeiro de 2025	-	-	-	-
Devolução de capital de controlada	1.060	-	-	1.060
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.060	-	-	1.060
<u>Amortização</u>				
Saldo em 01 de janeiro de 2025	-	-	-	-
Amortização	(42)	-	-	(42)
Devolução de capital de controlada	(576)	-	-	(576)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(618)	-	-	(618)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2024	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido em 31/12/2025	442	-	-	442

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível--Continuação

	Consolidado			
	Software	Marcas e Patentes	Ágio	Total
<u>Custo</u>				
Saldo em 01 de janeiro de 2024	7.911	1.360	13.475	22.746
Variação Cambial	574	-	-	574
Transferências	3.333	-	-	3.333
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.818	1.360	13.475	26.653
Saldo em 01 de janeiro de 2025	11.818	1.360	13.475	26.653
Variação Cambial	(92)	-	-	(92)
Transferências	4.304	-	-	4.304
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.030	1.360	13.475	30.865
<u>Amortização</u>				
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(2.989)	(1.091)	-	(4.080)
Amortização	(1.518)	(34)	-	(1.552)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(4.507)	(1.125)	-	(5.632)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	(4.507)	(1.125)	-	(5.632)
Amortização	(2.180)	(34)	-	(2.214)
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(6.687)	(1.159)	-	(7.846)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2024	7.311	235	13.475	21.021
Saldo contábil, líquido em 31/12/2025	9.343	201	13.475	23.019

Ágio

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Como resultado do teste de *impairment*, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas perdas para as unidades geradoras de caixa (UGC) para o ágio registrado referente à operação da aquisição da Companhia Pescara Administração e Participações S.A.

A Companhia utilizou o método do valor em uso para realização do teste de *impairment*. Para todas as UGCs foram considerados 5 anos de projeção, sem crescimento na perpetuidade, além de terem sido observados os orçamentos financeiros preparados pela diretoria para o início de projeção dos fluxos de caixa.

Não foram identificados eventos que justificassem um novo acesso à análise de *impairment* dos ativos para 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantia	Controladora		Consolidado	
					31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante								
Capital de giro	Real	Dez/2026	CDI + 2,15% a 2,89% a.a.	Duplicatas	-	-	-	3.468
CDCA e NCOML (2)	Real	Dez/2026	CDI + 2,50% a.a.	Alienação fiduciária	20.347	20.384	27.951	48.982
Crédito Rural	Real	Dez/2026	CDI + 0,80% a 2,55% a.a.	Duplicatas	-	-	60.852	29.373
CCE	Real	Dez/2026	CDI + 1,9% a 2,76% a.a.	Duplicatas	-	-	36.441	72.046
CCE	Dolar	Dez/2026	8,19% a 10,05% a.a. + v.c. dólar	Alienação fiduciária, duplicatas e aplicações	4.039	15.978	16.757	40.205
CCB	Dolar	Dez/2026	3,30% a 10,05% a.a. + v.c. dólar	Duplicatas	-	-	68.156	105.015
ACC/Pré-pagamento	Dolar	Dez/2026	5,18% a 6,10% a.a. + v.c. dólar	Nota promissória em moeda estrangeira	-	-	19.345	30.496
CRA-série 1	Real	Dez/2026	CDI + 0,5% a.a e 103% CDI a.a.	Ativos biológicos	-	-	3.358	-
CRA-série 2	Real	Dez/2026	105,15% CDI e CDI + 0,4% a.a	Ativos biológicos	-	-	13.917	-
CRA-série 3	Dolar	Dez/2026	v.c dólar + 6,5% a.a - pre 14,00% a.a.	Ativos biológicos	-	-	4.247	-
FINEP	Real	Dez/2026	TR + 5,5% a.a.	Duplicatas	-	-	1.934	-
Total circulante					24.386	36.362	252.958	329.585
Não Circulante								
CDCA e NCOML (2)	Real	Abr/2029	CDI + 2,50% a.a.	Alienação fiduciária	46.667	66.666	46.667	74.042
Crédito Rural	Real	Abr/2029	CDI + 0,80% a 2,55% a.a.	Duplicatas	-	-	115.708	180.208
CCE	Real	Jan/2029	CDI + 1,9% a 2,76% a.a.	Duplicatas	-	-	5.000	40.810
CCE	Dólar	Set/2027	8,19% a 10,05% a.a. + v.c. dólar	Alienação fiduciária, duplicatas e aplicações	-	4.500	15.976	37.154
CCB	Dólar	Mai/2029	3,30% a 10,05% a.a. + v.c. dólar	Duplicatas	-	-	64.876	143.909
CRA-série 1*	Real	Nov/2032	CDI + 0,5% a.a e 103% CDI a.a	Ativos biológicos	-	-	74.062	-
CRA-série 2*	Real	Jan/2030	105,15% CDI e CDI + 0,4% a.a	Ativos biológicos	-	-	283.358	-
CRA-série 3*	Dolar	Jan/2030	v.c dólar + 6,5% a.a - pré 14,00% a.a.	Ativos biológicos	-	-	244.154	-
FINEP	Real	Fev/2029	TR + 5,5% a.a.	Duplicatas	-	-	4.148	-
Total não circulante					46.667	71.166	853.949	476.123
Total geral					71.053	107.528	1.106.907	805.708

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (*) Em Janeiro de 2025, a Companhia, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 44, de 23 de agosto de 2021, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em até 4 (quatro) séries ("Notas Comerciais"), de sua subsidiária integral, a Eucatex Indústria e Comércio Ltda. ("Devedora"), perfazendo o montante de até R\$320.000 ("Emissão"). As Notas Comerciais servirão de lastro para as 3 (três) séries da 100ª (centésima) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA") da Vert Companhia Securitizadora (CNPJ sob o nº 25.005.683/0001-09) ("Securitizadora" e "Oferta", respectivamente) e terão prazo de vencimento em 11 de janeiro de 2030.
- (*) Em outubro de 2025 também comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação da 2ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em até 3 (quatro) séries ("Notas Comerciais"), de sua subsidiária integral, a Eucatex Indústria e Comércio Ltda. ("Devedora"), perfazendo o montante de até R\$300.000 ("Emissão"). As Notas Comerciais servirão de lastro para as 3 (três) séries da 109ª (centésima) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA") da Vert Companhia Securitizadora (CNPJ sob o nº 25.005.683/0001-09) ("Securitizadora" e "Oferta", respectivamente) e terão prazo de vencimento em 16 de novembro de 2032.

Em garantia às obrigações das emissões, a Companhia e suas subsidiárias outorgaram (a) prestação de garantia fidejussória na forma de aval, em caráter irrevogável e irretroatável, pela **Controladora**, em favor da Securitizadora, constituindo-se a Avalista, nos termos do Código Civil, na condição de coobrigada, solidariamente com a Devedora, por todas as Obrigações Garantidas (conforme definido no Termo de Emissão), (b) garantia real, na forma de alienação da propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de todas as florestas de eucalipto, que se encontram plantadas ou venham a ser plantadas nas Áreas de Cultivo (conforme definido no Termo de Emissão), bem como de todos os produtos derivados de madeira, em quaisquer de suas formas e finalidades, eventuais recebíveis, produto da venda e de produtos e subprodutos correlatos ou afins que se originar de tais florestas e que seja de titularidade da Avalista, **da Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.**

Os CRA não possuem garantias específicas ou garantia flutuante da emissora, sendo adimplidos exclusivamente com os recursos e garantias vinculados às Notas Comerciais que compõem o patrimônio separado da operação.

Como garantia dos demais empréstimos foram oferecidos como garantia aproximadamente 50% do valor da operação em duplicatas dos clientes nacionais e fazendas de propriedade da Eucatex Imobiliária Ltda., oferecidas e aceitas como garantia as quais estão localizadas na região de Botucatu (SP).

A Companhia está sujeita ao cumprimento de determinados *covenants* (eventos de vencimentos antecipados), representado por indicadores financeiros, que em caso de descumprimento implicam o vencimento antecipado das operações. Abaixo, encontram-se listados alguns dos "Eventos de Vencimentos Antecipados" (*covenants*) constantes nos contratos de empréstimos.

- Índice de Alavancagem $\leq 2,5$ (Dívida financeira líquida/EBITDA)
- Índice de Cobertura $\geq 2,5$ (EBITDA/Despesas financeiras líquidas)
- Índice de Cobertura $\geq 1,30$ (EBIT/Despesas financeiras líquidas)
- Índice financeiro $\leq 0,60$ (Dívida de curto prazo/Dívida de longo prazo)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está adimplente com suas obrigações de *covenants* financeiros para o período.

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos a longo prazo possuem os vencimentos a seguir demonstrados:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	24.500	-	225.189
2027	20.000	20.000	124.985	125.257
2028	20.000	20.000	80.987	84.794
2029	6.667	6.666	193.058	40.883
2030	-	-	257.280	-
2031	-	-	98.768	-
2032	-	-	98.871	-
Total	46.667	71.166	853.949	476.123

Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	145.286	703.957
Captações	-	395.099
Amortizações de principal	(53.066)	(407.968)
Amortizações de juros	(13.994)	(63.504)
Juros e variação cambial e monetária	29.302	178.124
Saldo em 31 de dezembro de 2024	107.528	805.708
Captações	-	661.998
Amortizações de principal	(34.214)	(344.539)
Amortizações de juros	(13.514)	(96.631)
Juros e variação cambial e monetária	11.253	80.371
Saldo em 31 de dezembro de 2025	71.053	1.106.907

18. Fornecedores**18.1. Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Moeda nacional	74.381	63.932	225.187	231.668
Ajuste a valor presente	(169)	(146)	(1.524)	(1.414)
Moeda estrangeira	836	2.913	15.078	9.159
	75.048	66.699	238.741	239.413

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Fornecedores--Continuação

18.2. Fornecedores Convênio

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco em troca do recebimento antecipado. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor.

A Companhia também realiza pagamentos a fornecedores por meio de cartão de crédito corporativo. Nessas transações, o fornecedor recebe por intermédio da operadora do cartão, e a Companhia liquida o valor correspondente na data de vencimento da fatura

Ressalta-se que, independentemente da existência desses acordos com instituições financeiras, as condições comerciais das transações — tais como preços e prazos — são negociadas exclusivamente entre a Companhia e os respectivos fornecedores.

Com base nos critérios estabelecidos pelo IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Administração avaliou que tais operações não configuram modificação substancial dos passivos originalmente reconhecidos junto aos fornecedores. Dessa forma, as obrigações permanecem classificadas como contas a pagar a fornecedores.

Consequentemente, os pagamentos desses títulos continuam sendo apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa, em conformidade com o IAS 7 / CPC 03 (R2), mantendo tratamento equivalente ao dos pagamentos regulares a fornecedores.

A Administração concluiu, ainda, que a essência econômica dessas transações é operacional, não caracterizando captação de financiamento pela Companhia, o montante registrado nessa rubrica em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 51.955 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 25.051.

19. Obrigações trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PLR a pagar	561	-	14.365	10.176
INSS a recolher	1.235	5	7.523	6.764
FGTS a recolher	-	-	2.350	2.176
Provisão de férias e encargos	4.763	-	33.810	32.828
Total	6.559	5	58.048	51.944

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IPi	553	283	2.132	2.723
PIS/COFINS	1.342	600	5.039	5.653
ICMS	3.144	-	10.531	9.136
ISS	30	4	1.267	876
IRPJ/CSLL	16.081	9.937	22.732	29.267
Outros	30	-	2.385	3.324
Total	21.180	10.824	44.086	50.979

21. Tributos parcelados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS	2.158	3.663	2.158	3.664
Total	2.158	3.663	2.158	3.664
Passivo circulante	568	1.644	568	1.645
Passivo não circulante	1.590	2.019	1.590	2.019

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2025	3.663	3.664
Baixas	(1.739)	(1.739)
Atualizações monetária	234	233
Saldo Final em 31 de dezembro 2025	2.158	2.158

22. Contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica	2.466	-	7.999	8.158
Fretes a pagar	4.099	-	15.653	17.736
Comissões a pagar	1.107	2.097	3.790	4.133
Honorário advocatícios	2.503	-	9.949	10.934
Royalties	1.125	-	1.780	5.463
Outras	983	965	9.038	7.453
Total	12.283	3.062	48.209	53.877

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A diretoria, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade, ou não, de constituição de provisão para demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2025, encontra-se provisionado no Consolidado o montante de R\$82.299. Com base na avaliação da Diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais, esse valor é considerado suficiente para fazer frente às perdas estimadas decorrentes do desfecho dos processos em andamento.

A composição dos valores provisionados, de acordo com a natureza dos respectivos processos, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições federais	54.110	51.536	66.856	63.290
Provisões trabalhistas	1.742	6.944	6.370	10.616
Provisões cíveis e outras	-	-	9.073	9.254
Total da provisão para demandas judiciais	55.852	58.480	82.299	83.160

Impostos e contribuições

Refere-se a questionamento, administrativo e judicial, sobre a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos estaduais e federais e autos de infração, objetivando assegurar o não recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia estava sujeita a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela diretoria para fazer face às perdas esperadas.

Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da diretoria e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Os montantes dos processos classificados como possível em 31 de dezembro de 2025 são: tributário R\$ 289.088 (R\$156.014 em 31 de dezembro de 2024), previdenciários R\$10.442 (R\$10.442 em 31 de dezembro de 2024), cível R\$33.938 (R\$25.117 em 31 de dezembro de 2024) e trabalhistas R\$36.827 (R\$33.081 em 31 de dezembro de 2024).

O principal processo no âmbito estadual se refere a ação de ICMS sobre importação por conta e ordem "Guerra dos Portos" nos períodos 08/2007, 01/2008 a 06/2011 desembaraçado por Trading no Estado de Santa Catarina no montante de R\$ 25.864.

No âmbito federal os principais processos são: Execução Fiscal visando a cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referente ao período de 2006 a 2009 referente a Plano Verão no montante de R\$64.600 e R\$32.342 trata-se de execução fiscal originária de Processo Administrativo referentes a débitos de IRPJ e CSLL do ano de 2009, por conta da reversão de contas de parcelamento.

Na área civil temos o processo no montante aproximado de R\$26.526 com fornecedor de fretes na qual a autora pretende o recebimento de indenização de perdas e danos em razão de rescisão contratual imotivada.

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Referem-se a valores de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos correspondentes ao saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias e diferença de depreciação. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para sua plena utilização, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos--Continuação**

Natureza do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	61.447	66.448	129.130	144.292
Provisões fiscais, trabalhista, previdenciárias e cíveis	20.831	19.654	14.815	35.325
Variação cambial	190	1.435	4.777	24.166
Ajustes CPC's/IFRS - custo atribuído de terrenos - controlada	-	-	(42.198)	(46.251)
Ajustes CPC's/IFRS - alteração da vida útil do imobilizado	-	-	(48.568)	(53.484)
Imposto de renda e contribuição social/diferido	82.468	87.537	57.956	104.048
Total ativo	82.468	87.537	103.879	203.783
Total Passivo	-	-	45.923	99.735
	82.468	87.537	57.956	104.048

A diretoria, com base em seu orçamento, estima que os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	21.009	-	48.908
2026	70.922	22.760	127.901	52.984
2027 a 2029	11.546	43.768	20.821	101.891
Total	82.468	87.537	148.722	203.783

O prejuízo fiscal e diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2025, na controladora, somam R\$242.523. Já no consolidado, o montante é de R\$437.418, sobre os quais foram constituídos o imposto diferido, tendo como base uma alíquota de 34% de IRPJ e CSLL.

A Companhia e suas controladas foram tributadas pelo lucro real, com exceção das controladas Eucatex Imobiliária Ltda., Novo Prisma Agro-Florestal Ltda. ECTX Ambiental, Logística e Transporte Ltda. e Pescara Administração e Participação S/A, as quais foram optantes pelo lucro presumido e quanto a Eucatex of North America Inc, ("ENA") que é tributada com base na legislação tributária local.

A Companhia efetua o registro de imposto diferido ativo e passivo levando em consideração a entidade legal, o prazo e compensações distintas.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Trimestres findos em	Controladora		Consolidado	
	Períodos de doze meses findos em		Períodos de doze meses findos em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	327.363	202.463	448.457	227.108
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(111.303)	(68.837)	(152.475)	(77.217)
Adições / Exclusões				
Equivalência patrimonial	84.386	57.539	-	-
Juros sobre capital próprio	34.155	22.330	34.155	22.330
Efeitos tributários - lucro presumido de controladas (1)	-	-	16.239	23.097
IR e CS sobre a taxa Selic indêbitos tributários	2.110	1.305	5.370	3.686
Efeitos tributários - controlada no exterior	-	-	(3.305)	(2.116)
Lucro disponibilizado no exterior	(27.656)	(21.118)	(27.656)	(21.118)
Outras adições e exclusões líquidas	10.059	4.343	(1.680)	22.242
Imposto de renda e contribuição social	(8.249)	(4.438)	(129.352)	(29.096)
Correntes	(3.181)	(3.696)	(83.260)	(54.245)
Diferidos	(5.068)	(742)	(46.092)	25.149
	2,52%	2,19%	28,84%	12,81%

(1) No consolidado estão incluídos os efeitos tributários entre as formas de apuração do lucro real e presumido, uma vez que quatro de suas controladas são optantes do modelo "lucro presumido".

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por 31.257.700 ações ordinárias (EUCA3) e 61.361.556 preferenciais (EUCA4), totalizando 92.619.256 ações, negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3"). Desse total, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 479.280 (479.280 em 31 de dezembro de 2024) ações preferenciais em tesouraria.

O capital autorizado, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de 1.485.246, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.412.752, representado por 31.257.700 ações ordinárias e 61.361.556 ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, mas contam com as seguintes vantagens: a) direito a dividendo de no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; b) prioridade na percepção eventual de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório; c) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação da Companhia; d) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas proveniente da capitalização de reservas ou lucros em suspenso.

Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 25 de abril de 2024 foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Controladora no montante de R\$560.811 mediante a capitalização total das reservas de subvenção para investimentos e da reserva para expansão de investimento, sem emissão de novas ações.

Em reunião do conselho de administração realizada em 29 de dezembro de 2025 foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Controladora no montante de R\$72.494 mediante a capitalização total da reserva legal, sem emissão de novas ações.

b) Reserva de lucros

b.1) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2) *Reserva para expansão e investimento*

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, com o objetivo de atender principalmente aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção das fábricas. A diretoria proporá na Assembleia Geral da Companhia, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a retenção do referido saldo.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de lucros--Continuação

b.3) *Reserva de lucros*

A reserva de lucros a realizar corresponde aos efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, o qual será utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foram realizados economicamente e financeiramente, ao valor relativo a trânsito em julgado de ações judiciais que geraram a contabilização de receita cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social e ao valor de receita decorrente da contabilização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa.

Após a realização efetiva do ativo biológico, por meio da exaustão dos ativos, a parcela do valor justo do ativo exaurido é transferida da reserva de lucros a realizar para as destinações legais do resultado auferido. A realização da reserva de ativos contingentes corresponderá ao valor da compensação dos créditos tributários.

b.4) *Reserva para subvenção e investimento*

Com base em decisão proferida pelo STJ em 12/06/2023, a diretoria decidiu efetuar a exclusão dos valores referentes à Subvenção do ICMS - Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro.

Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 25 de abril de 2024 foi deliberada e aprovada a destinação total do saldo de reserva de subvenção para investimento para aumento do capital social.

c) Dividendos

Todas as ações têm assegurado o direito a dividendo obrigatório, não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira. As ações preferenciais têm direito a dividendos superiores em 10% aos atribuídos às ações ordinárias, prioridade na percepção de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório e, no reembolso, em caso da liquidação da Companhia, participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso.

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuaçãoc) Dividendos--Continuação

Em 16 de dezembro de 2025 por unanimidade o Conselho da Administração aprovou e declarou de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 1,022660 por ação ordinária, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R\$ 0,869261 por ação ordinária e no valor de R\$ 1,124950 por ação preferencial com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R\$ 0,956207 por ação preferencial, tomando como base de cálculo a posição acionária final do dia 30/12/25, sendo que as ações passarão a ser negociadas "ex juros sobre capital próprio" a partir do dia 02/01/26 e os valores serão pagos até o dia 31/12/26.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram calculados os dividendos mínimos obrigatórios e destinação dos lucros conforme demonstrado abaixo:

O saldo a pagar de juros sobre capital próprio e dividendos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$92.966, sendo R\$86.602 do exercício de 2025, R\$6.364 demais anos.

Base para os dividendos em 31 de dezembro foram calculados da seguinte forma	2025	2024
Lucro líquido do exercício	319.114	198.025
Reserva legal (5%)	(15.956)	(9.901)
Constituição/reversão da reserva de ativo contingente	112.420	61.583
Constituição da reserva de ativo biológico	(75.966)	(33.990)
Lucro líquido base para dividendos	339.612	215.717
(a) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	84.903	53.929
(b) Juros sobre o capital próprio do resultado do exercício	100.456	65.676
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(13.854)	(9.058)
Total de dividendos/JCP a distribuir declarados líquido de IR	86.602	56.618
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	1.699	2.689
Destinação do lucro líquido do exercício	2025	2024
Lucro líquido do exercício	319.114	198.025
(-) Reserva legal (5%)	(15.956)	(9.901)
(+) Constituição da reserva de ativo contingente	112.420	61.583
(-) Constituição/realização da reserva do ativo biológico	(75.966)	(33.990)
(-) Dividendos e JCP (alocados aos dividendos mínimos obrigatórios)	(100.456)	(65.676)
(=) Lucros acumulados	239.156	150.041
Destinação para reserva de lucros		
(-) Reserva para expansão e investimento	239.156	150.041

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos--Continuação

Através de comunicado ao Mercado a Companhia informou aos seus acionistas, no dia 09 de abril de 2025, que as discussões relativas aos processos judiciais (processos nº 0050281-67.2010.4.03.6182, 0032275-07.2013.4.03.6182 e 0013592-53.2012.4.03.6182) que impediam o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprios relativos aos exercícios de 2011 e 2013 ("Rendimentos") foram superadas, possibilitando, assim, o pagamento dos Rendimentos aos Acionistas da Companhia.

Os Rendimentos que foram pagos no dia 15 de abril de 2025, corresponderão ao valor bruto de R\$44.067, considerando a seguinte razão:

- Juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2011: R\$0,228559 valor bruto para cada ação ordinária e R\$0,251415 valor bruto para cada ação preferencial, com base na posição acionária em 23/12/2011.
- Dividendos relativos ao exercício de 2011: R\$0,033765 para cada ação ordinária e R\$0,037141 para cada ação preferencial, com base na posição acionária em 16/04/2012.; e
- Juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2013: R\$0,186309 valor bruto para cada ação ordinária e R\$0,204940 valor bruto para cada ação preferencial, com base na posição acionária de 26/12/2013.

A Companhia esclarece que, após o desconto do Imposto de Renta Retido na Fonte - IRRF (no montante de R\$5.938), o valor líquido auferido foi de R\$38.129.

d) Ações em tesouraria

Em 13 de maio de 2010 o Conselho de Administração aprovou o programa de aquisições de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem redução do capital social.

A quantidade de ações em circulação no mercado era de 59.231.903 (cinquenta e nove milhões, duzentos e trinta e um mil, novecentas e três). A Companhia poderia recomprar suas ações preferenciais sem valor nominal de emissão da Companhia até o percentual de 10% (dez por cento). O prazo máximo para aquisição é de 12 (doze) meses, com início em 14 de abril de 2011 e término em 14 de abril de 2012. A aquisição de ações foi feita no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, a preço de mercado.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

d) Ações em tesouraria--Continuação

O valor de mercado de cada ação preferencial, em 31 de dezembro de 2025 era de R\$18,04, por ação, totalizando R\$8.551, e o das ações ordinárias era de R\$20,33 por ação, totalizando R\$107 (em 31 de dezembro de 2024, o valor de mercado das ações preferenciais era de R\$13,29 por ação, totalizando R\$6.299, enquanto as ações ordinárias estavam cotadas a R\$16,30 por ação, totalizando R\$86)

e) Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. São reduzidos do lucro atribuído aos acionistas da controladora, quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o período.

Lucro por ação	31/12/2025	31/12/2024
Lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da controladora antes das deduções	319.114	198.025
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	92.139.976	92.139.976
Lucro líquido por ação - básico (em reais)	R\$3,46336	R\$2,14917
Lucro líquido por ação - diluído (em reais)	R\$3,46336	R\$2,14917
Lucro básico por ações ordinárias (em reais)	R\$3,24882	R\$2.01604
Lucro básico por ações preferenciais (em reais)	R\$3,57370	R\$2.21765

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

26. Compromissos

A controlada Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., possui compromissos assumidos decorrentes do contrato de arrendamento rural de terrenos e de parcerias para plantio de florestas. As formas de pagamento destes compromissos de arrendamentos são mensais, trimestrais, semestrais, anuais ou através de contratos de parceria rural mediante participação nos frutos no momento da colheita. Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos rurais e parcerias contratadas ao longo dos exercícios de 2025 e 2024 corresponderam a um desembolso anual aproximado de R\$57.000. O prazo médio dos contratos é de 14 anos.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Informação por segmento

As principais informações por segmento de negócio correspondente a 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 são as seguintes:

Períodos findos em:

Descrição	Indústria, Revenda e Outros		Construção Civil		Mercado Externo		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida de Vendas e Serviços	1.153.597	1.097.864	1.141.384	1.091.011	809.271	668.934	3.104.252	2.857.809
Ativo Biológico	107.879	85.579	-	-	-	-	107.879	85.579
Custos dos produtos e dos serviços prestados	(1.085.628)	(1.046.350)	(763.513)	(724.205)	(208.452)	(230.545)	(2.057.593)	(2.001.100)
Lucro Bruto	175.848	137.093	377.871	366.806	600.819	438.389	1.154.538	942.288

O resultado consolidado considera as eliminações das vendas entre as empresas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui nenhum cliente que represente mais de 10% de sua receita líquida. Na elaboração das informações por segmento da Companhia, através de critérios gerenciais de alocação, efetuou ajustes para melhor refletir as informações por segmento.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Receita operacional líquida

Reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Períodos de doze meses findos em		Períodos de doze meses findos em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	480.146	307.541	3.772.322	3.498.228
Mercado interno	486.098	307.951	3.071.999	2.912.569
Mercado externo	5.687	-	793.074	658.648
Devoluções e abatimentos	(11.639)	(410)	(92.751)	(72.989)
Impostos e contribuições sobre vendas	(117.856)	(85.753)	(668.070)	(640.419)
Receita Líquida de vendas	362.290	221.788	3.104.252	2.857.809

29. Informação sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Períodos de doze meses findos em		Períodos de doze meses findos em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	(259.135)	(169.359)	(2.057.593)	(2.001.100)
Despesas com vendas	(14.795)	(559)	(489.684)	(435.271)
Despesas gerais e administrativas	(8.544)	(12.494)	(110.106)	(103.949)
	(282.474)	(182.412)	(2.657.383)	(2.540.320)
Matéria-prima consumida e outros custos e despesas	(239.636)	(170.050)	(1.512.174)	(1.463.967)
Despesas com pessoal e encargos	(16.155)	-	(392.228)	(356.346)
Despesas de vendas variáveis	(10.326)	(556)	(313.567)	(285.599)
Depreciação e amortização	(5.996)	-	(134.771)	(143.818)
Exaustão	-	-	(169.275)	(142.992)
Serviços de terceiros	(8.682)	(10.847)	(102.772)	(112.414)
Propaganda e publicidade	(1.262)	(141)	(27.342)	(29.605)
Impostos e taxas	(417)	(818)	(5.254)	(5.579)
	(282.474)	(182.412)	(2.657.383)	(2.540.320)

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Períodos de doze meses findos em		Períodos de doze meses findos em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Processos e rescisões trabalhistas de representantes	-	-	(6.886)	(15.632)
Precatórios	-	-	-	14.542
Honorários advocatícios	-	-	-	(11.074)
Créditos e débitos tributários e outras despesas e receitas líquidas	(2.471)	(1.842)	(8.540)	(5.152)
Total	(2.471)	(1.842)	(15.426)	(17.316)

31. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	Períodos de doze meses findos em		Períodos de doze meses findos em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira				
Receita com avp	614	534	3.929	3.881
Receita com derivativos	1.325	1.829	28.609	32.970
Receita com descontos concedidos, obtidos	27	234	482	421
Receita com juros	12.715	160	15.610	3.128
Receita com juros partes relacionadas	800	2.549	16.032	17.385
Receita com variação cambial	3.337	6.415	85.966	135.150
Receita com variação monetária de créditos tributários	6.206	12.817	15.808	16.902
Receita com aplicação financeira	36	2.743	42.078	20.072
Receita com rentabilidade fundo FIDC	-	-	5.688	-
	25.060	27.281	214.202	229.909
Despesas financeiras				
Despesa com avp	(1.972)	(514)	(6.634)	(6.547)
Despesa com derivativos	(869)	-	(57.383)	(36.899)
Despesa com descontos concedidos, obtidos	(155)	(2)	(11.409)	(11.530)
Despesa com despesas bancárias	(920)	(1.337)	(5.552)	(7.828)
Despesa com juros	(13.776)	(16.360)	(126.857)	(90.958)
Despesas com juros partes relacionadas	(219)	(706)	(16.032)	(17.385)
Despesa com juros de arrendamento	-	-	(4.095)	(2.507)
Despesa com variação cambial	(806)	(10.389)	(56.364)	(202.331)
Outras despesas	(822)	(76)	(6.844)	(234)
Despesa variação monetária dos impostos	(233)	142	(233)	92
	(19.772)	(29.242)	(291.403)	(376.127)
Total	5.288	(1.961)	(77.201)	(146.218)

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a diretoria da Companhia e suas controladas estão estudando a renovação das suas apólices de seus seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, atualmente vencidas (Parque Fabril, Estoques), considerando a natureza e riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores em seguros.

Dada a natureza de suas atividades, da distribuição das florestas em diversas áreas distintas e das medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais, a diretoria da Companhia concluiu tecnicamente pela não contratação de seguros, por outro lado a diretoria da Companhia, optou pela adoção de políticas de proteção, das quais, historicamente, têm se mostrado altamente eficientes sem que tenha havido qualquer comprometimento às atividades operacionais e financeira da Companhia. Desta forma, a diretoria entende que, sua política de proteção, de gerenciamento dos riscos e procedimentos adotados relacionados às atividades florestais, são adequadas e mitigam os riscos, principalmente de eventual descontinuidade operacional da Companhia.

As premissas de riscos para seguros, bem como, as políticas de proteção adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente não fazem parte do escopo dos auditores independentes.

33. Evento subsequente

a) Venda de imóvel rural

Conforme comunicado ao mercado ocorrido no dia 09 de janeiro de 2026 a Companhia concluiu a operação de venda dos imóveis rurais de sua propriedade, denominados, em conjunto, Fazenda Nossa Senhora da Conceição, localizada nos municípios de Itu e Porto Feliz, Estado de São Paulo, com área total aproximada de 832,3476 hectares, dos quais 552,21 hectares correspondem a florestas de eucalipto plantadas, representando menos de 2% do total de florestas plantadas da Empresa.

O valor total da operação é de R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais), a ser pago de forma parcelada, sendo R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais) à vista e o saldo remanescente em 60 (sessenta) parcelas mensais, corrigidas conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual celebrado entre as partes. Durante o período correspondente ao prazo de pagamento, a Eucatex permanecerá na posse da área, tempo suficiente para colher a floresta lá plantada.

Notas Explicativas

Eucatex S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Evento subsequente--Continuação

a) Venda de imóvel rural--Continuação

Essa alienação está alinhada à estratégia da Companhia de otimização de seu portfólio de ativos, e os recursos provenientes da operação serão destinados a investimentos estratégicos.

A Companhia reitera seu compromisso com a transparência, a boa governança corporativa e a geração de valor sustentável para seus acionistas e demais públicos de interesse.

b) Reforma Tributária - Impostos Indiretos

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, instituiu uma ampla reformulação do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. O novo modelo estabelece um sistema de Imposto sobre Valor Agregado de natureza dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União, que substituirá o PIS e a COFINS, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios, que substituirá o ICMS e o ISS.

A Emenda também criou o Imposto Seletivo (IS), tributo federal que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme regulamentação em lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, o Congresso Nacional concluiu a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta parte das disposições da reforma. O projeto foi sancionado com vetos em 16 de janeiro de 2025, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025.

A criação e a estrutura de funcionamento do Comitê Gestor do IBS, inicialmente previstas no Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, ainda em tramitação no Senado Federal, tiveram parte de suas disposições incorporadas à Lei Complementar nº 214/2025.

O novo sistema tributário prevê um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual o modelo atual e o novo regime coexistirão. Os impactos da reforma na apuração dos tributos sobre o consumo dependerão da conclusão do processo de regulamentação das matérias ainda pendentes por meio de leis complementares e normas infralegais.

Notas Explicativas**Eucatex S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Evento subsequente--Continuaçãob) Reforma Tributária - Impostos Indiretos--Continuação

A Companhia tem realizado seminários com a participação de todas as áreas visando se preparar para as mudanças. A adequação dos sistemas será realizada pelo fornecedor do software.

Dessa forma, não foram identificados efeitos relevantes decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Conselho da Administração		
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiros
Otavio Maluf	Fábio Torres Maluf	Carlos Marcio Ferreira
		José Antonio Goulart de Carvalho
		Milton Corrêa Meyer Filho
		Sandra Maria Guerra de Azevedo
		Simone Carrera Maluf
Diretoria		
Diretor Presidente		Flávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Geral		Otávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores		José Antônio Goulart de Carvalho
Diretor Jurídico		Genildo de Brito
Diretor de Controladoria		Sergio Henrique Ribeiro
Conselho Fiscal		
Silvio Roberto de Mula		
Marcos Roberto de Oliveira		
Jarib Brisola Duarte Fogaça		
Elaine Aparecida Aliba		
Freddy Rabbat		
Luis Alexandre Marini		

Sérgio Henrique Ribeiro
CRC 1SP-220148/O-6

Proposta de Orçamento de Capital

Orçamento de Capital Exercício 2026

Descrição	Valores
Modernização, Sustentação e Manutenção Fabril	264.147
Investimentos Florestais	231.034
Total	495.181

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31.12.2025					
Apollo Participações S.A.					
Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Sylvia Luftalla Maluf	Brasileira	127.796.558-79	1.309.060	1.309.059	2.618.119
Otavio Maluf	Brasileira	012.246.798-14	13.928	13.928	27.856
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	13.928	13.928	27.856
Ligia Maluf Curi	Brasileira	030.081.158-61	13.928	13.928	27.856
Minuanos Participações Ltda.	Brasileira	06.043.124/0001-30	21.825.065	21.075.066	42.900.131

Minuanos Participações Ltda.			
Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas
S Rock Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Brasileira	44.681.686/0001-07	69.000
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	4.000
OM Empreendimentos e Participações Ltda.	Brasileira	01.074.602/0001-56	4.000
Ligia Maluf Curi	Brasileira	030.081.158-61	4.000

OM Empreendimentos e Participações Ltda.			
Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas
Otavio Maluf	Brasileira	012.246.798-14	1.499.998
Cinthia Beatriz de Lima Barbosa Maluf	Brasileira	269.214.038-90	2

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, conselheiros e diretores da
Eucatex S.A. Indústria e Comércio
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eucatex S.A. Indústria e Comércio ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

• Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.3.10 e 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é determinada através de técnicas de avaliação amparadas por mercado não observável e líquido, com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à produtividade prevista, preços médios projetados de madeira e taxa de desconto dos fluxos de caixa.

Ajustes nas premissas utilizadas no cálculo do ativo biológico podem, potencialmente, gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nas rubricas "Ativo biológico" no ativo não circulante e em "Variação do valor justo dos ativos biológicos" no resultado do exercício. Em função dos riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da diretoria da Companhia e que podem gerar impacto relevante na determinação do valor justo dos ativos biológicos e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e análise do modelo utilizado pela diretoria para a estimativa do valor justo dos ativos biológicos; (ii) envolvimento de nossos especialistas em valuation para nos auxiliar na análise e revisão sobre a adequação das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos biológicos, incluindo produtividade das florestas de eucalipto, áreas plantadas e taxa de desconto; (iii) comparação das premissas de produtividade com informações históricas internas e externas disponíveis; (iv) análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; e (v) avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria executados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria da Companhia, consideramos que os critérios e premissas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações relacionadas a esse assunto nas

notas explicativas 2.3.10 e 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

• Reconhecimento de receitas de vendas

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.3.17 e 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência da relevância, do alto volume de transações de vendas e dos termos contratuais com os clientes, as receitas estão sujeitas a avaliações e julgamentos pela diretoria da Companhia na determinação do momento do seu reconhecimento contábil. Consequentemente, existe o risco de reconhecimento de receita fora do período de competência. Por essa razão, consideramos esse assunto relevante para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo relacionado ao reconhecimento de receita de venda dos produtos; (ii) entendimento do processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues ao final do exercício; (iii) análise e comparação dos prazos médios de entrega utilizados na estimativa do cálculo de vendas faturadas e não entregues preparada pela Companhia com o cálculo de prazo médio de entrega efetivo calculado em base amostral; (iv) análises das variações de receita de vendas de produtos durante o exercício, a fim de avaliar variações contrárias às nossas expectativas definidas com base em nosso conhecimento no segmento do negócio e na Companhia; e (v) inspeção, em base amostral, de determinadas transações de vendas para analisar canchotos de entrega, nota fiscal, liquidação subsequente das faturas e relatório do retorno de entregas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações relacionadas, incluídas nas notas explicativas 2.3.17 e 28. Como resultado destes procedimentos, identificamos a necessidade de ajuste de auditoria nas contas de receita de vendas, sendo este ajuste não registrado pela diretoria, tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria executados, que está consistente com a avaliação da diretoria da Companhia, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas, as informações, bem como as divulgações nas notas explicativas, incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 13 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-044415/F

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC SP-216386/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da EUCATEX S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo 31 de dezembro de 2025, juntamente com o relatório emitido pela Ernest & Young Auditores Independentes S/S Ltda – EY.

Os conselheiros entendem que esses documentos refletem a situação patrimonial e financeira, de acordo com as atividades desenvolvidas pela Companhia, estando aptos e em condições de serem submetidos à apreciação dos acionistas na Assembleia Geral de Ordinária de 2026.

São Paulo, 11 de março de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Recomendação para aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras e respectivo parecer de auditoria emitido pelos auditores externos (EY) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em cumprimento às disposições estatutárias, os membros do Comitê de Auditoria discutiram o conteúdo das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, individuais e consolidadas da EUCATEX S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas discussões e relatório dos auditores independentes, EY, e bem como informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia, o Comitê de Auditoria avalia, por unanimidade, recomendar ao Conselho de Administração aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 11 de março de 2026.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA INSTRUÇÃO CVM nº 80/22

Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Industria e Comercio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revii, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 13 de Março de 2026.

Flávio Maluf
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho
Diretor Vice-Presidente Executivo

Sergio Henrique Ribeiro
Diretor de Controladoria

Genildo de Brito
Diretor Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA INSTRUÇÃO CVM nº 80/22

Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Industria e Comercio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revii, discuti e concordei com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado de 31 de dezembro 2025.

São Paulo, 13 de Março de 2026.

Flávio Maluf
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho
Diretor Vice-Presidente Executivo

Sergio Henrique Ribeiro
Diretor de Controladoria

Genildo de Brito
Diretor Jurídico